

Erika Tonelli de Araújo

Um olhar sobre a cultura e sociedade em Moçambique: A ficção e a realidade em “Niketche: uma história de Poligamia”.



ARARAQUARA – SP
2009

Erika Tonelli de Araújo

Um olhar sobre a cultura e sociedade em Moçambique: A ficção e a realidade em “Niketche: uma história de Poligamia”.

Trabalho de dissertação de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como pré-requisito para obtenção do título Mestre em Sociologia. Exemplar apresentado para defesa de dissertação.

Linha de pesquisa: Gênero, identidades e etnias.

Orientador: Dagoberto José Fonseca.

Bolsa: CNPq

ARARAQUARA – SP
2009

Araujo, Érika Tonelli de

Um olhar sobre a cultura e sociedade em Moçambique: a ficção e a realidade em “Niketche: uma história de Poligamia”./ Érika Tonelli de Araujo – 2009

125 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Dagoberto José Fonseca

1. Moçambique. 2. Mulheres. 3. Literatura moçambicana.
4. Portugal -- Colônias -- África. I. Título.

Erika Tonelli de Araújo

Um olhar sobre a cultura e sociedade em Moçambique: A ficção e a realidade em “Niketche: uma história de Poligamia”.

Trabalho de Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Exemplar apresentado para defesa de dissertação.

Linha de pesquisa: Gênero, identidades e etnias.

Orientador: Dagoberto José Fonseca.

Bolsa: CNPq

Data da defesa: 05/06/2009

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.Dr. Dagoberto José Fonseca -UNESP

Membro Titular: Profa. Dra. Renata Medeiros Paoliello - UNESP

Membro Titular: Prof. Dr. Acácio Sidinei de Almeida Santos - PUC

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

As minhas avós Helcye Tonelli e Lydia Serpa,

as quais desde minha tenra infância me ensinaram tanto, com suas histórias de vida e conselhos, e me fizeram jurar que faria da minha história um enredo diferente do até então escrito pelas mulheres de minha família.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por sempre acreditar em mim, no meu potencial e nos meus sonhos, e terem me dado, apesar de todas as dificuldades, uma formação educativa e cultural privilegiada e uma família, complicada, mas maravilhosa.

A minhas tias Wilma Tonelli e Valéria Tonelli pelo apoio, incentivo e afeto constante em todas as horas de minha vida. Além das muitas aventuras e risadas compartilhadas.

Ao meu tio Sydney Tonelli (*in memoriam*), fica a eterna saudade das nossas conversas, do carinho e do estímulo em me tornar a “intelectual da família”.

Ao Gabriel pelo encontro inesperado nesta vida, por me fazer sentir e entender que o verdadeiro amor supera adversidades, diferenças e nos torna pessoas melhores. Além disso, pelo apoio, incentivo e compreensão nas noites e nos finais de semana perdidos, e nas noites mal dormidas em prol da obtenção do meu título de mestre.

Aos meus primos, cada um do seu jeito, por terem contribuído com a pessoa que sou hoje.

A minha irmã Marina por ter me feito saber o que é se preocupar e apoiar alguém independente de qualquer coisa.

A Erison e Maria Olivia G.de Oliveira pela ajuda, estímulo e acolhida.

Ao Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca pela amizade, pelo exemplo e apoio na minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

Ao Prof. Dr. Augusto Caccia Bava Júnior por ter me feito aderir à luta pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, e amizade.

A Profa. Dra. Sueli Ap. Itman Monteiro pela fraternidade, pelo carinho e vínculo que transcende o tempo e espaço.

A Profa. Dra. Tania Celestino Macedo pelas orientações, apoio e contribuição com materiais.

Prof. Dr. Acácio Sidinei de Almeida Santos pelas considerações importantes a este trabalho e ajuda em conseguir bibliografia.

Aos amigos irmãos Leandro Rosa e Fábio Leandrin, e as amigas Rita de Cássia Ferreira e Alessandra dos Santos Nascimento por todas as discussões teóricas, pela companhia sempre engajada e divertida, pelos planos feitos e desfeitos, por fazerem parte da minha vida.

A todos os amigos e amigas que sabem que de alguma forma são importantes para mim.

Aos novos amigos e colegas das Aldeias Infantis SOS Brasil pelo incentivo, apoio e compreensão nesta fase de conclusão de mestrado.

“Sei que devo modificar o ambiente pela força de meu espírito por que às preces aos deuses homens ou aos deuses mulheres, quer sejam feitas em voz alta ou silenciosa, as únicas respostas que se obtêm são silêncio absoluto.”

Paulina Chiziane, 1992, p. 13

RESUMO

A presente dissertação “Um olhar sobre a cultura e sociedade em Moçambique: A ficção e a realidade em “Niketche: uma história de Poligamia” pretende realizar uma interpretação de alguns aspectos da realidade da sociedade e cultura contemporânea de Moçambique, especialmente sobre o papel desempenhado pela mulher. Valendo-nos de referências teórico-metodológicas da Sociologia da Literatura e de críticos da literatura africana para realizar o estudo do romance moçambicano *Niketche: uma História de Poligamia*.

A partir dos elementos presentes na narrativa daremos destaque a mulher moçambicana, evidenciando como os períodos de colonização, independência e pós-independência influenciaram na construção das relações de gênero.

Palavras – chave: Moçambique – mulher – literatura moçambicana – colonização portuguesa.

ABSTRACT

The present dissertation “The look at a culture e society in Mozambique: the ficcional and reality in the *Niketche: a History of Polygamy*” intends to realize an interpretation of some aspects of the reality of the society and culture contemporary of Mozambique, in special about the role performed by the woman. Thus, the study will be conducted on references theoretic-metodology of the sociology of the literature and critic of African literature to prove an analysis of the mozambican romance *Niketche: a History of Polygamy*.

The elements presents in the narrative will be favoring to give prominence the mozambican woman, evidencing in the periods of colonization, independence and after-independence, had influenced in the construction the relations of gender.

Key-Words: Mozambique - woman - mozambican literature - Portuguese colonization.

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Presidente Armando Emílio Guebuza	p.31
Foto 2	Paulina Chiziane	p.51
Foto 3	Eduardo Mondlane	p.84
Foto 4	Samora Machel	p.88
Foto 5	Joaquim Chissano e Afonso Dhalakama	p.95
Foto 6	Meninas Moçambicanas- trabalho infantil.	p.102
Foto 7	Meninos e meninas moçambicanos -trabalho infantil	p.105
Foto 8	Alto índice de natalidade em mulheres de Moçambique	p.106
Foto 9	Mulheres Moçambicanas	p.116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 Moçambique p.20

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por grandes grupos de idade segundo língua materna, Moçambique, 1997	p.27
Quadro 2	Taxas brutas de conhecimento da língua portuguesa da população de 5 anos e mais por sexo segundo idade e área de residência, Moçambique, 1997	p.29
Quadro 3	Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por religião segundo área de residência Moçambique, 1997	p.34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População Total por Sexo e Índice de Masculinidade, segundo Províncias, 2007.	p.21
Tabela 2	População por sexo segundo grupos de idade, 2005.	p.22
Tabela 3	Taxa de mortalidade infantil por sexo	p.23
Tabela 4	Índice de Pobreza Humana (IPH-1), por Províncias e Moçambique 2000	p.24
Tabela 5	Distribuição Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) de 15 Anos e mais por Sexo segundo Ocupação Principal	p.24
Tabela 6	Distribuição Percentual da População Economicamente Activa (PEA) de 15 Anos e mais por Sexo segundo Ramo de Actividade	p.25
Tabela 7	Taxas Específicas de Analfabetismo por Sexo e Idade	p.26
Tabela 8	Taxas de Admissão Por Sexo	p.30
Tabela 9	Representatividade da Mulher nos órgãos de tomada de decisão (1994-2004)	p.33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APISC (Ação Psicológica das Forças Armadas Portuguesas)
AMODEFA (Associação Moçambicana para a Defesa da Família)
ADOCA (Associação das Donas de Casa)
ACTIVA (Associação das Mulheres Empresárias e Executivas)
AMRU (Associação da Mulher Rural)
CEDAW (Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher)
CEI (Casa dos Estudantes do Império)
EUA (Estados Unidos da América)
FA (Forças Armadas Portuguesas)
FICO (Frente Independente de Convergência Ocidental)
FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique)
Frelimo (Partido Frelimo)
GALM (Grémio Africano de Lourenço Marques)
GUMO (Grupo Unido de Moçambique)
INE (Instituto Nacional de Estatística)
MANU (Mozambique African National Union)
MBEU (Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sócio-Económico das Mulheres)
MOLIMO (Movimento de Libertação de Moçambique)
MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento)
NESAM (Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique)
OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas)
ONU (Organização das Nações Unidas)
PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado)
RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana)
SAP (Serviços de Acção Psicossocial)
UDENAMO (União Democrática Nacional de Moçambique)
UEM (Universidade Eduardo Mondlane)
UNAMI (União Nacional de Moçambique Independente)
URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas)

SUMÁRIO

Introdução.....	p.14
I. A presença da literatura- objeto e referencial teórico-metodológico.....	p.37
1. O olhar das Ciências Sociais sobre a literatura.....	p.38
2. A literatura Moçambicana.....	p.42
3. A escrita feminina de Paulina Chiziane e a(s) voz(es) feminina(s) em <i>Niketche: uma história de poligamia</i>.....	p.51
II. Moçambique – Histórias, sociedades e culturas.....	p.65
1.Momentos sócio-históricos importantes.....	p.66
2.A colonização portuguesa.....	p.67
3. O processo de independência e o período de pós-colonização.....	p.81
4.A situação das mulheres no período de pós-independência e início do século XXI.....	p.97
Conclusão inconclusa.....	p.112
Bibliografia.....	p.117

Introdução

A presente dissertação é fruto de uma história que iniciou em 1998 com questionamentos e provocações do então professor de Antropologia I, do curso de graduação em Ciências Sociais, sobre cultura, identidade e gênero. Estas discussões em sala de aula muitas vezes remetiam ao que eu (re)pensava em relação à minha existência pessoal e social.

Foram se passando os anos e minha trajetória intelectual e pessoal influenciaram na reflexão acerca do meu papel desempenhado enquanto mulher e do meu posicionamento político-identitário. Nesse sentido, minhas experiências pessoais somadas à aquisição cada vez maior de conhecimentos acadêmico-científicos foram me direcionando aos estudos sobre gênero e etnia.

Procurava ler, pesquisar e discutir com meus amigos e amigas cada vez mais sobre esses temas, e me envolver com as histórias reais e ficcionais que tratavam direta ou indiretamente do assunto. Foi então que em 2003, tive o primeiro contato com a literatura africana de língua portuguesa.

Esta descoberta associou em um só objeto vários interesses aos quais vinha me dedicando e pesquisando. A partir de então, minhas leituras foram direcionadas a explorar romances, contos e poesias de autores moçambicanos e angolanos, sempre buscando atrelar às leituras teóricas em referência a Angola e Moçambique, à colonização de África e à questão do(a) negro(a).

Fui levada a me aprofundar um pouco mais com as teorias literárias para entender a construção do texto ficcional, suas características estéticas e desenvolver uma maior sensibilidade para interpretação e análise deste tipo de escritura. Tentava articular a teoria literária com a Antropologia e a Sociologia, fronteiras tão tênues mas

ao mesmo tempo tão duramente segmentadas pelo cientificismo cartesiano, na possibilidade de estudar este tipo específico de escrita literária.

O fato que diferencia este tipo de produção, e justifica sua escolha como objeto de estudo das Ciências Sociais, é o da literatura africana de língua portuguesa, no caso em questão a de Moçambique, ser também fruto do esforço empreendido pelos seus autores em reconstruir dimensões sociais profundas (psicológica e biológica) e coletivas (antropológicas e ontológicas) do ser humano, ou melhor, dizendo, do ser africano, tão desmerecidas e violentadas pelo sistema colonial.

É nas vozes que povoam essas literaturas, de sujeitos confundidos com suas específicas falas, através da linguagem particular em que se organiza seu pleno condicionamento histórico, lê-se a imagem do contexto extra-literário onde as escrituras se dão, o próprio de cada uma de tais literaturas.(SANTILLI, Maria, 2003,p.253/254)

Neste contexto, denominado de extra-literário, tão brilhantemente trabalhado nos textos, rico em detalhes e descrições no que tange às características sociais e políticas do país em questão, explica a preocupação dos literatos em evidenciar sua cultura, registrar sua História, reconstruir o imaginário da população em novos prismas. Além de criticar as políticas assimilacionistas, já que não podemos deixar de louvar o caráter, eminentemente, militante desta literatura e de seus autores.

Partindo destes princípios, esta produção literária tem como pano de fundo uma necessidade de rever ou definir uma questão complexa – das culturas africanas e dos valores africanos. Fica muito evidente na sua escrita a necessidade de se (re)pensar e refletir sobre a realidade pós-colonial, todo o contexto envolvido e empreendido para que ela fosse possível, e programar uma nova forma de existência à população de seu país.

O contexto literário é descrito a partir de acontecimentos sociais e históricos, procurando reproduzir o contexto sócio-político-cultural no enredo, nas características e vivências de seus personagens.

Por esse motivo, os próprios críticos da literatura, como Laura Cavalcante Padilha, apontam para impasses teórico-metodológicos importantes nas literaturas africanas, como o da tentativa de engessamento das literaturas produzidas em África em aparatos críticos que não levam em conta a especificidade étnico-cultural africana e na luta empreendida por seus autores em reafirmá-las em suas produções simbólicas. O risco de perda de sua riqueza documental em detrimento do aspecto somente estético é imenso, fazendo com que a obra literária perca sua magnitude na totalidade de seus aspectos.

Uma literatura impregnada de um conteúdo social e político não pode ficar de fora de análises sociológicas e antropológicas, visto seu caráter de documento, de resgate de uma história e de uma cultura. Diante disso, temos nas obras de Paulina Chiziane, particularmente, uma (re)construção baseada na versão feminina da história e da cultura.

Hoje, Paulina Chiziane é uma das romancistas africanas de maior expressão internacional, apesar de reivindicar um título de “contadora de histórias”. Tem conseguido transmitir por meio de suas personagens as vivências das mulheres na sociedade pós-colonial moçambicana e evidenciar questões relacionadas à construção da moçambicanidade e do gênero em Moçambique.

De etnia tsonga, a “contadora de histórias” procura dar continuidade a técnicas pertencentes à literatura oral, e da antiga tradição de contadores de histórias. Além de valer-se de um discurso feminista no qual evidencia e denuncia a exclusão e a violência

sofridas pelas mulheres em Moçambique, questionando as incoerências adjacentes a um universo multi-étnico e pós-colonial.

Paulina Chiziane publicou seu primeiro romance em 1990, denominado *Balada de Amor ao Vento*, no qual narra a história de Sarnau, que vive num ambiente rural, baseada nos valores culturais tradicionais, temporalmente situado no período colonial, evidencia na narrativa como estes submetem a mulher às práticas sociais nas quais são violentadas emocionalmente, socialmente e fisicamente.

Em 1999, ela publica *Ventos do Apocalipse* no qual trata a temática da mulher no ambiente de guerra civil pela qual passou Moçambique durante longos anos após sua independência, e como esta influenciou diretamente na transformação do seu papel social e a passar por inúmeras situações diante de um cenário de destruição, desagregação e perdas.

Com *O Sétimo Juramento*, de 2000, os valores animistas tomam conta da narrativa no período dos últimos anos de guerra civil no qual participam da construção do texto a dualidade da presença do tradicional e do “ocidental”, todas as ambigüidades que provocam nas vidas das personagens, e a presença do mundo real e do mundo dos espíritos influenciando suas vivências. Nestas obras vão se desenhando os temas que seriam mais aprofundados no livro objeto da presente dissertação, *Niketche: uma história de poligamia*, como: a poligamia (e sua recriação), a situação econômica, social e política da mulher em Moçambique, a tradição e a modernidade, a identidade (seja ela de gênero e/ou a moçambicanidade), a família, o *lobolo*¹, o *kutchinga*² e as religiosidades.

¹ O lobolo é uma tradição nos países ao Sul do Saara, e assume características particulares em cada cultura, mas geralmente representa o recebimento de dinheiro ou bens por parte da família da noiva como forma de “compensar” a sua ida para outra casa e seu casamento.

² Ritual de purificação sexual da viúva, realizada após 8 dias da morte do marido pelo cunhado mais velho.

Niketche, de 2002, coloca em evidência na história de Rami a qual se descobre casada com um polígamo com mais quatro “esposas”, apesar de acreditar viver em um casamento monogâmico e baseado nos princípios cristãos. A partir desta descoberta a narradora-personagem vai questionando o papel da mulher na sociedade moçambicana, a realidade e hipocrisia da sociedade que a rodeia, e a dualidade entre tradição e “modernidade”. Neste percurso evidencia as diferentes etnias e suas culturas presentes em Moçambique, a discrepância entre Norte e Sul, as diferenças e semelhanças interregionais, além da forma pela qual cada região do país entende o casamento e o papel da mulher, desenhando desta forma a estrutura social moçambicana.

Paulina Chiziane fazendo com que cada uma das esposas de Tony seja de uma parte de Moçambique e de etnias diferentes demonstra como independente da origem e da diversidade os problemas das mulheres no país são os mesmos e provenientes de uma tradição patriarcal dominante, corroborada pela cultura e pelas instituições colonizadoras. Rami vai fazendo com que Julieta, Luisa, Sali e Mauá (as outras esposas) passem de inimigas e rivais para amigas e parceiras na luta pela sobrevivência e garantia de seus direitos e de seus filhos.

Além disso, durante a aproximação das esposas, elas vão aprendendo sobre suas diversidades culturais e refletindo quanto à situação a qual estão submetidas por Tony e pela sociedade patriarcal, e como este processo vai transformando suas condições de vida.

Diante deste breve panorama sobre as obras da autora, procuramos demonstrar a importância de Paulina Chiziane para o estudo da mulher em Moçambique, e acreditamos pontuar sobre os temas que iremos tratar ao longo da dissertação.

Acreditamos também ser necessário, para melhor compreensão do objeto de estudo, explicitarmos alguns aspectos sociais e geopolíticos de Moçambique na contemporaneidade, que contribuirão com a interpretação vindoura.

Moçambique é um país situado na costa sul-oriental da África, possuindo uma superfície total de 799.380 quilômetros quadrados. Tem como fronteira terrestre uma extensão de 4.330 quilômetros, faz fronteiras: ao norte do seu território a Tanzânia, a noroeste com o Malawi e com a Zâmbia, a oeste com o Zimbabué e com a República da África do Sul, e ao sul com a Suazilândia. A leste é banhado pelo Oceano Índico, tendo uma extensão de costa de 2.515 km.

Seu território é constituído em grande parte por planícies, 44%, sobretudo ao sul. Somente mais ao norte e interior é que temos a presença de planaltos, os quais não ultrapassam 600 metros de altitude; apesar disto, as zonas montanhosas constituem apenas 13% do país, sendo o monte Binga o ponto mais elevado com 2.436 metros.

Podemos dizer que Moçambique tem seu território dividido pelo rio Zanzei, com 850 quilômetros de extensão dentro do país, mas além dele encontramos uma rede hidrográfica numerosa: cerca de 60 rios, que correm, em sua maioria, para o Oceano Índico. Os principais são: ao centro o Zambeze; ao sul, o Limpopo; e ao norte, o Rovuma. Os rios Lúrio, Ligonha, Save, Changane e Komati (Incomáti) definem muitas das fronteiras políticas e étnicas locais.

Mapa 1. Moçambique



Fonte: <http://www.futur.org.mz/images/interior/mapa-mocambique-pq-00.jpg>, acesso em 20/04/2009.

O clima é tropical marítimo, influenciado pelo regime de monções do Índico e pela corrente quente do canal de Moçambique, e apresenta duas estações bem definidas: a chuvosa (de novembro a março) e a seca (de abril a outubro). A temperatura e a umidade vão diminuindo de norte para sul, nas regiões montanhosas especificamente têm características de clima temperado.

Saindo dos aspectos climáticos e físicos, no que tange à população verificamos no Censo de 2007 que a população total é 20.530.714 de habitantes, 99% de negros, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatísticas), destes distribuídos em 9 províncias e por sexo, como podemos observar na tabela 1.

Tabela 1: População Total por Sexo e Índice de Masculinidade, segundo Províncias, 2007.

Províncias	Total	População		Índice de Masculinidade
		Homens	Mulheres	
Total	20.530.714	9.787.135	10.743.579,00	91.1
Niassa	1.178.117	573.768	604.349	94.9
Cabo Delgado	1.632.809	783.235	849.574	92.2
Nampula	4.076.642	1.999.958	2.076.684	96.3
Zambézia	3.892.854	1.862.091	2.030.763	91.7
Tete	1.832.339	885.311	947.028	93.5
Manica	1.418.927	674.257	744.67	90.5
Sofala	1.654.163	801.417	852.746	94.0
Inhambane	1.267.035	559.843	707.192	79.2
Gaza	1.219.013	541.866	677.147	80.0
Maputo Província	1.259.713	573.595	686.118	83.6
Maputo Cidade	1.099.102	531.794	567.308	93.7
Mecula	14.524	7.179	7.345	97,7
Metarica	29.460	14.291	15.169	94,2
Muembe	29.083	13.839	15.244	90,8
N'gauma	65.436	31.527	33.909	93
Nipepe	30.532	14.602	15.930	91,7
Sanga	562.82	27.423	28.859	95
Cidade de Lichinga	142.253	71.025	71.228	99,7

Fonte:INE, resultados preliminares do Censo 2007, www.ine.gov.mz.

É interessante observar a preocupação em medir o índice de masculinidade na população, deixando evidente a apreensão com a diferença quantitativa entre homens e mulheres no país e como isto pode afetar a sociedade.

Moçambique é um país com grande presença feminina. De modo a termos, segundo os dados estatísticos para cada 100 mulheres temos 91.1 de homens, e com um

número significativo de jovens, cuja idade média da população é de 17,5 anos (tabela 2).

Tabela 2: População por sexo segundo grupos de idade, 2005.

Idade	Total	População (1000 habit.)		Distribuição percentual		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
-	19 420	9 368	10 052	100.0	100.0	100.0
00 - 04	3 249	1 647	1 602	16.7	17.6	15.9
05 - 09	2 736	1 380	1 356	14.1	14.7	13.5
10 - 14	2 491	1 243	1 248	12.8	13.3	12.4
15 - 19	2 164	1 083	1 081	11.1	11.6	10.8
20 - 24	1 724	855	869	8.9	9.1	8.6
25 - 29	1 484	679	804	7.6	7.3	8.0
30 - 34	1 319	562	757	6.8	6.0	7.5
35 - 39	1 062	466	597	5.5	5.0	5.9
40 - 44	813	374	439	4.2	4.0	4.4
45 - 49	650	299	351	3.3	3.2	3.5
50 - 54	512	235	277	2.6	2.5	2.8
55 - 59	399	182	218	2.1	1.9	2.2
60 - 64	302	135	167	1.6	1.4	1.7
65 - 69	221	98	122	1.1	1.1	1.2
70 - 74	150	67	83	0.8	0.7	0.8
75 - 79	85	38	47	0.4	0.4	0.5
80 +	58	26	33	0.3	0.3	0.3

Fonte: INE, Projeções Anuais da População Total Atualizada, 1997-2015, www.ine.gov.mz.

Na tabela acima apresentada demonstra uma pirâmide populacional associada costumeiramente aos países pós-coloniais africanos, nos quais o número de crianças e adolescentes é em grande quantidade e ocorre um afunilamento à medida que aumenta a faixa etária.

Este fato é justificado ao analisarmos os índices de natalidade altíssimos, 40,6%, e mortalidade da população, os quais devem ser analisados diante do contexto sócio-histórico de Moçambique. Durante o período colonial pouco se fez para melhorar a infra-estrutura básica e o atendimento a saúde para a população local. Os poucos recursos existentes no período pós-colonial, com períodos seguidos de guerras (civil, conflitos com a África do Sul e Rodésia) contribuíram para dificultar acesso aos bens básicos, ocorreram ataques às instalações de infraestrutura social, e provocaram o êxodo das populações em busca de condições melhores de sobrevivência e trabalho, afetando não só a produção agrícola como a produção de uma indústria recente.

Este contexto contribuiu com a desestruturação de diversas áreas do país e dificultou ainda mais ao acesso da população aos bens de necessidade básica. Além disto, os homens eram envolvidos na guerra e em seus combates, desde muito jovens, através de recrutamento forçado e muitas vezes do rapto. Isso contribuiu com novas configurações familiares e maior vulnerabilidade destas.

Podemos verificar os números extremamente alarmantes de mortalidade na população (Tabela 3) principalmente nos anos de 1980-1997, período de maior conflito, e a queda gradual da taxa, refletindo o período de paz, ao apoio de Organizações Não-Governamentais internacionais no país e a reestruturação das infraestruturas empreendida pelo governo.

Tabela 3: Taxa de mortalidade infantil por sexo

Ano	Total	Homens	Mulheres
1980	159	172	146
1997	145,5	152,9	137,7
2000	130,4	136,9	123,7
2004	111,9	117,3	106,3
2005	107,9	113,2	102,4

Fonte: INE, Projeções Anuais da População Total Atualizada, 1997-2015, www.ine.gov.mz.

A situação da população moçambicana revela índices elevados de pobreza (tabela 4), que são mais agravados no ambiente rural, reflexo dos intensos combates durante a guerra civil e dos períodos seguidos de desastres naturais (secas prolongadas ou chuvas). O estabelecimento da democracia no país no período de 1990 a 1995, contribuiu para a consolidação de ações governamentais e o apoio de organizações internacionais de ajuda humanitária para que este quadro fosse gradativamente amenizado.

Tabela 4: Índice de Pobreza Humana (IPH-1), por Províncias e Moçambique 2000

Região / Província	Índice de Pobreza Humana	Privação de sobreviência (a)	Privação de conhecimento	Composto da privação de um padrão de vida adequada (%)	Privação de condições de vida adequada		
					População sem Acesso		Crianças < 5 anos com peso deficiente (%)
					Água potável (b)	Serviços de saúde (c)	
Norte	58.1	25.0	70.9	60.2	73.5	74.3	32.8
Niassa	55.8	22.2	65.4	61.4	82.1	72.0	30.0
Cabo Delgado	61.0	26.8	77.3	58.3	64.5	72.9	37.5
Nampula	58.0	26.1	69.9	60.9	73.8	78.0	31.0
Centro	50.6	21.6	59.0	55.7	60.3	78.8	28.1
Zambézia	63.9	28.8	74.7	70.0	82.9	93.7	33.4
Tete	49.5	18.2	57.0	55.6	59.2	76.3	31.2
Manica	44.7	17.5	50.8	50.7	51.6	78.1	22.5
Sofala	44.5	22.0	53.5	46.5	47.4	67.1	25.1
Sul	29.4	12.6	34.2	32.5	26.5	57.6	13.4
Inhambane	43.9	17.0	47.2	52.3	59.7	81.8	15.4
Gaza	35.8	15.5	43.8	36.8	21.6	70.6	18.3
Maputo prov./prov.	26.5	10.5	32.9	26.6	23.1	45.3	11.5
Maputo cidade	12.2	7.5	13.0	14.1	1.4	32.6	8.2
Moçambique	48.0	20.3	56.7	52.2	58.8	71.7	26.0

(a) Estimativas para este Relatório com base nas Tabua de Vida do RGPH usando o Modelo Oeste nível

(b) Refere-se ao acesso a água canalizada dentro e fora de casa e fontenários.

(c) Percentagem da população sem serviços/ assistência de saúde e saneamento do seguinte tipo: cuidados pré-natais, parto na maternidade ou no centro de saúde; médico; enfermeiro e parteira na aldeia; centro e posto de saúde; latrina e uso de algum método moderno de contraceptivo.

Fonte: INE.IDS. Tabelas de vida.OUIB 2000/01. www.ine.gov.mz

Outro grande problema encontrado é o da empregabilidade da população economicamente ativa; atualmente a grande maioria está inserida no setor informal da economia, reflexos dos tempos de exclusão do regime colonial e da transição econômica, como podem notar na tabela 5:

Tabela 5: Distribuição Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) de 15 Anos e mais por Sexo segundo Ocupação Principal

Ocupação Principal	Mulheres		Homens	
	1997	2002/3	1997	2002/3
Aparelho do Estado	1,2	1,4	6	5,7
Sector Público	0,2	0,2	1,7	1,4
Sector Privado	2	1,5	11,9	8,5
Conta Propria	65,7	39	62,8	65,2
Pessoa ou Agregado Familiar	28,8	56,8	15,1	12,7
Patrão ou Empresário	0,2	1,1	0,8	6,2
Sector Cooperativo	0,1	0	0,2	0,1

Fonte: INE,Censo-1997, IAF 2002/3, www.ine.gov.mz

A falta de um rendimento estável e de trabalho para a manutenção das famílias faz com que principalmente as mulheres estejam sujeitas a vulnerabilidades e a subempregos os quais as colocam em constante risco social e pessoal. Como se observa na tabela 6 os setores que mais as empregam são os do comércio e serviços, a agricultura (trabalho tradicionalmente de responsabilidade feminina) e outros serviços.

Tabela 6: Distribuição Percentual da População Economicamente Ativa (PEA) de 15 Anos e mais por Sexo segundo Ramo de Atividade

Ramo de Atividade	Mulheres		Homens	
	1997	2002/3	1997	2002/3
Agricultura, Silvicultura e Pesca	91,3	89,9	69,6	69,3
Industria Extractiva	0	0,1	1	1
Industria Manufactureira	0,8	0,1	5,5	1,5
Construção	0,3	0,1	3,9	4,5
Transportes	0,1	0,1	2,3	2,1
Comercio e Vendas	4,3	5,2	9,7	9,2
Serviços Administrativos	1,2	0,3	4,4	2,1
Outros Serviços	1	4,2	2	10,4

Fonte:INE, Censo-1997 ,IAF 2002/3, www.ine.gov.mz

Fator interessante a ser analisado é o crescimento do ramo de atividades “Outros serviços”, tanto no que tange às mulheres quanto aos homens, na passagem da década de 1990 para a de 2000. Mostrando uma forte inserção no setor informal da economia.

O ingresso a setores formais da economia é dificultado pelos baixos índices de escolaridade e pelo alto índice de analfabetismo da população economicamente ativa, principalmente nos centros urbanos, onde esta exigência é maior.

Veremos em um tópico posterior as diferenças existentes entre o mundo urbano e rural em Moçambique, mas podemos adiantar que com a busca de melhores condições de vida e trabalho na capital do país os emigrantes são relegados ao setor informal, e porque não dizer, também ilegal para sua sobrevivência.

Como já foi dito anteriormente, a escolaridade em Moçambique é um dos problemas a ser superado. Durante o processo de colonização a língua portuguesa era a língua oficial num país de diversidades étnico-culturais e lingüísticas, mesmo com a independência optou-se pela permanência dessa língua oficial. Apesar disso, o

português fica restrito ao ambiente urbano e público, é a língua administrativa, dos negócios e do prestígio social, mas a maioria da população permanece a se comunicar, no seu cotidiano, por meio das línguas locais. Este fato e a estrutura precária do sistema educacional contribuíram com as altas taxas de analfabetismo da população (tabela 7).

Tabela 7: Taxas Específicas de Analfabetismo por Sexo e Idade

Grupos de Idade	2001		2002/3	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15-19	30,1	51	27,2	48
20-29	37	65,7	36	61,1
30-39	37,7	72,8	29,8	68,2
40-49	42	83,7	34,5	82,6
50-59	51,8	91,6	45,8	88,1
60+	67	94,9	64	94,3

Fonte: INE, QUIIB-2001, IAF-2002/3, www.ine.gov.mz

Fica evidente, com os dados apresentados na tabela 7, a enorme diferença de gênero na aquisição do letramento em língua portuguesa e como ele atinge a faixa etária da população moçambicana. O ler e o escrever português é um privilégio quase exclusivo de homens e do ambiente urbano.

Além disso, não podemos deixar de lado um aspecto muito relevante da cultura moçambicana que é a existência de uma tradição oral, de uma cultura acústica. Não faz parte da cultura tradicional o ato de ler e escrever, até porque a oralidade tem sido a estratégia e a metodologia utilizada na manutenção e transmissão dos conhecimentos, saberes e poderes. Disto decorre uma não familiaridade com os códigos escritos, e uma diversidade no sentir, falar, guardar e compreender a realidade.

Não podemos deixar de pontuar, mesmo que rapidamente, que a língua portuguesa inicialmente era a língua do colonizador, do poder, e o fato de aprendê-la estava associado à assimilação de uma cultura e muitas vezes sendo dificultada sua aquisição para a contínua manutenção da hegemonia da minoria lusa. Num segundo momento, no período de pós-independência, a língua portuguesa passa a ser difundida, particularmente na capital Maputo, pelas lideranças independentistas como uma maneira

de superação das diversidades étnico-culturais e das diferenças lingüísticas no país, na medida em que a língua portuguesa era concebida como abstrata culturalmente. Portanto não se ligando a qualquer uma das etnias moçambicanas e se referenciada como a língua da unidade por todos os moçambicanos.

A partir de 25 de junho de 1975 a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) elege como objetivo primordial a universalização da educação, implicando na difusão do uso da língua portuguesa e da alfabetização em português. Apesar disto, a propagação da língua para o interior do país foi limitada, permanecendo uma exclusividade do ambiente urbano.

Atualmente, 40% da população de Moçambique fala o português, destes uma percentagem muito pequena a tem como sua língua materna³. Segundo Quadro 1, a língua materna mais freqüente é o emakhuwa (26.3%), seguido pelo xichangana (11.4%) e em terceiro o elomwe (7.9%).

QUADRO 1: Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por grandes grupos de idade segundo língua materna, Moçambique, 1997

Língua materna	Total	Grupos de idade		
		05 - 19	20-49	50+
Habitantes	1.253.68	568.1	530.6	142.61
Total	100.0	100.0	100.0	100.0
Português	6.5	8.5	5.5	2.1
Emakhuwa	26.3	24.8	28.0	25.6
Xichangana	11.4	11.8	10.2	14.1
Elomwe	7.9	7.4	8.6	6.8
Cisena	7.0	6.9	7.2	6.7
Echuwabo	6.3	6.1	6.6	5.9
Outras línguas moçambicanas	33.0	32.7	32.2	37.5
Outras línguas estrangeiras	0.4	0.3	0.5	0.6
Nenhuma	0.1	0.1	0.1	0.0
Desconhecida	1.3	1.5	1.2	0.7

Fonte:INE, II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997, www.ine.gov.mz

Dentre as outras línguas moçambicanas encontramos: Xitsonga, Ciyao, Cishona, Cinyanja, Xironga, Shimaconde, Cinyungue, Cicopi, Bitonga e Kiswahili.

³ Entendemos por língua materna como a primeira língua que a criança aprende a se comunicar. Neste sentido em Moçambique a língua portuguesa na sua grande maioria é apenas a língua falada, aprendida em um momento posterior à aquisição do idioma pertencente ao grupo étnico-cultural de origem, gerando assim um bilingüismo.

A língua portuguesa fica restrita aos ambientes urbanos, comerciais e políticos, pois havia a pretensão por parte dos líderes políticos da independência de ser a língua “comum” entre os moçambicanos e superando, assim, as fronteiras étnicas existentes no país, como disse Samora Machel: “é preciso matar a tribo para construir a nação” (Fry, P., 2001, p. 14).

Apesar de a língua portuguesa ter sido eleita como uns dos principais instrumentos para alcançar a unidade nacional e assim construir a Nação, segundo Ngunga (2002, p.11):

Este conceito é posto em causa, devido ao paradoxo que se revela entre o seu significado e o seu real papel no mercado de trabalho, porque o seu conhecimento é condição de integração social em Moçambique, o que equivale a dizer que a língua portuguesa é língua de exclusão social. O seu conhecimento é condição para se conseguir emprego, para ser deputado, o que se traduz no facto de a maioria dos moçambicanos estar interdita de participar na vida do país. (...) Na maioria dos países africanos independentes nos últimos 40 anos, as línguas oficiais são aquelas dos antigos colonizadores. São estas que servem de veículo de expressão do poder político por terem sido armas de combate ao colonialismo e, conseqüentemente, línguas de prestígio, porque dos heróis da libertação. Estas línguas cedo se transformaram em veículos do poder económico e até intelectual.

Ao comparar o conhecimento da língua portuguesa nas áreas urbanas, 72,4%, contra 25,4% das áreas rurais fica mais evidente como ocorre uma disparidade quando analisamos a realidade do país em sua totalidade (Quadro 2):

QUADRO 2: Taxas brutas de conhecimento da língua portuguesa da população de 5 anos e mais por sexo segundo idade e área de residência, Moçambique, 1997

Idade	Sabe falar português		
	Total	Homens	Mulheres
Total	39.6	50.4	29.7
00 - 04	23.0	23.7	22.3
05 - 14	48.6	52.0	44.9
15 - 19	52.5	62.7	43.2
20 - 24	47.6	61.4	37.2
25 - 29	45.8	62.0	33.3
30 - 34	48.4	66.9	32.6
35 - 39	43.1	65.0	23.9
40 - 44	37.7	59.2	18.5
45 - 49	31.8	51.6	13.8
50 - 54	27.0	45.8	11.1
55 - 59	24.1	40.2	9.0
60 - 64	22.0	37.1	8.3
65 - 69	17.5	29.7	6.3
70 - 74	15.8	26.0	6.2
75 - 79	13.2	21.8	4.9
80+	11.3	18.7	4.7
Urbana	72.4	80.7	64.2
Rural	25.4	36.6	15.6

Nota: Os cálculos excluem os desconhecidos em relação ao conhecimento da língua portuguesa.

Fonte: INE, II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997, www.ine.gov.mz

Levando isto em consideração, podemos aferir que o português ainda é pouco utilizado pelos moçambicanos e ainda menos pelas moçambicanas, isto é constatado comparando a população rural e quando observamos como os dados de escolaridade e letramento vão diminuindo gradativamente se associarmos os dados obtidos à idade.

Além disso, se compararmos os dados do Quadro 1 aos do Quadro 2 podemos supor que os moçambicanos são bilíngües, isto é, falam a língua de mercado e de prestígio, mas também a de seu grupo étnico.

Pequenos grupos de letrados obstinam-se, certamente, em cultivar a língua de seu povo, a perpetuá-la nos seus esplendores sábios e ultrapassados. Mas essas formas sutis perderam, há muito tempo, todo contato com a vida quotidiana, tornaram-se opacas para o homem da rua. O colonizado as considera como relíquias, e a esses homens veneráveis, como sonâmbulos, que vivem um velho sonho.

Ainda se a língua materna ao menos permitisse interferir na vida social, atravessasse os guichês das administrações ou funcionasse no tráfico postal. Nem isso. Toda a burocracia, toda a magistratura, toda a tecnicidade não entende e não utiliza senão a língua do colonizador, assim como os marcos da quilometragem, os cartazes das estações, as placas das ruas e os recibos. Munido apenas de sua língua o colonizado é um estrangeiro dentro de seu próprio país (MEMMI, 1977, p. 97).

Partindo disto, Memmi considera o bilingüismo um traço do colonialismo que permanece e faz parte constituinte da identidade do colonizado.

No contexto colonial o bilingüismo é necessário. É a condição de toda comunicação, de toda cultura e de todo progresso. Mas o bilingüismo colonial só se salva do enclausuramento para sofrer uma catástrofe cultural, jamais completamente superada.

A não-coincidência entre a língua materna e a língua cultural não é exclusiva do colonizado. Mas o bilingüismo colonial não pode ser confundido com qualquer dualismo lingüístico. A posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais. Ora aqui, os dois universos simbolizados, carregados pelas duas línguas, estão em conflito: são os do colonizador e do colonizado (MEMMI, 1977, p. 97).

Ainda na questão da aquisição da língua oficial podemos verificar uma grande diferença nos índices de escolaridade, seja em relação a gênero ou ao acesso, quando observarmos a tabela 8:

Tabela 8: Taxas de Admissão Por Sexo

Ano	Homens	Mulheres
2000	31,3	29,8
2001	37	35,5
2002	37,6	37,1
2003	43,6	42,8

Fonte: INE, Ministério de Educação, www.ine.gov.mz

Embora os índices de matrículas escolares sejam menos da metade da população em idade escolar, fica manifesto o aumento gradativo do ingresso à escola. Em relação às mulheres vemos, ao longo do tempo, uma aproximação relevante ao ingresso comparado ao dos homens, mostrando uma mudança no lugar ocupado pela mulher. Isso pode ser vislumbrado visto que o letramento e o conhecimento da língua portuguesa está relacionado ao empoderamento e a participação mais efetiva na sociedade.

Pertinente a essa mudança gradual nas relações de gênero, durante o período de independência e pós-independência, houve um maior incentivo à participação política das mulheres. Arelado a isto vimos à constituição de organismos governamentais e não governamentais os quais buscavam refletir sobre a condição da mulher e também atuar

de forma concreta na transformação da realidade, podemos dar destaque neste sentido, a OMM (Organização das Mulheres Moçambicanas) e o MULEIDE (Mulher, Lei e Desenvolvimento)⁴.

Moçambique hoje é um país democrático, presidido por Armando Emilio Guebuza. O sistema político vigente é o presidencialismo, mas além da figura do presidente encontramos a do primeiro ministro. O poder legislativo é exercido pela Assembléia da República com 250 deputados, eleitos por sufrágio direto e universal.



Foto1. Presidente Armando Emílio Guebuza⁵

O partido em exercício é a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), e se encontra nesta condição desde a independência, como veremos mais detalhadamente num próximo tópico, mas neste período apenas dois partidos comandavam a cena política o que acabamos de citar e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana).

⁴ Veremos isso de forma mais detalhada nos próximos capítulos.

⁵Fonte:http://3.bp.blogspot.com/_fArJcSV41k/SRMjF0CmjNI/AAAAAAAAD_Q/MKJHCSNcWak/s1600-h/naguib2.jpg, acessado em 20/04/2009.

Após o período de abertura política e democratização (1992-1995), dezenas de partidos políticos (mais de 30) surgiram em Moçambique, apesar disso os dois partidos acima citados ainda são aqueles que detêm o maior prestígio e poder.

No que se refere à tomada de decisão e às relações de gênero, podemos observar na tabela 9 como o papel da mulher no ambiente político acompanha os demais setores da sociedade, ou seja, é extremamente díspare quando comparado aos homens. Apesar de que se compararmos a outros países africanos, Moçambique possui uma representatividade política feminina significativa e concretizada desde as primeiras eleições legislativas.

Isso representa um reconhecimento público da importância da inclusão das mulheres nos processos políticos. Mas apesar disso, de acordo com Conceição Osório (2004):

Este reconhecimento não se expressa ainda num real acesso e exercício do poder pelas mulheres. Por exemplo, constatamos no que respeita à organização dos processos eleitorais que nas anteriores eleições as mulheres não constituíam mais de 10%, tanto nas brigadas da Comissão Nacional de Eleições como nas mesas de voto (lugares importantes de controlo do processo eleitoral). Se tivermos em conta as recentes eleições autárquicas de 2003, também se comprova que, embora 54% dos eleitores tenham sido mulheres, as 33 autarquias (com excepção de uma e por morte do presidente do Conselho Municipal) são governadas por homens (MAE, 2004).

Tabela 9: Representatividade da Mulher nos órgãos de tomada de decisão (1994-2004)

Áreas	1994-1999			2000-2004		
	Total	Mulheres	% Mulheres	Total	Mulheres	% Mulheres
Ministro	21	1	4,4	23	3	13
Vice-Ministro	16	4	21,1	18	5	27,8
Assembléia da Republica	25	70	28	250	78	31,2
FRELIMO	129	48	37,2	133	55	41,4
RENAMO União Eleitoral	112	12	10,7	117	23	19,7
Governadores provinciais	10	0	0	10	0	0
Diretores provinciais	142	12	8,5	163	33	20,3
Diretores prov. Adjuntos	14	3	21,4	14	3	21,4
Presidentes C. Municipais	0	0	0	33	1	3
Vereadores	(-)	(-)	NA	790	235	29,75
Administradores distritais	128	3	2,3	128	15	11,7
Chefes postos administrativo	(-)	(-)	NA	298	10	3,36
Secretários permanentes	17	2	11,8	17	4	23,5
Diretores nacionais	164	23	14	174	33	19
Diretores nac. Adjuntos	71	12	16,9	71	12	16,9
Chefes de departamento	768	148	19,3	768	148	19,3
Chefes de repartição	(-)	157	NA	556	157	28,2
Chefes de seção	(-)	(-)	NA	919	297	32,3
Embaixadores	14	2	14,29	14	4	28,6
Juizes	(-)	(-)	NA	(-)	(-)	NA
Procuradores gerais	1	0	0	1	0	0
Procuradores g. Adjuntos	(-)	(-)	NA	4	1	25
Magistrados	(-)	(-)	NA	0		
Oficias	(-)	6	NA	162	24	14,8

Fonte: INE, MAE, www.ine.gov.mz

Podemos perceber a partir dos dados como a presença da mulher ainda é pequena dependendo do cargo ocupado. A representação das mulheres no Parlamento (cerca de 30%) e no Executivo (cerca de 17%), as assimetrias na distribuição das funções e cargos públicos são reveladoras da permanência do reconhecimento do poder masculino. Analisando os dados isso fica evidente, segundo Conceição Osório (2004):

É o caso dos governos provinciais dirigidos na totalidade por homens e das administrações de distrito e chefias de posto, onde a percentagem de mulheres é respectivamente de 11,7% e 3, 3% (MAE, 2002). Significa que nas funções reconhecidas como de mais poder, no sentido da tomada de decisões sem controlo do grupo, os homens são identificados pelo executivo como tendo mais competências para as exercer.

Podemos supor que a participação das mulheres em cargos políticos deva crescer, já que Moçambique seguindo o exemplo de outros países adotou o sistema de cotas para mulheres nos partidos, contribuindo para uma maior representatividade.

Por último, mas não menos importante é o aspecto sobre a sociedade moçambicana, é a questão da religiosidade. Como aconteceu com a língua portuguesa, outro aspecto imposto pelo colonizador foi à religião católica, principalmente utilizada como forma de “civilizar” e catequizar a população além de propagar a cultura ocidental a partir das características e particularidades de Portugal essencialmente nos séculos XIX e XX.

Não obstante, as diversidades étnico-culturais e lingüísticas as várias formas de religiosidade dos moçambicanos resistiram a esta interferência e em alguns casos se adaptaram ao novo contexto. Com a instituição da FRELIMO no poder e do socialismo, no período de pós-colonização, houve uma tentativa de superar o chamado “obscurantismo” da tradição e de findar com todos os tipos de seitas, rituais e religiões.

Apesar disso, como podemos ver no Quadro 3 permaneceram várias manifestações religiosas em Moçambique:

QUADRO 3: Distribuição percentual da população de 5 anos e mais por religião segundo área de residência Moçambique, 1997

Área de residência	Habitantes (Mil)	Total (%)	Religiões								
			Católica	Muçulmana	Sião / Zione	Protestante / Evangélica	Cristã indeterminada	Animista	Outras	Sem Religião	Desconhecida
Urbana	3,757.7	100.0	25.2	17.7	21.7	8.8	2.7	1.3	1.9	17.8	2.8
Rural	8,779.1	100.0	23.2	17.9	15.7	7.4	4.0	2.5	1.5	25.4	2.5

Fonte: INE, II Recenseamento Geral da População e Habitação, 1997.

Mesmo com o percentual de 25.2 e 23.2 da população católica, não podemos deixar de pontuar que em muitos casos a “interpenetração” de formas religiosas e de rituais é presente na sociedade moçambicana. Atualmente, ocorre um processo de fortalecimento e expansão das religiões locais, relacionado ao contexto histórico-social de busca de uma moçambicanidade e do retorno às tradições, e dos protestantes/evangélicos, diante da expansão mundial destas religiões.

Estes fatos são explicáveis se olharmos a história e a construção social de Moçambique do final do século XIX ao século XX. Partindo da característica fundamental da colonização portuguesa que tem como vocação uma missão evangelizadora (entraremos mais neste aspecto no tópico seguinte), a Igreja Católica até o período de independência detinha grande poder político e ideológico, além de ser responsável pelo sistema educacional do país e por “civilizar” a população.

Durante este período já encontrávamos representantes das igrejas protestantes e de mulçumanos (com presença anterior até ao dos missionários católicos no país), mas como o catolicismo era a bandeira do Estado português nas Colônias estas outras religiões, as representações ritualísticas e religiosas moçambicanas foram reprimidas em prol da dominação e assimilação católico-portuguesa.

Com o período de pós-independência ocorre um movimento contrário, como as igrejas protestantes assumiam um carácter diferenciado elas acabam por ser privilegiadas em detrimento da expulsão de missionários católicos e do enfraquecimento do poder político-econômico da Igreja Católica. Ao contrário do catolicismo, os missionários protestantes valorizavam as línguas africanas e as culturas locais como estratégia de conquistar os africanos e de trazê-los “novos valores”:

Os missionários protestantes, recorde-se, eram igualmente portadores de uma mensagem de “civilização”. Como os católicos, eles traziam para os africanos “um cristianismo dos povos europeus, um cristianismo muito ocidentalizado, helenizado”, nas palavras de Severino Ngoenha (2000, p.133). Porém, enquanto os católicos interpretavam a sua “missão civilizadora” como a erradicação da cultura local e sua substituição pela cultura portuguesa, os protestantes buscavam o “acesso” dos africanos à “modernidade” ocidental inculcando novos valores, no quadro, tanto quanto possível, da estrutura cultural nativa.(CABAÇO, 2007, p.300)

Neste novo ideal de retomada da identidade moçambicana, no combate aos ideários coloniais e da construção do país as igrejas protestantes através de idéias mais

ligadas aos novos ideais da Nação ganham mais espaço e adeptos, o que ocorre também no caso das outras igrejas ou seitas.

As idéias do protonacionalismo se desenvolveram também no seio de outras congregações que, colhendo elementos das igrejas protestantes, acabaram por incorporar em sua ação rituais e procedimentos das culturas locais. É o caso de Igrejas como as Etiópicas (zionistas), Assembléia de Deus, Velhos Apóstolos, etc. que se tornaram igrejas curativas e substitutivas de ritos tradicionais os quais elas, paradoxalmente, combatiam na sua configuração originária. Inspiradas na Bíblia e com contatos com congregações de países estrangeiros (África do Sul, Etiópia, EUA, etc.), algumas delas exprimiam seu desejo de autonomia e seu sentimento anticolonial restringindo a adesão exclusivamente a crentes africanos, advogando, já na segunda década do século XX, a idéia de uma “África para os africanos”. (CABAÇO, 2007, p.303)

Neste sentido, que após 1975 vemos uma expansão da crença em outras formas de religiosidade além da Igreja Católica, as quais mais se adaptaram aos novos momentos históricos e sociais, acompanhando o processo de construção da identidade de Moçambique, como demonstrado no Quadro 3.

Destarte, procuramos evidenciar aspectos importantes deste mosaico cultural que é Moçambique, com os quais explicitamos sucintamente a situação atual do país. No decorrer da dissertação acrescentaremos esta conjuntura ao contexto histórico-social moçambicano.

Na primeira parte, daremos destaque ao referencial teórico-metodológico utilizado para o estudo do romance *Niketche: uma história de poligamia*, a literatura de Moçambique e a escrita de Paulina Chiziane.

Em seguida, na segunda parte, o foco será os momentos sócio-históricos moçambicanos da colonização até o período de pós-independência, fazendo o recorte para o papel desempenhado pela mulher nestes períodos. E encerraremos com as conclusões deste estudo dissertativo desenvolvido por nós.

A presença da literatura- objeto e referencial teórico-metodológico

Fictício ou real, todo romance não pode deixar de ser um documento que exprime uma cosmovisão. Bem ou mal dado, certo ou errado, espiritualista ou materialista, bonito ou feio, através de cada obra literária podemos descobrir um novo mundo, a apresentação duma nova faceta da vida.

Hilário Henrique Dick

1. O olhar das Ciências Sociais sobre a literatura

“O que o escritor tipifica e exacerba na ficção romanesca, o que ele pressente também com a sensibilidade que é sua, pode servir de modelo à observação social. (...) a criação literária não faz senão antecipar os valores que, progressivamente, difundem-se no conjunto da sociedade, para ser objeto de criações no cotidiano.”

Michel Maffesoli

Durante muito tempo foi encarado como um errôneo o estudo literário que levava em consideração a relação entre a obra e o seu condicionamento social (CANDIDO, A., 1967, p.3). Não podemos negar que a obra literária é uma forma de manifestação cultural na qual são transmitidos diversos aspectos da realidade social.

A literatura deve ser valorizada, como uma forma cultural que fornece estruturas de atitudes e experiências⁶, podendo representar não somente características estéticas e ficcionais, mas todo um contexto de realidades extra literárias.

O texto literário pode representar sua própria medialidade, sua qualidade intermediária; pode se auto-representar; pode representar, quando não fabricar, todas as peças dos mundos ficcionais (a relação com mundos possíveis será de semelhança, oposição, determinação negativa, transformação utópica, etc.); pode representar o mundo subjacente a sua situação de produção (função referencial, em projeto realista da literatura). Pode ainda e, por fim, representar as condições de sua própria produção e existência: pode comportar uma reflexão impelida ao regime cultural do escritor e do impresso do qual faz parte. Desse modo, ele pode atrair o trabalho da história material e da cultural. (CHAVES, R.; MACEDO, T., 2003, p.160)

Para a produção de estudos mais ampliados e consistentes não devemos dissociar os aspectos sociais dos aspectos estéticos. De acordo com Antonio Candido:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; e que só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra. (...) Os estudiosos habituados a pensar, neste tópico, segundo posições estabelecidas no século XIX, quando ela estava na fase das grandes generalizações sistemáticas, que levavam a conceber um

⁶ SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

condicionamento global da obra, da personalidade literária ou dos conjuntos de obras pelos sistemas sociais, principalmente do ângulo literário. Todavia, a marcha da pesquisa e da teoria levou a um senso mais agudo das relações entre o traço e o contexto, permitindo desviar a atenção para o aspecto estrutural e funcional de cada unidade considerada (CANDIDO, A., 1967, p. 4-8).

Desta forma, para um estudo teórico mais integral, devemos entender a obra literária inserida num processo histórico, no qual ela é parte integrante e ativa; não sendo nem uma esfera absolutamente autônoma e nem uma mera projeção secundária determinada pelas relações sociais.

Uma crítica que se queira integral deixará de ser unilateralmente sociológica, psicológica, ou lingüística, para utilizar livremente os elementos capazes de conduzirem a uma interpretação coerente. Mas nada impede que cada crítico ressalte o elemento de sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra.(Idem, p.7)

Não podemos suprimir o aspecto no qual a criação imaginária do(a) autor(a) é indiretamente relacional à sua vivência social e cultural. Desta forma, a obra literária expressa visões de mundo que transcendem a visão individual do(a) autor(a), e representa visões de mundo coletivas. As visões de mundo são construídas a partir das vivências históricas, culturais e sociais desses grupos, formada pela ação dos atores, os quais participam de diferentes modos desta experiência.

Deste modo, interpretar as visões de mundo materializadas em textos literários, verificando suas condições de produção e a situação sócio-histórica vivenciada pelo(a) autor(a), devem ser o foco de estudos das Ciências Sociais. Devemos ir além da experiência individual do(a) autor(a) e interpretar a forma pela qual ela expressa a vivência de um determinado grupo, cultura e sociedade, captar as estruturas significantes do processo sócio-histórico presentes na obra literária.

Segundo Bourdieu,

É por isso que a análise científica, quando é capaz de trazer à luz o que torna a obra de arte *necessária*, ou seja, a fórmula formadora, o princípio gerador, a razão de ser, fornece a experiência artística, e ao prazer que a acompanha, sua melhor justificação, seu mais rico alimento. Através dela, o amor sensível pela obra pode realizar-se em uma espécie de *amor intellectualis rei*, assimilação do objeto ao sujeito e imersão do sujeito no objeto, submissão ativa à necessidade singular do objeto literário (que, em mais de um caso, é ele próprio o produto de semelhante submissão). (BOURDIEU, P., 2002, p.15)

Devido a este aspecto coletivo que assume a obra literária, a interpretação deve estar pautada na verificação da trajetória de vida do(a) autor(a), a emissão de seus posicionamentos sociais e políticos, os grupos sociais aos quais esta inserido, o tipo de público de suas obras. Assim, o estudo do texto literário e de suas condições sociais de produção seguiria uma lógica relacional – a observação das relações entre os diferentes atores envolvidos na atividade intelectual (autor, público, meios de comunicação, etc.) e as posições sócio-políticas presentes no período histórico em que a narrativa literária foi escrita.

Diante disso, podemos utilizar a literatura como objeto das Ciências Sociais visando aprofundar no texto, nas suas estruturas cognitivas e simbólicas, no contexto sócio-histórico da obra (o representado ficcionalmente e o qual pertence ao autor), nas especificidades estéticas e da própria formação da literatura de um país.

De acordo com Bourdieu (2002),

Procurar na lógica do campo literário ou do campo artístico, mundos paradoxais capazes de inspirar ou de impor os “interesses” mais desinteressados, o princípio da existência da obra de arte naquilo que ela tem de histórico, mas também de trans-histórico, é tratar essa obra como um signo intencional habitado e regulado por alguma outra coisa, da qual ela também é sintoma. (BOURDIEU, P., 2002, p.15-16)

Esta leitura do texto literário como representação e produto da cultura possibilita visualizarmos,

(...) a ficção como um lugar ontológico privilegiado: lugar em que o homem pode viver e contemplar através de personagens variadas, a plenitude da sua condição, e em que se torna transparente a si mesmo;

lugar em que, transformando-se imaginariamente no outro, vivendo outros papéis e destacando-se de si mesmo, verifica, realiza e vive a condição fundamental de ser autoconsciente e livre, capaz de desdobrar-se, distanciar-se de si mesmo e objetivar a sua própria situação (CANDIDO, A., 2002, p.48).

Diante do exposto, reconhecemos na escrita de Paulina Chiziane contribuições importantes e significativas para o estudo da literatura moçambicana e da condição feminina em Moçambique. No próximo capítulo, abordaremos aspectos de formação e consolidação da literatura moçambicana.

1. Literatura Moçambicana

“Uma literatura nascida do reencontro de uma condição comum a todo um grupo humano, uma literatura militante como esta não se deixa apreender, explicar por uma crítica que ignore as leis do seu nascimento e o sentido da sua escrita.”

Papa Gueye N´diaye⁷

A literatura moçambicana tem uma íntima ligação com os processos histórico-culturais ocorridos no país, seja no período de colonização, de independência, ou de pós-independência.

Não podemos deixar de considerar que antes mesmo da chegada dos portugueses, existe uma produção literária muito rica baseada na oralidade, fenómeno este que resistiu ao passar dos séculos e permanece até os dias de hoje a fazer parte da cultura moçambicana. Além disso, esta tradição oral literária influenciará enormemente as produções escritas dos autores nacionais.

Seguindo a divisão dos períodos literários proposta por Maria Aparecida Santilli⁸, as literaturas africanas de língua portuguesa podem ser divididas em três períodos mais significativos: literatura tradicional, colonial e nacional. Cada qual com distinções no recorte sócio-temporal, nas características textuais e na intencionalidade das produções.

Partindo desta divisão, Pires Laranjeira definiu os períodos de formação da literatura moçambicana, mais especificados e organizados do seguinte modo: um primeiro e um segundo períodos que ele chama de preparação (finais do século XIX até meados do século XX), um terceiro período que ela chama de formação (1950 a 1963),

⁷ La littérature africaine et la critique. L’Afrique (2): 48, Universidade de Dacar, 1972.

⁸ SANTILLI, M. A. Estórias africanas. São Paulo: Ática, 1998.

um quarto período de desenvolvimento (1964 a 1975), e um quinto período, de consolidação (1975 a 1992).⁹

Antes de adentrarmos a estas divisões, consideramos importante ressaltar a existência anterior (e co-existente) da literatura escrita: a literatura baseada na oralidade. A literatura oral moçambicana origina-se nas línguas negro-africanas, com sua riqueza e disponibilidade de vocábulos os quais contribuem para o florescimento duma produção abundante: mitos, lendas, fábulas, ditados, adivinhas, contos, provérbios e poemas. Essas foram às formas de transmissão e preservação cultural, tradicionalmente utilizada, durante toda a sua história.

“Se a literatura tradicional não aparece por via da escrita, embora os sinais gráficos fossem conhecidos de longa data em várias regiões da África negra, se a fixação literária não tem sido praticada duma maneira sistemática, deve-se menos ao caráter esotérico tomado pela linguagem escrita nas civilizações negro-africanas que às violências históricas sofridas pelas sociedades negras. Decerto, a predominância do verbo e do gesto, mas as possibilidades de renovação e de *dépassement* da literatura tradicional, à medida que os povos negros emergem da opressão colonial”. (Andrade, 1958, p.8).

Esta literatura baseada na tradição oral tem como princípio a manutenção da cultura, a transmissão de ensinamentos, propiciando assim a unidade grupal e a ligação com o mundo ancestral. Podemos entender a tradição oral africana como

(...) um sistema de auto-interpretação, pelo qual a sociedade explica-se a si mesma.(...) A história falada dos africanos se aproxima de uma verdade ontológica. Ou mais precisamente, ela atrai o olhar do homem para questões ontológicas (ZIEGLER, 1972, p.163).

Ela é passada de boca em boca, de geração em geração, e este é o gênero que vai sendo reproduzido pela memória, enriquecido e consagrado por sua construção e atuação coletivas. A literatura oral conta com a performance expressiva do artista como

⁹ LARANJEIRA, P. Literaturas africanas de expressão portuguesa. Lisboa: Universidade Aberta, 1995.

base da comunicação; a oralidade como base da comunicação, a audiência e a memória como fatores da comunicação.¹⁰

No século XIX, com a ocupação efetiva por parte dos portugueses do território moçambicano, como já dissemos anteriormente, tem-se o início de uma preocupação com os âmbitos educativos e culturais das populações locais, até mesmo para atingir os resultados das políticas assimilacionistas e “civilizatórias”.

Será no período de 1850 ao início do século XX que nas colônias portuguesas surge um surto de jornalismo. No caso de Angola e Moçambique aparecem os primeiros periódicos como: A Aurora (1856), A Civilização da África Portuguesa (1866), O Eco de Angola (1881), O Futuro de Angola (1882), O Farol do Povo (1883), O Serão (1886), A Civilização da África Portuguesa (1886), O Arauto Africano (1889), Ensaios Literários (1891), Luz e Crença (1902-1903).¹¹ Esta fase vai ser denominada por Pires Laranjeira de Preparação

Temos aí à entrada no período da literatura colonial, no qual será importantíssima a participação dos primeiros escritores, poetas e jornalistas naturais de Moçambique. Este fato influencia decisivamente a produção literária, neste momento letrada, a partir de então.

Em 1869 surge o primeiro periódico moçambicano, *O Progresso*, e despontam páginas ou seções literárias e de artes na imprensa. Precursores de periodicidade semanal foram *O Africano* (1877), *O Vigilante* (1882), *Clamor Africano* (1892).¹²

Somente por volta de 1908, com a circulação do periódico *O Africano* (1908-1920) é que a imprensa em Moçambique torna-se mais freqüente. Em 1918, surge um

¹⁰ AKPOROBARO, F.B. O. Introduction to African Oral Literature: a literary-descriptive approach. Lagos: Princeton, p.3-4)

¹¹ SANTILLI, M. A. Estórias africanas. São Paulo: Ática, 1998.

¹² Idem.

período de grande importância para a cena literária, *O Brado Africano*, no qual teremos a publicação de crônicas, contos e poesias de colaboradores africanos.

O jornalismo e a literatura letrada moçambicana nascem juntos. É da dinâmica entre ambos que surge em Moçambique uma obra pioneira na área da prosa de ficção: *O livro da dor*, de 1925, composto por crônicas e contos do jornalista João Albasini. Em 1943 aparecem os primeiros textos poéticos, *os Sonetos*, de Rui de Noronha, e numa produção coletiva da CEI (Casa dos Estudantes do Império) nasce à coletânea *Poesia em Moçambique*, datada de 1951. Além dessas produções, encontra-se o registro das revistas *Itinerário*, de 1941, e *Msaho*, de 1952, "que recolhem uma produção heterogênea, portanto [sem] característica de determinada fase no processo de nacionalização da literatura moçambicana"¹³

Destacam-se, a partir dos anos 1950, alguns poetas como colaboradores de periódicos e revistas, tocados pelo neo-realismo, os quais teriam papel de destaque na formação da literatura moçambicana (o que Pires Laranjeira chamará de terceiro período, o de Formação), como: Noêmia de Sousa, Marcelino dos Santos (Kalungano), José Craveirinha, Rui Nogar, Vírgilio de Lemos, Rui Guerra, Fonseca Amaral e Orlando Mendes.

As literaturas africanas encontram nos jornais do período colonial espaço profícuo de divulgação ficcional, poética, da cultura em geral e de resistência aos mandos e desmandos de um sistema colonialista que ignora o saber, as manifestações culturais, as formas de expressão dos povos subjugados. Inicialmente, essas literaturas nascem como meio valorativo das regiões a que pertencem os intelectuais, ou que eles conhecem, mas, pouco a pouco, o regional evolui e dá lugar a um sentimento nacional que vislumbra um projeto coletivo capaz de redimensionar os "chamados valores culturais africanos".¹⁴

A partir daí a literatura moçambicana confunde nas vozes de seus escritores o contexto sócio-histórico-cultural (o extra-literário) com a arte do texto (o intra-

¹³ *Ibidem*, p.28.

¹⁴ CHAVES, R. A formação do romance angolano. São Paulo: Via Atlântica, 1999, p.37.

literário), ou seja, tem-se uma produção com ricas elaborações poéticas aliadas à reflexão político, histórica e ideológica.

Quem conhece minimamente as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, pode reconhecer em *Mensagem*, *O Brado Africano*, *Certeza* e, mesmo, *Claridade* signos de uma postura estética que não minimizava a dimensão ética de uma ação cultural votada à mudança. Aprendemos ali que, antecipando outras formas de luta, a atividade literária inseria-se na discussão da nacionalidade. A emergência de um sentimento nativista, com ênfase na descoberta e valorização dos chamados “bens de raiz”, situava-se entre as operações que visavam dotar os futuros países de uma base em que às pessoas, separadas por fundas diferenças, pudessem encontrar uma plataforma comum.¹⁵

Desta necessidade de questionar a realidade, a diversidade, surge o tema da identidade, da nacionalidade e da valorização cultural das origens africanas na literatura. Essa temática será recorrente em toda a produção literária moçambicana, seja ela do período colonial ou o da independência.

Esse período traz consigo a necessidade de independência dos países africanos, das populações submetidas ao sistema colonial de se reafricanizar, de retornar as origens e resgatar a identidade negada. Devido a isto, o escritor utiliza na construção do texto as técnicas próprias da oralidade, procurando “adequar” na língua do colonizador – o português – o modo de agir, pensar, olhar e sentir do moçambicano.

Diante disso, temos uma questão importantíssima, o texto literário é um instrumento da construção da identidade de um país em edificação, além de ser da denúncia, da liberdade, da igualdade e da justiça. E nisto, vem consigo toda a complexidade que é ser colonizado, todas as ambigüidades, e, ainda pior, a de ser escritor nesta realidade.

Na figura do escritor estão encarnadas todas as ambigüidades de ser colonizado, do ser assimilado, além do “drama do bilingüismo”. A posse de duas línguas não é apenas a de dois instrumentos, é a participação em dois reinos psíquicos e culturais. Ora

¹⁵ Idem, 2005, p.278.

aqui, os dois universos simbolizados, carregados pelas duas línguas, estão em conflito: são os do colonizador e do colonizado.¹⁶

Além disso, muitos dos escritores moçambicanos utilizaram não só do texto para colaborar com a tomada de consciência da necessidade da independência, mas se colocaram a disposição da luta de libertação. Participaram como revolucionários nas trincheiras e como teóricos das políticas da independência e pós-independência.

Entre os anos de 1964 e 1975, momento que temos o início da luta armada de libertação nacional até a independência de Moçambique, temos o “período de Desenvolvimento da literatura”. O discurso anticolonialista e revolucionário é recorrente nos textos produzidos nessa época. O livro de contos de Luís Bernardo Honwana, publicado em 1964, *Nós matamos o cão-tinhoso*, torna-se marco da ampliação dos horizontes da produção ficcional em Moçambique. *Portagem*, de Orlando Mendes, escrito em 1966, ficará, contudo, registrado como o primeiro romance moçambicano.

Pires Laranjeira (1995) aponta que neste período ocorrerá a migração de muitos intelectuais e artistas, nos tempos que antecederam e posteriores a independência. Com isso, será evidenciado nas produções literárias o que ele chama de “identidade nacional indefinida, vacilante ou dupla”.

Nos anos 60 e 70, em Moçambique, vão estar em cena bastante escritores que abandonaram o país na independência (pouco antes ou pouco depois, sobretudo brancos, mas também um e outro mulato). Intensifica-se assim uma tendência própria da colônia qual seja a de criar muitos intelectuais, escritores e artistas com uma identidade nacional indefinida, vacilante ou dupla, escritores que passam a sentir-se moçambicanos e/ou portugueses: Rui Knopfli, Glória de Sant’Anna, Guilherme de Melo, Jorge Viegas, Sebastião Alba, Lourenço de Carvalho, Eduardo Pitta, João Pedro Grabato Dias (ou Multimati Barnabé João ou António Quadros), Eugénio Lisboa, Ascêncio de Freitas, etc. Outros, como Mía Couto, Heliodoro Baptista, Leite Vasconcelos, ficarão no Índico, assumindo sem reservas a cidadania moçambicana. (LARANJEIRA, P., 1995, p.350).

¹⁶ MEMMI, A. 1977, p.97.

O período definitivo para a atual conjuntura da literatura moçambicana, é o inscrito entre 1975 e 1992, chamado de Consolidação. A partir desse momento passou a não haver dúvidas quanto à autonomia e extensão da literatura moçambicana. Da independência até 1982, foi notável a divulgação de textos engavetados ou dispersos. Texto típico foi *Silêncio escancarado* (1982), primeiro e único livro de Rui Nogar (1935-1993). Também são encontrados textos de exaltação patriótica, de culto dos heróis da luta de libertação nacional e de temas marcadamente doutrinários, militantes ou empenhados, no tempo da independência.

Segundo Pires Laranjeira (1995), com a publicação de *Terra sonâmbula* (1992), de Mia Couto, encerraria este período. Assim, a partir de 1992 até os dias de hoje, Kalungano, Mia Couto, Ungulani, Ba Ka Khosa, Hélder Muteia, Pedro Chissano, Juvenal Bucuane, Luís Carlos Patraquim, Sérgio Vieira, Simeão Cachamba, Paulina Chiziane, Júlio Carrilho, Eduardo White, Carneiro Gonçalves, entre inúmeros outros, através de suas obras, representam os novos e atuais rumos do que se pretende ser a moçambicanidade que, entre outras coisas, revela sua hibridez, como o resultado do mosaico cultural o qual revela-se Moçambique.

Dentre estes novos rumos, no final do século XX e início do século XXI temos a presença de uma escrita feminina em Moçambique, com duas autoras tendo livros publicados: Lília Momplé e Paulina Chiziane, sendo a última a primeira a publicar um romance no país, e que ganhou dimensões internacionais. Até então a escrita era de domínio exclusivamente masculino, relegando as mulheres a margem da literatura de seu país.

A escrita feminina trás a tona uma realidade diferente, pois possui um olhar sob um ângulo diferente. Desta forma, a história do país aparece através de uma nova percepção que além de tratar dos aspectos sócio-históricos e políticos da sociedade

transcende, amplia para a situação da mulher, portadora de densidade psicológica, das relações familiares e conjugais, do sentimento.

Diante desta particularidade Inocência Matta (2007) aponta:

Agora as escritoras parecem querer ir para além da construção da Nação solapando-a: considerando o tangenciamento entre feminino e mulher, pode afirmar-se que trazem para a cena literária o sentimento individual em toda a sua plenitude (que não apenas aquela que revela do político-ideológico) e querem expandi-lo para lá do nacional e atingir primeiro a condição feminina, depois a condição humana, sem descurar a discussão incomoda dessa condição nas relações internas de poder que trazem ainda a marca da inquietação, numa garimpagem, ainda e sempre, de um “eu” profundamente interior.(MATTA, I. 2007, p.430)

Não podemos deixar de registrar a dificuldade das mulheres em terem o direito ao exercício literário. Isto se deve à escrita da língua portuguesa ser de domínio de poucas mulheres, e de acordo com Laura C. Padilha

À produção de mulheres, malgrado a sua incursão pela chamada ‘literatura colonial’, o acesso ao texto verbal lhes era duas vezes barrado: por serem mulheres e africanas. Encher de palavras o silêncio histórico foi para elas uma árdua e difícil conquista(PADILHA, L.C, 2002, p.131).

Esta escrita nasce no sentido de escrever, construir sua própria história e sua subjetividade, resgatando todos os acontecimentos: do período de colonização, da luta de libertação do país, dos desafios do período pós-independência. Neste sentido, ela adquire caráter de memória, que ultrapassa a memória individual da autora mas se torna o relato da memória coletiva das moçambicanas.

Segundo Halbwachs (1990) a memória seria produto de uma interpenetração da memória pessoal e da memória histórica:

Assim, mesmo quando se trata de lembranças de nossa infância, vale mais não distinguir uma memória pessoal, que reproduziria tal como nossas impressões de outrora, que não nos faria sair do círculo estreito de nossa família, da escola e de nossos amigos; e uma outra memória que chamaríamos histórica, onde não estariam compreendidos senão os acontecimentos nacionais que não pudemos conhecer então; tão bem que por uma penetraríamos num meio no qual nossa vida já se desenrolava, sem disso nos apercebemos, enquanto que a outra nos colocaria em contato com nós mesmo ou com um eu alargado

realmente até os limites do grupo que comporta(...) Não é na história aprendida, é na história vivida que se apóia nossa memória.(HALBWACHS,M., 1990, p.60)

Desta forma, a escrita feminina negra é uma conquista no sentido de dar a possibilidade a novos (neste caso novas) sujeitos de narrarem suas experiências, darem visibilidade e voz ao contexto histórico e sócio-cultural o qual fazem parte.

Apesar disso, esta escrita não assume caráter antagônico à escrita masculina, mas procura ser um suplemento ao discurso literário tradicional, fortemente marcado pelo modo lírico, na qual segundo COELHO (1993, p.15) se configura de forma distinta, com o uso da palavra “fragmentada, aspectos da oralidade como a riqueza de detalhes, a insistência no próprio emissor, a projeção da linguagem ao nível simbólico e a tendência em explicar o universo”.

O objetivo da narrativa produzida pelas mulheres, segundo Inocência da Matta (2007)

Trata-se, afinal, da expressão da subjetividade feminina – da mulher enquanto ser humano em primeiro lugar e como tal com os seus desejos (espirituais, afectivos, culturais, sexuais), e frustrações, as suas aspirações e sonhos, as suas alegrias, admirações, dores e sensações – de que a alma da mulher, com os seus juízos subjetivos, toma consciência, consciência de si enquanto mulher e enquanto ser humano. A figuração do feminismo gera uma iluminação existencialista em que a escrita se transforma em iniciação à vida plena. (MATTA, I. 2007, p.432)

Será neste contexto que Paulina Chiziane escreve suas obras: *Balada de Amor ao Vento* (1990), *Ventos do Apocalipse* (1999), *O Sétimo Juramento* (2000), e o livro objeto da presente dissertação, *Niketche: uma história de poligamia* (2002), a qual será dado maior destaque no capítulo seguinte.

3. A escrita feminina de Paulina Chiziane e a(s) voz(es) feminina(s) em “*Niketche: uma história de poligamia*”

*Na minha obra ficção e realidade
caminham de mãos dadas.*

Paulina Chiziane

Paulina Chiziane nasceu em Manjacaze, província de Gaza, em 4 de Junho de 1955.¹⁷ Cresceu nos subúrbios de Maputo onde se dedicando aos estudos irá mais tarde cursar Lingüística na Universidade Eduardo Mondlane, sem porém ter concluído o curso. Iniciou suas atividades literárias em 1984, quando publicou contos no jornal “Domingo” e no semanário “Tempo”. Seu primeiro romance foi *Balada de Amor ao Vento*.



Foto 2. Paulina Chiziane¹⁸

Nas palavras da própria autora:

Como me tornei escritora? É algo que não sei responder. Apenas posso dizer que a escrita escolheu-me, da mesma forma que a natureza me tornou mulher. Posso confirmar que a minha vivência também

¹⁷ Fonte: http://pintopc.home.cern.ch/pintopc/Www/Africa/Dados_Biograficos.htm

¹⁸ Fonte: http://www.cm-pvarzim.pt/groups/staff/conteudo/imagens-gerais/cultura/correntes-2009/fotos-participantes/Paulina%20Chiziane%20a9%20Alfredo%20Cunha.jpg/image_mini

conduziu-me a este caminho(...) As minhas memórias mais remotas são das noites frias à volta da lareira, ouvindo histórias da avó materna. Nas histórias onde haviam mulheres, elas eram de dois tipos: uma com boas qualidades, bondosa, submissa, obediente, não feiticeira. Outra era má, feiticeira, rebelde, desobediente, preguiçosa. A primeira era recompensada com um casamento feliz e cheio de filhos; a última era repudiada pelo marido, ou ficava estéril e solteirona.

Acompanhava todos os passos de minha mãe. No rio enquanto me banhava, a minha mãe cantava e lavava roupas e mágoas. As outras mulheres faziam o coro. Estas cantigas umas vezes eram suspiros e outras murmúrios de angústia. Já em casa ouvia as cantigas de pilar milho e as de pilas amendoim. O que consegui observar é que os homens ouviam-nas com total indiferença. Em momento nenhum da minha vida me recordo de ter ouvido da boca de um rapaz ou de um homem, estas cantigas de mulher.

Aos seis anos de idade abandonei o campo com meus pais e fomos viver no subúrbio da cidade. Entrei na escola católica. Apesar das grandes diferenças na educação da casa e da escola, encontrei harmonia na matéria que dizia respeito ao lugar da mulher na vida e no mundo. A educação tradicional ensina a mulher a guardar a casa e a guardar-se para pertencer a um só homem. A escola também ensinava a obediência e a submissão e preparava as raparigas para serem boas donas de casa, de acordo com o princípio cristão.(...) Já adolescente sonhei em tornar-me pintora. A família disse não. A escola disse não. A sociedade também disse que não. Porque não é bom para a mulher. Porque pintura é arte e o artista é marginal. Eu estava a ser educada para ser uma boa mãe e esposa (...) À medida que ia crescendo, ia contemplando os fundamentos da existência humana, cada dia com maior profundidade. Observava o labor dos seres humanos, o seu sacrifício, os homens que morriam sem nunca terem conseguido realizar seus sonhos. Encontrava uma grande contradição entre o mundo que me rodeava e o mundo que residia no meu íntimo. Senti necessidade de desabafar. Desabafar lavando nas águas do rio, como fazia minha mãe, já não fazia parte do meu mundo. A cantigas da hora de pilar não eram suficientes para libertar minha opressão e projectar a beleza do mundo que sonhava construir. Comecei a escrever as minhas reflexões.¹⁹

Paulina Chiziane foi trilhando aos poucos o processo da criação literária, iniciando com poemas, depois crônicas, contos para chegar mais tarde a realizar o seu sonho de escrever um livro. Mas sua trajetória de vida acabou por fazer desejar esperar, pois a vida de mulher casada estava a lhe colocar limites e obstáculos:

Este sonho adormeceu porque me casei e queria ser boa esposa. Mas a vida conjugal deu-me a provar as primeiras amarguras. Minha alma tornou-se uma muralha de solidão e silêncio. Olhei para mim e para as outras mulheres. Percorri a trajetória do meu ser, procurando o erro de nossa existência. Não encontrei nenhum. Reencontrei na escrita o preenchimento do vazio e incompreensão que se erguia a minha volta. A condição da mulher inspirou-me e tornou-se meu tema. Coloquei no

¹⁹ CHIZIANE, P., 1992, p. 14-15.

papel as aspirações da mulher no campo afetivo para que o mundo as veja, as conheça e reflita sobre elas. Se as próprias mulheres não gritam quando algo lhes amargura da forma como pensam e sentem, ninguém fará da forma como elas desejam. Foi assim que surgiu minha primeira obra, “Balada de Amor ao Vento”, tornando-me deste modo umas das poucas escritoras do meu país.²⁰

Apesar da publicação do seu primeiro romance, as dificuldades da escritora não paravam, pois a sociedade não acreditava no potencial de criação literário feminino. Por esse motivo, ela fora ridicularizada, estereotipada, e até mesmo vítima de assédios morais e sexuais como condição necessária para a publicação de suas obras. Os problemas familiares também foram obstáculos a serem ultrapassados e administrados como todos os outros enfrentados.

Mesmo com todas essas dificuldades Paulina Chiziane perseverou e continuou a trilhar o seu caminho, provando para os homens de seu país a qualidade da sua escrita feminina e a possibilidade da mulher alcançar outros espaços na sociedade. O seu grande estímulo foi o apoio das mulheres e dos mais jovens para que ela continuasse a “contar” suas histórias.

Sua escrita, que tem como objeto a mulher e a sociedade moçambicana, ratifica o que Antonio Candido (1968) teoriza sobre a influência do meio e do cotidiano como matéria literária para os autores. Neste caso, Paulina Chiziane declaradamente imprimiu em suas obras um sujeito feminino que rompe o silêncio e denuncia todas as desigualdades sociais e de gênero as quais as mulheres moçambicanas passam cotidianamente e historicamente.

(...) a moçambicana Paulina Chiziane, uma contadora de histórias sobre as relações de homens e mulheres que busca sempre representar lugares esconsores por onde caminha a condição subalterna da mulher: do casamento forçado ao *lobolo*, da dureza da guerra, com seu corolário de violações e fragmentação psicológica e identitária, ao estatuto de amante e concubina, da marginalização, institucional e social da mulher à de seus filhos nascidos em condições que as “leis de família” feitas à

²⁰ Idem, p.15-16.

margem dessas outras das sociedades tradicionais que realmente vigoram, da submissão aos mais repressivos rituais de subserviência conjugal e de viuvez (como o *kutchinga* ou o levirato) à desproteção social e institucional a que a mulher é atirada devido a hipocrisia do Estado e da sociedade que não reconhecem a poligamia enquanto instituição “legal” quando os seus agentes e decisores a praticam, ainda que de forma desvirtuada....(MATTA, I., 2007, p.437)

Desde o seu primeiro romance, *Balada de Amor ao Vento*, passando por *Ventos do Apocalipse*, *O Sétimo Juramento* e *Niketche* estes são os elementos desenvolvidos nas narrativas, somados a apresentação e discussão de problemáticas complexas como: campo *versus* cidade, norte *versus* sul, tradição *versus* modernidade.

Mesmo parecendo inicialmente que estes elementos são opostos, a autora vai narrando de um modo a demonstrar a complementaridade existente entre eles, e como são maneiras de agir, pensar e sentir as quais de alguma forma se encontram, por serem parte da cultura e sociedade moçambicana.

Paulina Chiziane vale-se de alguns recursos narrativos, para tratar dos temas elencados, como: a oralidade, a utilização de vocábulos locais, presença de vários elementos das culturas ancestrais, das cosmogonias, da epifania da escrita. Isso é ainda mais evidente na obra, objeto de estudo, na qual o próprio título é nome de uma dança ritual de iniciação sexual feminina.

Esta dança é originária da Zambézia e de Nampula, região norte de Moçambique, *niketche* “é a dança do sol e da lua, dança do vento e da chuva, dança da criação. Uma dança que mexe, que aquece. Que imobiliza o corpo e faz a alma voar” (CHIZIANE, P., 2002, p. 160). Executada ao “som ritmado dos batuques” (Idem), *niketche* constitui uma espécie de expressão autêntica da feminilidade moçambicana, de erotismo, “porque *niketche* é a sensualidade perfeita, rainha de toda a sensualidade” (Ibidem).

Este título já aponta para uma questão desenvolvida no romance, o domínio do sistema matriarcal do Norte de Moçambique em contraponto ao sistema patriarcal do sul, parte do país a qual é de origem da protagonista Rami. Trazendo a tona a discussão sobre as diferentes figurações existente no país sobre a condição feminina. Deste modo, um romance que poderia, a princípio, limitar-se a questões de amor e desamor, ciúme e vingança, reveste-se de contornos antropológicos e sociológicos ao encerrar questões relativas ao imaginário cultural moçambicano (DUTRA, R., 2007, p.311).

O romance conta a história de Rami, que é casada com um comandante da polícia, Tony, e descobre o envolvimento dele com outras mulheres, chegando ao ponto de manter casas e ter filhos com elas: Julieta, Luísa, Saly, Mauá, mais um relacionamento esporádico com Eva.

Rami, a protagonista e narradora de primeira pessoa nos quarenta e três capítulos sem título que constituem o texto, conta uma história cujo enredo tem que ver a poligamia e, na verdade, aspectos históricos desse costume social multiconjugal em Moçambique. Desde a sua perspectiva como a primeira das cinco esposas de Tony, assim como a mãe de cinco dos dezesseis filhos de seu marido, Rami conta o que chega a ser uma estória aparentemente simples, embora tematicamente multifacetada e com um enredo algo complexo. A estória relata eventos, ocorridos ao largo dos meses, tendo a ver com a vida diária de mulheres e a sua relação com o seu companheiro polígamo, outros homens e as suas famílias nucleares e extensas. Outra questão abordada na estória trata-se das relações entre as cinco esposas de Tony. A linguagem e estilo da narrativa e diálogos são infundidos com a obliquidade de uma prosa poética que freqüentemente simula crescendos sinfônicos e alcança as alturas do realismo mágico. (RUSSELL, G.H., 2007, p.319)

No que se refere à poligamia as personagens expressam no relato ficcional suas opiniões, refletem ainda sobre as diferentes configurações desta prática – a poligamia adúltera contemporânea e a tradicional. Além disso, discutem a partir das diferentes tradições e etnias dos papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres.

Por isso não se pode dizer que as personagens femininas de Paulina Chiziane – que predominam – sejam meras marionetas: na verdade trata-se de um percurso intelectual que as personagens empreendem (e com elas a leitora) em vista a desmistificação de imagens femininas convencionais que chegam pela acção auto-

reflexiva, ao auto-reconhecimento num contexto em que a *alteridade* se transforma em *outridade*, com estatuto reconhecido, e a *tradição* surge como um tempo de renovação cultural para a mulher em Moçambique.(MATTA, I, 2007, p.438)

O interessante na construção da diegese é que cada uma das personagens, “esposas” de Tony, tem origem em uma parte diferente do país, são: rongá (Rami), changana (Julieta), sena (Luiza), maconde (Saly), e macua (Mauá). A narradora metaforiza a possibilidade de o marido ter conseguido o que o próprio Estado Moçambicano não conseguiu, o de efetivar a unidade nacional: “Mas nós já somos uma variação, em línguas, em hábitos, em culturas. Somos uma amostra de norte a sul, o país inteiro nas mãos de um só homem. Em matéria de amor, o Tony simboliza a unidade nacional” (CHIZIANE, P., 2002, p. 161).

Portadora de uma consciência de que “as culturas são fronteiras invisíveis construindo a fortaleza do mundo” (idem, p. 39), Rami parte numa viagem de reconhecimento das outras mulheres de seu marido, e neste processo se reconhece.

Rami é originária da região sul de Moçambique, onde a cultura portuguesa se impôs de forma mais intensa do que no norte do país, por isso ela possui uma formação diferenciada das outras mulheres de Tony, pois teve uma educação à “moda europeia”, sabe ler e escrever, e foi preparada para cuidar do marido, dos filhos e da casa:

(...) aprendi até ballet [...] e todas aquelas coisas das damas europeias, como cozinhar bolinhos de anjos, bordar, boas maneiras, tudo coisas da sala. Do quarto nada! A famosa educação sexual resumia-se ao estudo do aparelho reprodutor, ciclo disto e daquilo. Sobre a vida a dois nada! Os livros escritos por padres invocavam Deus em todas as posições. Sobre a posição a dois, nada! (...) Nunca ninguém me explicou por que é que um homem troca uma mulher por outra. (CHIZIANE, P., 2002, p.44-45).

Na busca de entender os motivos pelos quais o marido procurou “os braços de outra mulher”, Rami vai à busca de cada uma das mulheres com quem ele tem um

relacionamento.²¹ Verifica com surpresa na casa de suas rivais coisas que são proibidas para ela por seu marido, como o caso do retrato na parede ou um vestido mais provocante e colorido, não o são para as outras mulheres.

A partir disso Rami começa a refletir sobre o que a levou a ter este tipo de vivência e comportamentos, e, além disso, a identificar os possíveis motivos que fizeram seu marido a procurar outras mulheres. Neste momento ela inicia uma reflexão sobre a cultura em Moçambique e as diferenças existentes nos papéis desempenhados pelas mulheres de acordo com a origem étnica e da região do país.

E na tentativa de reconquistar seu marido submerge nestas referências culturais, distintas da que foi criada, para se apropriar de elementos e “armas” que o tragam de volta só para ela. Será então que ela procura uma “conselheira amorosa”, que ensina a mulher a sentir prazer e a proporcionar mais satisfação sexual ao homem.

A “conselheira amorosa” destaca a diferença das mulheres do norte e do sul. No Norte, como as tradições estão mais preservadas, permanece a prática das mulheres e as indumentárias com ouro; passam por ritos de iniciação, aos sete anos, no qual iniciarão seu aprendizado sobre o universo feminino. Segundo a conselheira, “Enquanto noutras partes da África se faz a famosa excisão feminina, aqui os genitais se alongam. Nesses lugares o prazer é reprimido, aqui é estimulado” (CHIZIANE, P., 2002, p.44).

Segundo Robson Dutra (2007):

Esta observação é, ao meu ver, relevante, tendo em vista os postulados culturais moçambicanos(...). Além das questões matri e patrilineares, há uma tradição no norte matrilinear de as mulheres ali nascidas serem iniciadas a serem iniciadas na arte do prazer sexual que as leva, por exemplo, a alongar o clitóris e os lábios vaginais de modo a proporcionar – para desgosto das mulheres do sul – maior prazer ao parceiro e a si mesmas. São também as do norte que têm como característica as escarificações e tatuagens feitas na pele com vistas à maior sedução durante o encontro sexual. (DUTRA, R., 2007, p.312)

²¹ Não podemos deixar de pontuar que estes encontros se dão de forma violenta, as mulheres lutam fisicamente com todas as suas forças, a ponto mesmo de, no primeiro encontro com Julieta, Rami ficar muito machucada e até desmaiar, e com Luísa, a terceira esposa, as duas terminarem na cadeia.

Dessa forma, as mulheres estarão devidamente preparadas também para ser oferecidas aos amigos dos maridos nos rituais de celebração à amizade. Independente de ser resultado dessas partilhas amorosas, os filhos sempre recebem “apelido” da mãe. “Uma só família pode ser mosaico de cores e raças de acordo com o tipo de visitas que a família tem, porque mulher é fertilidade” (CHIZIANE, P., 2002, p.39).

Na região Sul, somente se for estéril o homem entregará sua mulher ao irmão de sangue ou de circuncisão. Também a poligamia foi preservada pela cultura nortista, uma vez que no Sul predomina a religião cristã e a monogamia (oficialmente). Nas palavras da narradora:

As mulheres do sul acham que as do norte são umas frescas, umas falsas. As do norte acham que as do sul são umas frouxas, umas frias. Em algumas regiões do norte, o homem diz: querido amigo, em honra da nossa amizade e para estreitar os laços da nossa fraternidade, dorme com a minha mulher esta noite. No sul, o homem diz: a mulher é meu gado, minha fortuna. Deve ser pastada e conduzida com vara curta. No norte, as mulheres enfeitam-se com flores, embelezam-se, cuidam-se. No norte a mulher é luz e deve dar luz ao mundo. No norte as mulheres são leves e voam. Dos acordes soltam sons mais doces e mais suaves que o canto dos pássaros. No sul as mulheres vestem cores tristes, pesadas. Têm o rosto sempre zangado, cansado, e falam aos gritos como quem briga, imitando os estrondos da trovoada. Usam o lenço na cabeça sem arte nem beleza, como quem amarra um feixe de lenha. Vestem-se porque não podem andar nuas. Sem gosto. Sem jeito. Sem arte. O corpo delas é reprodução apenas.

Homem do sul quando vê mulher do norte perde a cabeça. Porque ela é linda, muthiana orera²². Porque sabe amar, sabe sorrir e sabe agradar(...) O homem do norte também se encanta com a mulher do sul, porque é servil(...) A mulher do sul é econômica, não gasta nada, compra um vestido novo por ano. A nortenha gasta muito com rendas, com panos, com ouro, com cremes, porque tem que estar sempre bela. É a história da eterna inveja. O norte admirando o sul, o sul admirando o norte. Lógico. A voz popular diz que a mulher do vizinho é sempre melhor que a minha.” (CHIZIANE, P., 2002, p. 36-37)

Embora existam estas diferenças alguns costumes são compartilhados entre as regiões, como por exemplo, em relação aos hábitos alimentares: “Há comidas masculinas e femininas. Na galinha, as mulheres comem as patas, as asas e o pescoço. Aos homens servem-se as coxas de frangos. A moela” (CHIZIANE, P., 2002, p.43). Nos

²² Mulher bonita.

períodos de menstruação, mulheres de norte a sul devem ficar afastadas de alguns afazeres domésticos e da vida pública.

As consultas com a ‘conselheira amorosa’ resultam numa etnografia dos hábitos culturais de Moçambique. Ao refletir sobre esses aspectos, Rami se revolta contra as imposições a que o povo foi submetido no longo período de colonização. “O colonizado é cego. Destrói o seu, assimila o alheio, sem enxergar o próprio umbigo” (CHIZIANE, P., p.45). Nesse momento, para a protagonista, a apropriação das práticas tradicionais aparece como sinônimo de vida, de renascimento, metáfora da salvação de seu casamento.

A ‘conselheira amorosa’ utiliza técnicas a fim de levar Rami a pensar, sentir ou agir de maneira que não partiria espontaneamente dela. O poder persuasivo do discurso da profissional se evidencia e aumenta à medida que as sessões vão se seguindo:

Como queres ser feliz no lar se não recebeste as lições básicas de amor e sexo? Na iniciação aprendes a conhecer o tesouro que tens dentro de ti. A flor púrpura que se multiplica em pétalas intermináveis, produzindo todas as correntes benéficas do universo. Nos ritos de iniciação habilitam-te a viver e a sorrir. Aprendes conhecer a anatomia e todos os astros que gravitam dentro de ti (CHIZIANE, P., 2002, p.37-38).

(...)

Na verdade, - Se queres um homem prenda-o na cozinha e na cama (CHIZIANE, P., 2002, p.43).

Rami participa de quinze aulas as quais assumem o papel de ritos de iniciação, e de “aprendizado tardio das mais antigas tradições africanas, esquecidas diante de uma educação colonizadora” (VALENTIM, J, 2008, p.5). Inicia a partir de então o processo de colocar em prática as lições aprendidas com sua conselheira, mas que não alcançaram os resultados esperados.

Diante disso, ela decide procurar um mercador de sorte, seitas, valer-se de feitiços, sempre motivada pelo desespero de reaver seu casamento. Não tendo sucesso em nenhum das tentativas chega à seguinte conclusão: “Andei em brigas, escândalos,

feitiços, escolas de sedução. Do amor o que ganhei eu?! Nada! Chatices, só chatices.(...) O que querem as mulheres a volta de um só homem? Todas tememos a solidão e por isso suportamos o insuportável.”(CHIZIANE, P., 2002, p.67)

Rami, neste momento, reflete que, na verdade, a sua solidão e dor é também compartilhada por todas as outras mulheres, e que então, ela não é a única a sofrer. O fato de olhar a casa vazia, sentir a ausência do marido desejado, dos filhos sem a referência paterna em casa, a falta de apoio, e experimentar a solidão são sentimentos comuns nesta comunidade poligâmica: “Ter é uma das muitas ilusões da existência, porque o ser humano nasce e morre de mãos vazias. Tudo o que julgamos ter, é-nos emprestado pela vida durante pouco tempo” (Ibidem, p. 25).

Desta reflexão ela compreende e se solidariza com as suas, até então, rivais. Rami ainda procura o apoio ao seu sofrimento com sua mãe e tia, mas ambas ajudam somente a ampliar suas reflexões sobre a condição feminina.

No encontro com tia Maria tem conhecimento da experiência de uma mulher que já viveu como mulher de polígamo: aos 10 anos de idade se tornara a vigésima quinta esposa de um rei: “No nosso mundo não havia haréns (...). Eram famílias verdadeiras, onde havia democracia social. Cada mulher tinha a sua casa, seus filhos e suas propriedades. Tínhamos o nosso órgão – assembléia das esposas do rei” (CHIZIANE, P., 2002, p.71). Ela conta da poligamia com saudosismo, pois vê vantagens nesse sistema, pois na sua opinião, propicia a união feminina contra os desmandos masculinos.

Dos relatos de sua tia, no capítulo onze, ocorre à grande virada da narrativa, sendo o ponto decisivo para Rami. Ela reúne as mulheres de Tony e propõe uma conspiração destinada a eliminar a poligamia não tradicional, na qual todas perdem

direitos constituídos pela tradição, por ser uma prática baseada no adultério e no concubinato, e implantar o regime poligâmico tradicional:

Que sistema agradável é a poligamia! Para o homem casar de novo, a esposa anterior tem que consentir e ajudar a escolher (...) Poligamia não é substituir mulher nenhuma, é ter mais uma(...)É um sistema, um programa. É uma família só com várias mulheres e um homem, uma unidade, portanto. No caso do Tony são várias famílias dispersas com um só homem. Não é poligamia coisa nenhuma, mas uma imitação grotesca de um sistema que mal domina. Poligamia é dar amor por igual, de uma igualdade matematicamente exacta.(CHIZIANE, P., 2002, p.9 2002, p.94)

Obviamente que este interesse em implantar o sistema é uma forma dela se vingar de seu marido e de exercer a autoridade que lhe é inerente ao seu estado civil de *nkosikosi*²³. Para tanto reúne todas as mulheres e explica seu plano, que teria início no dia do aniversário de cinquenta anos de Tony, no qual todas seriam apresentadas para a família e a sociedade como suas esposas, garantindo assim seus direitos.

De mulher traída e abandonada passa ao status de “grande mulher” (p.114) por ter reunido toda a família, na visão de sua sogra, atendendo os desejos dos antepassados. A partir de então Rami passa a liderar, comandar e orientar as outras mulheres nos ritos, nos hábitos alimentares e na plena satisfação do marido. De inimigas e rivais, tornam-se unidas e irmãs. (VALENTIM, J., 2008, p.23)

Diante desta união, motivada pelo desejo de vingança, Rami vai organizando e controlando a vida amorosa de Tony, com escalas conjugais, mas acaba por fazer bem mais do que isso. Ela organiza a vida de todas esposas, empoderando uma a uma, para que tivessem seus próprios negócios, de acordo com suas competências, superando a submissão imposta as mulheres.

Todas essas mudanças planejadas e organizadas por Rami vão deixando Tony cada vez mais indignado com a independência de suas mulheres, a perda de seu poder

²³ Título dado a primeira esposa.

masculino e dos seus privilégios gradualmente. Fato que levará ao pedido de divórcio para que se vingue de Rami por toda essa “revolução feminina”.

Segundo Hamilton (2007), nas obras novelísticas de Paulina Chiziane, a tal “liberação mulherística” são expressas frequentemente em termos fantásticos e paradoxais em torno dos acontecimentos não apenas eróticos, mas também sociais, familiares e interpessoais. (HAMILTON, R.G, p. 322)

E neste contexto de superação das mulheres, é que ocorre o episódio mais surpreendente, no qual Rami passa por momentos de humilhação e sofrimento, decorrente da suposta morte de Tony. Segundo Valentim (2008):

No entanto, é, talvez, na transição de um quase divórcio a uma falsa viuvez, quando da partida inesperada de Tony, que Rami aprende a mais dura das lições: dado o marido como “morto”, não é apenas a poligamia, por influência do islamismo nortenho, ou o catolicismo arraigado presente na educação sulista que constituem a pressão maior sobre o sujeito feminino, é a própria tradição, cujas leis, segundo Paulina Chiziane, “são muito pesadas para uma mulher” (CHABAL, 1994, p. 298). E Rami, como mulher moçambicana, entende que “a cultura não é eterna” (CHIZIANE, P., 2002, p. 311), mas o preço pago para mantê-la viva é alto demais, custa ao corpo e a alma da mulher moçambicana. (VALENTIM, J., p.24)

Diante da suposta morte de Tony, Rami é considerada viúva, sendo submetida pela família do marido aos rituais pertinentes a esta nova condição:

Eu grito, eu pergunto, como é que o Tony morreu e onde, quem o encontrou, quem o matou, como o encontraram, como o identificaram. Aquelas mulheres respondiam-me: porta-te como uma viúva digna. Não compreendia o que estava a acontecer, mas sabia que uma viúva como deve ser não deve perceber nada, nem perguntar, nem sugerir nada, para não ser chamada viúva fresca, viúva alegre. (...) Arrastaram-me para um canto, raparam-me o cabelo à navalha e vestiram-me de preto. Acabava de perder poderes sobre o meu corpo e sobre a minha própria casa. Arrependo-me: por que não assinei aquele maldito divórcio? Tive nas mãos a oportunidade de libertar-me desta opressão e não a tomei. (CHIZIANE, P., 2002, p. 198-199).

Seguindo a tradição, a mulher além do fato de sofrer com a perda do marido, sofre com o corpo, e tem a sua própria feminilidade ferida e roubada; somado a isso, perde o controle sobre o seu próprio corpo e a sua casa. Estas são as conseqüências desta prática tradicional representada pelo rito da *kutchinga*, “da purificação sexual”, quando o cunhado mais velho inicia a “viúva na nova vida, oito dias depois da fatalidade” (CHIZIANE, P., 2002, p. 212).

De acordo com Valentim (2008),

Diferente da *niketche*, dança de “sensualidade perfeita, rainha de toda a sensualidade” (CHIZIANE, P, 2002, p. 160-161), a *kutchinga* é dança de posse e propriedade masculinas. Ainda assim, a mulher parece encontrar meios de subverter a marcação de um ritmo masculino, ao perguntar-se: “existira alguma mulher que, no acto da *kutchinga*, gemesse de prazer ?” (Idem, p. 213). (VALENTIM, J., 2008, p.24)

Após todos os infortúnios impostos a Rami, Tony reaparece, pois não havia morrido, e sim havia viajado para Paris com uma nova conquista amorosa. Sua morte não passara de um grande equívoco de sua família.

Diante da verificação dos atos tomados por sua família, ele se sente extremamente culpado e sensibilizado ao que ocorrera com sua esposa. Por um instante, parece tomar consciência da verdadeira trajetória da mulher moçambicana, posto que “nem imaginava que as mulheres sofriam tanto. Sempre achava que a sociedade estava bem estruturada e que as tradições eram boas, mas só agora percebia a crueldade do sistema” (CHIZIANE, P., 2002, p. 229).

Além disso, aquele que um dia fora o líder de cinco mulheres, vê a sua vida desmoronar diante do ritmo da *niketche*, dançada por suas mulheres, posto que todas elas afirmam-se como “mulheres maduras” e “prontas para a vida” (Idem, p. 160), detentoras de independência econômica e emocional:

“A Lu, a desejada, partiu para os braços de outro com véu e grinalda. A Ju, a enganada, está loucamente apaixonada por um velho português cheio de dinheiro. A Saly, a apetecida, enfeitçou o padre

italiano que até deixou a batina só por amor a ela. A Mauá, a amada, ama outro alguém.” (Ibidem, p. 332)

Mas apesar do abandono de todas as suas mulheres e da perda de todos os seus bens materiais, o fato que o deixa mais abalado é a gravidez de Rami, justamente no momento em que ele se redime, a abraça e deseja reconstruir sua vida ao seu lado. Principalmente, quando ela declara que sua gravidez é fruto do *kutchinga*: “O filho é do Levy” (Ibidem, p. 333)

No final do romance, Rami narra a conclusão do estado final do personagem de Tony após todas as descobertas em relação as suas esposas:

Os seus braços (os do Tony) caem como um fardo. As três trovoadas que um dia tentou encomendar contra o noivo da Lu hoje atacam-lhe o cérebro, o coração e o sexo e fazem dele um super-homem calcificado no éden da praça. Ele só vê o escuro e a chuva. Fica uns minutos intermináveis a contemplar o vazio. Era uma ilha de fogo no meio da água. Solto-o. Não cai, mas voa no abismo, em direcção do coração do deserto, ao inferno sem fim. (CHIZIANE, P., 2002, p.332)

De acordo com Hamilton (2007):

As palavras exprimidas pela narradora fluem poeticamente. E assim como frequentemente ocorre em poemas, estas palavras proferidas pela narradora do romance, transmitem uma obliquidade que talvez mais agrade a apreciação estética do leitor do que contribua a um entendimento completo da conclusão definitiva da história. Assim como outros estudiosos, acreditamos que o que caracteriza muitas obras pós-coloniais é a sua conclusão aberta. (HAMILTON, R.G, p. 324)

Podemos também interpretar a conclusão aberta da obra como uma comparação ao futuro ainda incerto da condição da mulher moçambicana e de Moçambique, sendo assim um recurso utilizado pela autora na tentativa de aproximação ao contexto sócio-histórico-cultural do país.

Veremos no próximo capítulo, o contexto sócio-histórico-cultural de Moçambique e a forma pela qual a condição feminina vem sendo tratada ao passar dos anos.

Moçambique:

História, sociedades e cultura

Companheiros
Mia Couto

*Quero escrever-me de homens
quero calçar-me de terra
quero ser a estrada marinha
que prossegue depois do último caminho*

*e quando ficar sem mim
não terei escrito
senão por vós
irmãos de um sonho
por vós
que não sereis derrotados*

*deixo
a paciência dos rios
a idade dos livros*

*mas não lego
mapa nem bússola
porque andei sempre
sobre meus pés
e doeu-me
às vezes
viver
hei-de inventar
um verso que vos faça justiça*

*por ora
basta-me o arco-íris*

*em que vos sonho
basta-te saber que morreis demasiado
por viverdes de menos
mas que permaneceis sem preço*

companheiros..

1.Momentos sócio-históricos importantes

Para entendermos melhor o contexto sócio-histórico moçambicano, acreditamos ser importante fazer um recorte em dois momentos mais gerais: a colonização portuguesa e o período de independência e de pós-colonização.

Desta forma, trataremos as suas especificidades e daremos a devida importância aos momentos tão ímpares e significativos para a história de Moçambique. Obviamente, levaremos em consideração a idéia de processos históricos e suas (des)continuidades na construção do país e da identidade moçambicana.

Não podemos deixar também de pontuar que no tópico sobre a colonização portuguesa daremos maior enfoque ao período a partir do século XIX, o qual representa o início da ocupação mais efetiva e da implantação de políticas sócio-culturais de assimilação.

É importante registrarmos aqui, a escassez de estudos acadêmicos relacionadas aos processos e procedimentos impostos na colonização com recorte de gênero. Sabemos obviamente das violências, dos estupros, da exploração do trabalho e da exclusão social a quais estavam submetidas, mas não temos estudos direcionados a condição feminina especificamente. Estes iniciam no âmbito acadêmico após a independência do país.

Sua presença só começa a ser registrada a partir dos movimentos de libertação de Moçambique, na política partidária da Frelimo focando a participação das mulheres, e no período de independência e pós-independência.

2. A colonização portuguesa

Grito Negro

*Eu sou carvão!
E tu arrancas-me brutalmente do chão
e fazes-me tua mina, patrão.
Eu sou carvão!
E tu acendes-me, patrão,
para te servir eternamente como força motriz
mas eternamente não, patrão.
Eu sou carvão
e tenho que arder sim;
queimar tudo com a força da minha combustão.
Eu sou carvão;
tenho que arder na exploração
arder até às cinzas da maldição
arder vivo como alcatrão, meu irmão,
até não ser mais a tua mina, patrão.
Eu sou carvão.
Tenho que arder
Queimar tudo com o fogo da minha combustão.
Sim!
Eu sou o teu carvão, patrão.*

José Craveirinha

Foi no ano de 1498 que Vasco da Gama, depois de aportar em Inhambane, chega à Ilha de Moçambique. É importante lembrar que o ultramar português teve início no século XV e se estende até a segunda metade do século XX, mais precisamente em Moçambique até 1975.

Uma das características básicas de Portugal e de seu império ultramarino é que tanto a vida comercial como se crença religiosa desenvolveram-se de forma articulada. (HERNANDEZ, 2005, p.504). Partindo dessas características, a colonização portuguesa é pautada nos mitos do “Eldorado” e da “Herança Sagrada”, os quais permearam todo o imaginário social português em relação à Colônia.

O mito do “Eldorado” incorpora à imagem de Portugal a missão civilizadora. Segundo Leila Leite Hernandez (2005, p. 505):

Em relação à África, o mito do “Eldorado” era constituído por quatro elementos: a crença inquestionável de que as colônias africanas

possuíam riquezas; a idéia de que o projeto colonial na África compensaria a perda do Brasil, sendo fundamental para regenerar a nação portuguesa, permitindo-lhe cumprir o seu destino com o estatuto de grande potência; e a idéia de que, embora fosse uma nação espalhada por vários continentes, manteria sempre sua integridade nacional.

Já o mito da “Herança Sagrada” é baseado na idéia de que a “Divina Providência” teria feito os homens desiguais, portanto em civilizados ou não, e que caberia ao povo português a tarefa de colonizar e descobrir as terras do “além mar” levando a palavra de Deus. Neste sentido, o trabalho e a fé cristã eram as únicas formas de igualar os homens e civilizá-los.

Faz parte do sistema colonial a criação de uma imagem de outros tipos de homens – os civilizados e não civilizados, superiores e inferiores – como estratégia de dominação e justificação do poder. E neste sentido, os países africanos seriam os “eleitos” como a raça inferior e necessitados de “salvação”, por isso suscetível à intervenção lusitana.

No período compreendido entre os séculos XVI e XVIII a colonização portuguesa ficou mais direcionada à expansão comercial, utilizando Moçambique inclusive como ponto de escala para a rota marítima da Índia, na exploração de minérios e marfim, além do tráfico de escravizados.

A importância e abundância de mercados de escravizados em 1752, fez com que o país deixasse de ser administrado como dependente do vice-rei de Goa, e passasse a possuir um governo colonial autônomo. Lourenço Marques (atual Maputo) foi um dos maiores portos de exportação de escravizados da costa oriental africana. Este fato evidencia a imensa quantidade de pessoas brutalmente comercializadas principalmente para o Brasil, Cuba e Estados Unidos para trabalharem nas lavouras de café, cana-de-açúcar e algodão.

Este tipo de comércio associado ao de marfim e ouro contribuiu enormemente com a desarticulação dos poderes locais e na origem de lutas internas. De acordo com Hernandez (2005, p.590):

Além disso, o trato negreiro levou a desintegração das estruturas próprias das aldeias; coagiu os povos africanos a adotar outros padrões de moradia; e dispersou as populações por áreas extensas, quase sempre longe das terras férteis.

Esta necessidade de adequação e de sobrevivência colocou as populações em movimento, construindo espaços diferenciados em Moçambique, produzindo uma grande discrepância entre o interior e a faixa litorânea, entre Norte e Sul do país.

Com o início do século XIX, as fragilidades criadas nas populações locais, associada ao aumento do tráfico de escravizados, combinado às mudanças políticas e econômicas em Portugal, contribuíram para a grande mudança do sentido político-ideológico da colonização portuguesa até então empregado.

Segundo Valentim Alexandre (1979, p.9):

A chamada historiografia oficial dividiu o colonialismo português em três fases sucessivas (...) De forma resumida, as três fases correspondem às seguintes:

a) fase do liberalismo constitucional (até a década de 1870), caracterizada pela instabilidade, o abandono das colônias a sua própria sorte, salvando-se a figura de Sá de Bandeira como recuperador da “grandeza nacional”;

b) fase do despertar do sentimento nacional e do sentimento colonizador do povo português, da década de 1870 até o ultimato inglês, etapa caracterizada pelo crescente interesse público sobre a questão colonial;

c) fase que começa no final dos Oitocentos e se prolonga pelo século XX “... o reencontro pleno da vocação colonial, a época de Enes e dos Mouzinhos, das guerras de ocupação e da definição de uma política clara de aproveitamento dos territórios africanos”.

Com a Conferência de Berlim (1884-1885) seguida do “mapa cor-de-rosa”²⁴, e do conseqüente ultimato da Inglaterra a Portugal em 1890 - relacionado à crise

²⁴De acordo com Hernandez (2005) o mapa cor-de-rosa foi um projeto português que consistia em ligar Angola e Moçambique para haver uma comunicação entre as duas colônias, facilitando o comércio e o transporte de mercadorias. Mas esta idéia foi contrariada pela Inglaterra, considerada como um antigo

financeira e à questão colonial - as colônias africanas portuguesas são vistas como a grande possibilidade de retomada do prestígio e do poder político e econômico do país.

Estes fatos incitaram os portugueses a conquistar militarmente e a ocupar efetivamente Moçambique, processo longo e truculento que se estende por volta de 1809 a 1920. Retomando, assim, os antigos mitos e aguçando os sentimentos coloniais portugueses.

A passagem da fase mercantil/escravista à “ocupação efetiva” das colônias marca, de fato, a necessidade do capital industrial e financeiro europeu de se apropriar diretamente das matérias-primas, do controle da produção e dos meios de produção nos territórios ultramarinos. A economia mundo, à medida que se implanta, atribui a função subordinada e complementar ao continente africano, bem como determina o destino da riqueza produzida. A radical alteridade cultural que caracteriza o pensamento europeu associado à urgência da racionalização de meios na empresa expansionista, determinará um crescente processo de polarização na relação com as colônias e com os povos colonizados, que se vai traduzir num desequilíbrio econômico geograficamente definido e na transposição dessa situação dual para o interior dos territórios em África: a ordem implantada no continente vai ser a da existência, em paralelo, de duas sociedades diferenciadas, a dominadora e a dominada, cuja relação político-econômica se sobrepõe à distinção “racial”. Essa estrutura tendencialmente dual, ao exprimir-se em todas as manifestações da vida dos territórios ocupados, formará no decurso do século XIX uma totalidade indissociável: o sistema colonialista (CABAÇO, 2007, p.35).

Diante disto, neste período temos o início da proposta de assimilação das populações locais empreendidas por meio da doutrina católica e do trabalho, através da ação educativa, e da administração política tutelada pelos portugueses, ou seja, a dominação da Metrópole perante a Colônia.

país aliado dos portugueses. Além disso, ela fez um ultimato, conhecido como Ultimato britânico de 1890, ameaçando guerra se Portugal não acabasse com o projeto. Com receio de uma guerra direta os portugueses abandonaram o projeto. Após as negociações a Inglaterra passou a administrar toda a África Austral (com exceção de Angola e Moçambique), o Sudoeste Africano, e toda a África Oriental, com exceção do Tanganica. Além disso, partilhou a costa ocidental e o norte com a França, a Espanha e Portugal (Guiné-Bissau e Cabo Verde); o Congo (um dos pontos centrais da disputa) continuou como “propriedade” da Companhia Internacional do Congo, cujo principal acionista era o rei Leopoldo II da Bélgica, que além deste país passou ainda a administrar o Ruanda e Burundi.

A verdade européia, já não apenas religiosa, mas também cultural, científica, técnica e organizacional, “tinha” de ser levada a todos. A nova abordagem ideológica pacificava a consciência do velho continente e conciliava, no plano teórico e teológico, os imperativos da expansão econômica com os princípios éticos defendidos pelo liberalismo. O domínio de territórios do ultramar representava-se como uma reciprocidade de benefícios: se a Europa se apoderava de “riquezas inexploradas”, os africanos se beneficiariam da “civilização” e do “progresso” (CABAÇO, 2007, p. 113).

Neste sentido, o povo português na figura do “escolhido por Deus”, detentor do progresso, da civilização tendo elegido o africano enquanto o Outro, cria uma imagem baseada na desqualificação, na mistificação, na desumanização e no racismo.²⁵ Todos são reduzidos indiferenciadamente a “negros”, adjetivados como “boçais, indolentes, dados a embriaguez, com sensualidade primitiva e avessos ao trabalho”.²⁶ E perante tantos argumentos irrefutáveis justifica-se o projeto político-cultural de assimilação.

Para isso, “o mundo colonizado é um mundo cindido em dois”²⁷, no qual a hierarquia dualística intrínseca necessita de um aparato político-ideológico e legislativo para que se efetive a dominação e a legitimação do colonizador. Utilizando-se deste princípio norteador Antonio Enes e a chamada geração de 95 elegem o trabalho e a administração das províncias pontos fundamentais para o exercício do poder.

As duas principais tarefas pelas quais Enes se consagrou e se perpetuou como o grande reorganizador social consistiram, de um lado, no processo de descentralização administrativa, em virtude do qual as leis da Metrópole e as leis nas colônias deviam corresponder ao “grau de evolução” das populações locais; de outro, numa grande reforma referente ao trabalho nas colônias, no contexto de uma configuração surgida a partir do processo da abolição da escravatura e do auge das economias de plantação. As reformas trabalhistas de Enes foram funcionais não somente no que diz respeito à reconversão dos mercados, mas também na ênfase civilizadora com que foram apresentadas. (MACAGNO, L. In: FRY, P., 2001, p.68)

Enes via no trabalho além de uma prática produtiva, era também um meio pelo qual seria transmitido os valores culturais da civilização ocidental-cristã e portuguesa,

²⁵ Ver MEMMI, A. 1977.

²⁶ HERNANDES, L.L., 2005, p. 506.

²⁷ FANON, F., 1979, p. 28.

possibilitando a transformação do comportamento dos colonizados. Nas suas próprias palavras:

O trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar sertões ínvios, a única polícia que há de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometanismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens (FRY, P., 2001, p.69).

Este ideário ia ao encontro com a necessidade econômica portuguesa, ou seja, através da produção das colônias contribuir com a recuperação financeira da Metrópole e consolidar sua independência perante os outros países europeus. E para potencializar a maior eficiência neste intento é criada a legislação que regulamenta o trabalho indígena.

A legislação do trabalho indígena, de 1899, procura efetivar algo que para Enes as missões católicas não conseguiram durante séculos de sua influência em Moçambique, com sua “ineficiência civilizadora”. A urgência da civilização fez com que substituísse “o trabalho dos libertos” pelo trabalho “contratado” sem vínculos e introduz a categoria do “vadio”, por analogia com a legislação vigente na metrópole (o regulamento de 1878 estipulara que ninguém podia ser obrigado a ser contratado, com exceção dos “vadios” (CABAÇO, 2007, p.147).

Peter Fry também corrobora com esta questão ao afirmar que:

(...) todos os habitantes de raça negra da província de Moçambique são sujeitos à obrigação social de procurar adquirir pelo trabalho os seus recursos que lhes faltem, para viverem como homens civilizados (...) Terão plena liberdade para escolher o modo como não desempenhar-se dessa obrigação; mas se não cumprirem de modo algum, a autoridade pública impor-lhes-a o seu cumprimento, tanto quanto lho permitirem os meios de ação de que para tal fim dispuser (FRY, P., 2001, p.81).

Além da obrigatoriedade do trabalho ainda reafirma a categoria de indígena, como aquele que tendo nascido na colônia de pai e mãe indígenas e não assimilado, tendo costumes e hábitos diferenciados dos de sua origem cultural. O fato de pertencer à categoria de indígena era fundamental para a discriminação racial e a segregação no trabalho em Moçambique.

Diante da distinção entre indígenas e não indígenas ocorre à delimitação dos espaços geográficos, físicos, simbólicos e econômico-políticos os quais eram destinados para um ou outro grupo. Com direitos e deveres distintos, a categoria de assimilado dá a possibilidade de “mudar” seu status social.

Desde 1914 foram elaboradas leis as quais determinavam o tratamento dos indígenas, e em 1917 uma portaria publicada pelo governo da colônia dá mais força jurídica a esta distinção, criando um instrumento legal que dividia Moçambique em “cidadãos” (seja portugueses de origem ou de cidadania adquirida – os assimilados) e os indivíduos os quais deveriam se tornar em futuros cidadãos, ou seja, deveriam ser civilizados.

Em 1926 temos a publicação do Estatuto Político, Cível e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, o qual “abrange um conjunto de princípios estabelecidos e aplicados anteriormente, determinando que fossem codificados os usos e costumes próprios dos povos de cada colônia” (HERNANDEZ, 2005, p.512), possibilitando que fosse elaborado o Código do Trabalho dos Indígenas, de 1928.

Na mesma linha da conjuntura das primeiras décadas do século XX, temos a publicação em 1930 do Ato Colonial, de autoria de Salazar (então ministro das Colônias) o qual teve papel decisivo na implementação da política de ditadura militar na radicalização da colonização dos territórios da ultramar português.

Essa medida legislativa consagra logo no seu Título II – Dos indígenas, a categoria das populações coloniais, para a qual, entre outras disposições:

a) define o princípio da “protecção e defesa” dos povos coloniais e delibera sobre a natureza dessa tutela (art.s, 15º, 16º e 17º);

b) limita o trabalho compulsório não-remunerado a “obras públicas de interesse geral da colectividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução das decisões judiciárias de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais” (art. 20º),

c) remete para “estatutos especiais”, em função do “estado de evolução dos povos nativos” a definição do regime jurídico a que serão sujeitos e a “contemporização com os seus usos e costumes individuais,

domésticos e sociais, que não sejam incompatíveis com a moral e com os ditames da humanidade” (art. 22º);

d) garante a liberdade de consciência e de culto “com as restrições exigidas pelos direitos e interesses da soberania de Portugal, bem como pela manutenção da ordem pública” (art. 23º);

e) reconhece “as missões católicas portuguesas no ultramar” como “instrumentos de civilização e influência nacional” concedendo-lhes proteção

e auxílio estatal, “como instituições de ensino”;

(...)

A única referência à política de assimilação está implícita no texto do artigo 2º cujo texto se transcreve:

“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”.²⁸

O Ato Colonial defende princípios tradicionais portugueses, ratificando a idéia de “não-civilizados” os quais necessitam da ação “salvadora” de transformação cultural e social, dos seus valores morais, seus usos e costumes para alcançarem a civilização branco-européia, além de obter todas as “vantagens” de serem incluídos à nação portuguesa como cidadãos.

A partir do Acto Colonial, “produzir *portugueses*” entre as populações de Moçambique era subtrair *indígenas* da influência dos “usos e costumes” tradicionais **ensinando-os** a viver como “bons católicos” (função das missões) e **disciplinando-os** pela experiência do trabalho (função do governo da colônia).

No sistema de ensino oficial, o Estado completava o projeto de extirpar o colonizado da própria história e da tradição sociocultural para fazê-lo assumir os valores, os comportamentos e a história de Portugal. O sistema educacional era unificado a todo o império pelo modelo em vigor na metrópole. (CABAÇO, J.L., 2007, p.158)

A categoria de assimilado se dá não apenas pela questão identitária, mas na obtenção do alvará de assimilado, com o atendimento de alguns requisitos básicos: saber ler e escrever a língua portuguesa; possuir os meios necessários para a sua subsistência e a de sua família; ter bom comportamento atestado pela autoridade

²⁸ Versão de 1935 do Ato Colonial in: CABAÇO, J.L., 2007, p. 150-151.

administrativa da área em que residia; diferenciar-se pelos usos e costumes da sua raça e haver cumprido os deveres limitados.²⁹

Apesar da “possibilidade” de torna-se assimilado essa transição não acontecia simplesmente,

(...) o indígena ganhava o estatuto jurídico de cidadão, no plano social ele permanecia sempre um membro subalternizado, nunca visto pelos colonos como “um de **nós**” e sempre como “o mais civilizado **deles**”, o Outro a quem, em vez do estigma da **caderneta** era imposto o estigma “privilegiado” do **alvará de assimilado**. O ritual de passagem traduzia-se num duplo rito de separação: afastava o assimilado do indígena e consagrava-o objetivamente como “casta inferior” no mundo dos “cidadãos” (mas subjetivamente como a “casta superior” no mundo dos autóctones) (CABAÇO, J.L., 2007, p.162-163).

Ora esta condição implicava em afastar-se do seu grupo e aproximar-se de outro, que jamais o aceitaria em pé de igualdade. Esperava-se apenas do assimilado um outro mais adaptado aos valores e a cultura portuguesa, além de alimentar uma ilusão para as populações locais (e vender uma imagem internacional) que o sistema colonial possuía uma mobilidade social.

A condição de assimilado contribuiu com a existência de identidades extremamente contraditórias e ambíguas. O colonizado não desfrutava de atributo algum da nacionalidade; nem da sua, que era dependente, contestada, sufocada, nem, bem entendido, da nacionalidade do colonizador. Não pode apegar-se nem à primeira, nem a segunda.³⁰

A exigência do Alvará de assimilado produziu um grande descontentamento entre a pequena elite africana, associada

(...) também a apropriação abusiva da terra e dos bens da colônia por parte dos brancos e o comércio do “vinho para os pretos” foram objeto de freqüentes e vibrantes denúncias. A contestação dos *filhos da terra* era marcada, com firmeza e extrema dignidade, pela defesa de princípios e de valores éticos que a “missão civilizadora” proclamava,

²⁹ HERNANDEZ, L.L., 2005, p.515.

³⁰ MEMMI, A., 1977, p.90.

mas que não respeitava nem punha em prática nas relações com os colonizados.

A resistência ao “alvará” conduziu o governo a responder com posteriores pressões econômicas e sociais (CABAÇO, J.L., 2007, p.177).

O descontentamento agregado à crise econômica propiciou às elites locais e aos demais pertencentes à categoria de assimilados a reagirem às pressões econômicas e às discrepâncias do sistema colonial. Mas a característica marcante desta mobilização contestatória era realizada de forma fragmentária.

As formas diversas de resistência no período, sobretudo de 1917 a 1928, iam desde fugas para as áreas rurais mais afastadas, de difícil acesso, até protestos de trabalhadores rurais e urbanos, com a ocorrência de algumas greves. A partir de 1910 dá-se início à criação de associações de trabalhadores, organizações estudantis, clubes negros, equipes desportivas, jornais (estes desde 1885, com a *Gazeta do Sul* e o *Clamor Africano*).

Tinham como objetivo construir espaços de “dignidade racial e cultural” onde podiam ser discutidas questões relativas ao preconceito racial, à importância das culturas tradicionais africanas dos povos de Moçambique e ao significado da história de Moçambique, antes e desde a opressão portuguesa. Em 1909, foi criado o Grêmio Africano de Lourenço Marques e, dois anos depois, o jornal *O Africano*, de Lourenço Marques, constituindo-se porta-voz contra o colonialismo e em defesa dos “indígenas”. (HERNANDEZ, L.L., 2005, p.598)

O jornal *O Africano* tem suas atividades encerradas em 1918, sendo substituído pelo *Brado Africano*, em 1919. Por sua vez, este denunciava as leis de assimilação, a precariedade das condições de trabalho dos moçambicanos, a pouca oportunidade de educação para os indígenas e os privilégios dos imigrantes brancos.

De *O Brado Africano* surgem várias organizações importantes para o vindouro processo de independência do país e das articulações de resistência ao governo colonial de Salazar como: o Instituto Negrófilo (1932) e o Congresso Nacional Africano de Moçambique (1920).

Estas organizações foram duramente reprimidas pelo governo salazarista, mas em sua essência traziam à tona uma questão complexa e constrangedora para seus membros integrantes: o discurso contrário ao processo de assimilação, já que em sua maioria eles mesmos o eram ou almejavam o alvará para garantir o acesso à educação de seus filhos.

Na concepção de Albert Memmi (1977), o assimilado vive cotidianamente como um tráfuga em um universo de muitas dificuldades e contradições, pois se percebe colonizador e colonizado ao mesmo tempo, na medida em que assimilou o processo e os anseios políticos do outro, sendo um homem, respeitando as particularidades do sistema colonial e da imposição do conquistador, que pensa e deseja na língua do opressor.

Memmi acredita que é na escola colonizada que este processo constrói as crianças colonizadas as quais não pensam a sua própria cultura e história. A partir disso o colonizado tende a estar condenado a perder progressivamente a sua memória e sua identidade social.

A maior parte das crianças colonizadas está na rua. E aquela que tem a insigne oportunidade de ser acolhida em uma escola, não será por ela nacionalmente salva: a memória que lhe formam não é a de seu povo. A história que lhe ensinam não é a sua (MEMMI, 1977, p. 95).

Ainda sobre as resistências neste período não podemos deixar de pontuar as Igrejas independentes africanas (como ziones e etiópicas) e das Igrejas protestantes, tendo como sua maior representante a Missão Suíça. Principalmente as africanas contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência nacional em Moçambique e de questionamento das condições de vida impostas pelo colonialismo.

A Missão Suíça era a grande alternativa as missões católicas na questão da escolaridade formal dos moçambicanos, além de integrar no processo de mobilização e no projeto de africanização das Igrejas. Retornaremos ao importante papel desempenhado por esta igreja mais adiante.

Com a crise mundial de 1929, de acordo com Cabaço (2007), Salazar restringe os investimentos nas colônias impondo uma austeridade pela política de equilíbrio financeiro, além da escassez de empregos nos territórios ultramarinos. Somente com a chegada da II Guerra Mundial haverá uma mudança na conjuntura sócio-político-econômica em Moçambique.

O aumento provocado nas matérias-primas propiciou oportunidades de riqueza, fazendo com que houvesse uma retomada na ida de portugueses para as colônias atrás de chances de fácil acumulação.

Os colonos que chegavam a Moçambique vinham imbuídos da “mística do império”, arraigada pela propaganda do regime e reforçada quer por sua natureza pequeno-burguesa (os que provinham dos minifúndios das Beiras, centro de Portugal, ou das camadas baixas do terciário), quer pela influência do catolicismo mais retrógrado e salazarista (os que chegavam de Trás-os-Montes). O culto a Salazar, o estadista que organizara as finanças nacionais e mantivera Portugal fora do conflito mundial, estava então em seu apogeu. (CABAÇO, J.L., 2007, p.182)

Só que esta nova ida em massa de portugueses para as colônias estava imbuída de outros sentimentos, melhor dizendo, visava somente o lucro rápido e fácil e não estava preocupada com a questão da assimilação. Combinado a isso, advém um novo cenário mais propício ao desenvolvimento do capitalismo em Moçambique.

Esta nova conjuntura provoca uma mudança nas relações de produção e um declínio da elite africana tradicionalista, surgindo novos grupos emergentes e um crescimento da migração de trabalhadores camponeses para o centro urbano e peri-urbano. Junto a isso, a ampliação da educação empreendida pelas missões protestantes (e católicas em segundo plano) e o fortalecimento das organizações africanas (algumas já citadas) de questionamento ao sistema colonial transformaram o cenário político em Moçambique.

Os anos 1950, período seguinte ao conflito mundial, trazem consigo o questionamento do colonialismo, a sua manutenção pelos países europeus gerando uma discussão em torno dos países africanos. Conseqüentemente, houve apoio à formação de organismos africanos e com a participação de diversos intelectuais que discutam a independência de seus países.

A esse conjunto diversificado de movimentos contestatórios, nos anos 1950, somou-se a fundação de associações e jornais, além do importante núcleo de discussões que foi a “Casa dos Estudantes do Império”. No caso de Moçambique, também a influência do apartheid da África do Sul constituiu uma importante razão para o crescimento do ódio ao branco em geral e, em particular a administração portuguesa. Em 1949, foi criado o Núcleo dos Estudantes Secundários de Moçambique (Nesam) e, no mesmo ano, foram presos os membros de um grupo acusados de formar uma célula do Partido Comunista Português. Soltos, fundaram o MUD Juvenil de Moçambique, o que acarretou novamente as suas prisões e os exílios para Angola e Guiné. Os fatos subseqüentes marcaram a vida dos africanos: em 1951 ocorreu a revisão do Ato Colonial em 1953, foi publicada a Lei Orgânica do Ultramar Português (HERNANDEZ, L.L, 2005, p.604-605).

A Casa dos Estudantes do Império foi extremamente importante na formação de uma consciência nacional, além de torna-se um dos primeiros grupos políticos de discussão do sistema colonial o qual tinha contato com membros da elite portuguesa, local de encontro e reflexão do desejo independentista. Por lá passaram nomes importantíssimos na história do combate ao colonialismo e, posteriormente, figuras da Independência de países africanos. Em finais dos anos 1940 e início da década de 1950, estudantes como Alda do Espírito Santo, Agostinho Neto, Amílcar Cabral e Marcelino dos Santos. Para além desta influencia, segundo Cabaço (2007, p.389)

(...) os ideais do protonacionalismo urbano seguiram caminhos diversos. O liberalismo então predominante em Portugal e a política de *assimilação* criaram nos centros urbanizados e escolarizados de Moçambique uma pequena elite “letrada” entre negros e mestiços que assumira as primeiras posições de crítica à administração colonial e de defesa dos interesses nativos, nas primeiras décadas do século XX. Esse “nativismo” - através de congregações religiosas protestantes, de algumas das chamadas “seitas religiosas”, de movimentos messiânicos e de forças políticas que nasciam na África do Sul e Rodésia - iria reforçar-se com os ideais Pan-Africanistas da diáspora americana e européia que lhe chegavam também pela literatura e pela música.

Além disso, entre 1956 e o final de 1962 haviam proclamado 36 independências no território africano, provocando grande agitação política tanto no sentido de tornar Moçambique independente quanto de barrar as agitações revolucionárias. Neste sentido, Portugal começa a estruturar as Forças Armadas para combaterem militantes e guerrilheiros, além de proteger os portugueses em terras da colônia e manter a ordem estabelecida. Com isso a PIDE é tornada extensiva às colônias, e são agregadas às Regiões Militares de Angola e Moçambique as Regiões Aéreas e, os Comandos Navais.

Não podemos deixar de salientar que este período ainda é representado pela Guerra Fria, e o apoio da União Soviética a independência dos países e aos líderes de oposição ao sistema colonial. Fora isso, contribuiu com a propagação do ideário político-ideológico e econômico socialista como forma de combater a exploração e a desigualdade, e alguns futuros líderes africanos, em 1956, participam do XX Congresso do Partido Comunista da URSS.

Com a movimentação política da década de 1960, agregada a toda a movimentação política em contexto mundial, temos a formação de partidos políticos pelas elites urbanizadas e por trabalhadores emigrados em países vizinhos: a União Democrática Nacional de Moçambique (Udenamo), em 1960, na Rodésia; a Mozambique African National Union (Manu), em 1961, na Tanganica; e a União Africana de Moçambique Independente (Unami), na Niassalândia. Mais tarde estes partidos iram se fundir e formar a FRELIMO (Frente para a Libertação de Moçambique), que terá apoio internacional a União Soviética, e será peça fundamental no processo de independência de Moçambique, como veremos no tópico a seguir.

Neste contexto, a participação feminina na resistência a colonização contava com movimentos grevistas³¹, predominantemente no âmbito rural, na propaganda contra o sistema colonial perante a população e a divulgação de notícias do nascente movimento nacionalista, a Frelimo.³²

³¹ A greve de Buzi de 1947 é um grande exemplo. Tratou-se de um movimento grevista que contou com a participação de mais de 7.000 mulheres que se recusaram a cultivar algodão, queimaram sementes e participaram em outras ações contra as concessionárias algodeiras.

³² ISAACMAM, B; STEFHAN, J. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984, p.23.

3. O processo de independência e o período de pós-colonização

Gente a Trouxe-Mouxe

*Gente a trouxe-mouxe da má sorte
calcorreia a pátria asilnado-se onde
não cheire a bafo
de bazucadas*

*Gente que gastronimiza
desapetitosos bifés de cascas
guisadas de raízes ao natural
e sobremesas de capim seco.*

*Gente dessedentando martírios
nos charcos
se chover.*

...
*Ou a pé descalço dançando.
A castiça folia.
Das minas.*
José Craveirinha

O período posterior a 1960 é marcado pela agitação política tanto em Portugal, como reflexo das mudanças político-ideológicas do pós-guerra, bem como nos seus territórios ultramarinos.

Segundo o historiador Fernando Rosas³³ este foi o momento culminante da afirmação das novas regras internacionais: os novos Impérios, definindo e defendendo suas áreas de influência, se contendiam pelo aliciamento dos “países do sul”. Os Impérios territoriais europeus já não respondiam à nova fase econômica e ideológica de controle hegemônico.

Com a instabilidade produzida pela nova conjuntura política mundial, da Guerra Fria, de polarização de poderes, será positiva para as colônias, uma vez que foi colocado em cheque às formas de dominação e a hegemonia dos países europeus. E por sua vez, recebiam o apoio dos novos grupos hegemônicos os quais procuravam alianças e

³³ Conversa tida em 13 de abril de 2007 com José Luis de Cabaço. In: CABAÇO, J.L., 2007, p. 222.

proclamavam as vantagens da liberdade, do anti-imperialismo, da emancipação e da autodeterminação dos povos.

A esquerda partidária (comunista e socialista) prestou auxílio aos países coloniais e estes se aproximaram dos ideários anticoloniais e fortaleceram os partidos nacionais revolucionários. Este processo deu um impulso nos processos de independência, mesmo com a tutela constituída neste processo entre a esquerda dos países conquistadores do norte e as lideranças independentistas africanas.

Portugal estava temeroso com as mudanças mundiais, não conseguindo acompanhar a nova ordem mundial. Salazar vai cada vez mais se isolando, conseqüentemente ficando enfraquecido, e obcecado pela ameaça comunista. Com o período de eleições e o início da luta de libertação de Angola, inicia-se uma discussão sobre a necessidade de revisão da política ultramarina.

Apesar dos políticos e militares portugueses parecer preferir ignorar a seriedade da discussão, ocorre uma radicalização nos meios estudantis universitários (reprimida duramente) e a metrópole perde seu primeiro território ultramarino: Goa. Conjuntamente a isso,

a pressão internacional crescera significativamente em 1961. A moção do Conselho de Segurança, que condenava a situação em Angola, mereceu a aprovação conjunta dos Estados Unidos e União Soviética: no dia da revolta da UPA! Sucederam-se as deliberações na ONU e outros organismos internacionais pela autodeterminação de Angola e contra a repressão por parte de Portugal e, a 27 de novembro, a Assembléia Geral criava o Comitê de Descolonização.(CABAÇO, 2007, p.237)

Associado aos fatos ocorridos em Angola e as instabilidades crescentes em Portugal, vai sendo maturado em Moçambique os processos de criação de um pensamento nacionalista, do que seria uma africanidade/moçambicanidade. Ao mesmo tempo, em reação e defesa dos interesses da metrópole vemos o agravamento da segregação e da violência colonialista.

Apesar disso, as organizações moçambicanas e partidos políticos (mesmo ainda em outros países) ganham força e vão construindo movimentos de valorização cultural e de idéias do que seria esta africanidade. Neste sentido as igrejas messiânicas e pentecostais, pelas chamadas “igrejas locais” e “seitas religiosas” e por alguns setores islâmicos vão estimulando nos jovens a capacidade de análise política da sociedade em que estavam inseridos, abrindo espaços à idéia de independência.

Ainda nesta inspiração para a liberdade,

A literatura, pela denúncia das iniquidades, das humilhações e das brutalidades da ocupação, alimentou na imaginação dos nacionalistas urbanos a utopia de um amanhã de liberdade que se anunciava. Se as angústias do colonizado são descarnadas na prosa de João Dias e, mais tarde, de Luís Bernardo Honwana, é nos poemas de José Craveirinha, Noémia de Sousa, Rui Nogar, Orlando Mendes, Fonseca Amaral, Kalungano e tantos outros que a utopia da “nação” vai ganhando contornos, emoções. Os poemas desta geração tornam-se trampolim para uma visão mais profunda da realidade a combater (CABAÇO, 2007, p.391.)

Diante do desejo de independência da população de Moçambique ia-se recebendo cada vez mais adeptos para a luta, mais apoio internacional ao fim do colonialismo e da guerra deflagrada em Angola. Neste contexto, Portugal decide intensificar a violência colonial.

Mas com receio de que se repetisse em seus territórios a situação angolana, intensifica-se os serviços de informação e segurança, com enfoque na ação psicológica, a partir de 1961. Até porque a violência física e simbólica era parte integrante e recorrente das relações estabelecidas nas colônias.

Em Moçambique, foram instituídos os Serviços de Ação Psico-social (SAP), a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), e os Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Moçambique (SCCIM) com o intuito de controlar e reprimir “subversivos”. Combinado a isso as Forças Armadas Portuguesa (FA) coloca

em prática questões táticas e estratégias, e uma logística especificamente preparada para combater os revolucionários.

Neste sentido a FA organiza uma ação psico-social (APISC). Eram três os alvos da APISC:

o principal, conquistar a simpatia e a adesão das populações (“os corações e as mentes”); o segundo, desmoralizar os militantes e os guerrilheiros, diminuindo sua capacidade combativa; por último, atuar sobre as próprias tropas por forma a incentivar a sua disponibilidade operacional. A orientação da ação sociopolítica a desenvolver fundava-se na visão luso-tropicalista da “missão civilizadora” e contemplava igualmente um objetivo interno às FA: proporcionar à consciência dos militares um contraponto humanitário à realidade brutal da ação repressiva.(idem, p. 348)

Mesmo diante de todo este aparato repressor é fundada em 1962 a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), tendo como presidente Eduardo Chivambo Mondlane e como vice-presidente Uria Simango.

A Frelimo contou com uma forte base social de apoio dos macondes do norte de Moçambique e sul da Tanzânia, ao mesmo tempo em que teve de enfrentar hostilidade dos macuas, inimigos tradicionais dos macondes. Em 1964, a Frelimo, a partir de suas bases tanzanianas, iniciou a luta armada contra Portugal. Em fevereiro de 1969 Mondlane foi assassinado, sendo sucedido pelo comandante das forças militares Samora Moisés Machel, junto com Marcelino dos Santos. (HERNANDEZ, 2005, p.605)

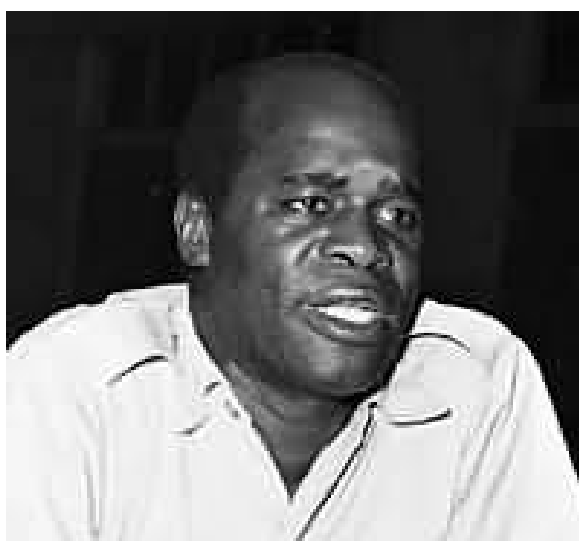


Foto3. Eduardo Mondlane³⁴

³⁴ Fonte: http://br.geocities.com/maputo100anos/imagens/eduardo_mondlane.jpg

Segundo Cabaço (2007) a luta de libertação nacional, a qual conduzirá a independência, ocorrerá no encontro político dos “peri-urbanos” e dos emigrantes com os camponeses, com o quadro dos chamados assimilados, da pequena burguesia africana e dos intelectuais.

A atuação das mulheres se dará através da participação nos movimentos contra o colonialismo. Somente a partir dos movimentos de libertação nacional é que as mulheres ganharam espaço enquanto sujeito histórico e protagonista. No meio rural e no urbano elas atuam na propaganda anti-colonialista e no Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM), de onde saíram lideranças que compuseram os primeiros quadros da Frelimo.³⁵ O NESAM suscitou em um grupo de mulheres o desejo de integrar a luta pela independência, indo além da distribuição de panfletos no sentido de uma participação mais efetiva, chegando a pegar em armas.

Segundo Isabel Casimiro (2004, p.52-54), desde 1965, um grupo de mulheres camponesas havia solicitado a Frelimo treinamento militar, para defender as populações que estavam sob sua responsabilidade, tornando-se o primeiro Destacamento Feminino. Demonstrando assim que no início, o motivo da reivindicação feminina para ingressar no combate não estava baseada numa formação política, mas na necessidade de se unirem em torno de uma causa coletiva para sua proteção e de suas famílias.

Na década de 60-70, a Frelimo foi, talvez, dos poucos movimentos nacionalistas, no continente Africano, que defendeu que a emancipação da mulher deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela libertação do jugo colonial e pela construção de uma sociedade nova, adiantando que apenas a participação da mulher na luta, e em todas as frentes de combate, poderia fazer avançar o processo revolucionário, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão.(CASIMIRO, 2004, p.137)

³⁵ ISAACMAM, B; STEFHAN, J. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1984, p.22.

Por isso, encontravam-se dentro da Frelimo membros com pensamentos diversos, tanto socialistas revolucionários quanto grupos mais moderados, mas sempre todos com um foco comum que era a independência do país. Apesar do objetivo comum, as contradições foram se concretizando ao longo do tempo sem as quais fossem resolvidas.

Existiam posturas e ideologias diferentes sobre os rumos os quais Moçambique deveria seguir após vencer a luta de libertação. Elas eram a representação da sociedade, também com diversas visões e conflitos, fatos estes que eclodiram após a independência.

A Frelimo foi apoiada, recebeu armamentos e financiamento por parte do Bloco Oriental (países socialistas e comunistas). Em 1968 no II Congresso da Frelimo, triunfa a orientação político-ideológica de Mao Tse-Tung.

Durante 1964 a 1974 a Frelimo a partir de suas bases na Tanzânia, lutou contra as Forças Armadas de Portugal. Neste período teve que superar suas questões internas e conflitos, além de superar todo tipo de intimidação utilizada pela FA, como prisões, violentas torturas, perseguições e assassinatos. Portugal na tentativa de derrotar os revolucionários contou com o apoio da África do Sul.

Ocorre que além das pequenas fricções internas, das crises econômica e social e da guerra de guerrilhas, nos três primeiros anos de 1970, somou-se outra crise entre a Igreja Católica e o Estado Colonial, culminando com a expulsão de ordens religiosas estrangeiras e de sacerdotes católicos. Entre 1970 e 1974, a Frelimo fugiu do local onde o exército português atacava e, chegando a Manica e Sofala, atravessou o rio Zambeze (HERNANDEZ, 2005, p.608-609).

As mulheres iniciaram sua participação no exército da Frelimo em outubro de 1966. O primeiro grupo foi treinado em Nachingwea (Tanzânia), composta na sua maioria por mulheres de Cabo Delgado e Niassa, momento em que se formou um Destacamento Feminino, contrariando alguns membros da Frelimo. Não eram todas as

mulheres que participaram do Destacamento Feminino, contribuindo de outras maneiras com a Revolução como: transporte de materiais, na produção de alimentos para combatentes, informantes, enfermeiras, professoras e na mobilização política junto a população.

As mulheres ocupando lugares no exército de libertação contribuíram para inserir na pauta de discussões da Frelimo o papel da mulher na nova sociedade e na revolução. No período da Luta Armada de Libertação Nacional iniciaram-se os primeiros passos para a transformação das relações de gênero, baseadas na igualdade de direitos e deveres. De acordo com Casimiro:

Neste processo, mulheres e homens foram, ao mesmo tempo, agentes transformadores e sujeitos a serem transformados, através de um processo de criação duma sociedade de tipo novo. A luta armada demonstrou que um dos principais dos avanços e reveses da revolução, estava ligado ao processo de libertação da mulher. É de salientar que as mulheres utilizaram as mudanças nas ideologias de gênero, que tiveram lugar durante a luta, para renegociar as relações e os papéis na esfera doméstica.

Os debates sobre as questões de gênero e sobre a emancipação da mulher foram moldados pela participação da mulher na luta armada, e constituíram um ponto de ruptura em relação as características da luta e ao tipo de sociedade a edificar, depois da tomada de poder. (CASIMIRO, 2004, p.138)

Diante disso, este debate vira temática integrante do II Congresso da Frelimo (1968) e na reunião de seu Comitê Central em 1972. Este fato fica registrado em alguns registros dos discursos de Samora Machel, como por exemplo:

A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia de sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção de uma nova sociedade libertadora das potencialidades do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher. Não se pode liquidar só uma parte da opressão(...) Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais da metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução parra ser feita necessita mobilizar

todos os explorados e os oprimidos, por consequência, as mulheres também.³⁶



Foto 4. Samora Machel³⁷

Desta forma, a Frelimo definiu a emancipação da mulher como ação fundamental, e deveria ser simultânea a libertação nacional e a implantação do socialismo. Em 1973 é convocada a I Conferência das Mulheres Moçambicanas, na Tanzânia, para planejar as estratégias de concretização deste compromisso. Samora Machel, em trecho de seu discurso explicita:

A exploração da Mulher é um aspecto do sistema geral de exploração do homem pelo homem. E esta exploração que cria condições de alienação da mulher a reduz a passividade e a exclui da esfera da tomada de decisões da sociedade. Assim, as contradições antagônicas que existem são entre as mulheres e a ordem social exploradora. Estas contradições são as mesmas que opõem a totalidade das massas exploradoras do nosso país e do mundo às classes exploradoras (...) Só a Revolução é capaz de resolver definitivamente esta contradição porque só ela encarna os interesses das massas exploradoras, mobiliza, organiza e une para o combate, só ela é capaz de destruir a ordem social antiga. É a Revolução que instala no poder as

³⁶ MACHEL, S. et al. **A Libertação da mulher**. São Paulo: Parma, 1979, p. 13-44.

³⁷ Fonte:

http://2.bp.blogspot.com/_IK6RCryEdYY/SKXGviBoQnI/AAAAAAAAABnM/QfZWXX1JR4/s400/SamoraMachel_portugal_porreiro.jpg

massas exploradas, as massas que viviam oprimidas e eram forçadas à passividade.³⁸

As lutas de libertação se intensificam, e durante os anos de 1964 a 1974 Portugal passou a sofrer uma grande pressão da guerra de guerrilhas em todas as suas colônias e com a opinião pública internacional contrária aos seus posicionamentos. Associado a isso ocorre um Movimento das Forças Armadas, culminando em 22 de julho de 1974 com a recomendação de reconhecimento da Frelimo como legítimo representante do povo moçambicano.

Até o mês de julho, deste ano, era para ser redigido um acordo de cessar fogo com a Frelimo. Somado a isso, até o mês de setembro, Moçambique vira palco de violentas lutas, com o surgimento de vários movimentos os quais desejavam retirar o exclusivismo de representatividade política da Frelimo. Segundo Hernandez (2005) surgem os seguintes movimentos: Grupo Unido de Moçambique (Gumo), a Frente Independente de Convergência Ocidental (Fico), Movimento de Libertação de Moçambique (Molimo).

Após alguns encontros com o Ministro de Negócios Estrangeiros, Mario Soares, com Samora Machel chegaram ao acordo de transferência gradativa dos poderes de Estado em 7 de setembro de 1974, em Lusaka, entre a Frelimo e o governo português. O acordo de independência completa deu-se em 25 de junho de 1975.

A população livre do poder colonial agora se percebe ainda vítima do colonialismo,

A descolonização jamais passa despercebida porque atinge o ser, modifica fundamentalmente o ser, transforma espectadores sobrecarregados de inessencialidade em atores privilegiados, colhidos de modo quase grandioso pela roda-viva da história. Introduce no ser um ritmo próprio, transmitido por homens novos, uma nova linguagem, uma nova humanidade. A descolonização é, em verdade a criação de homens novos. (FANON, F.s/d, p.26)

³⁸ Idem, p.34.

A FRELIMO levará essa determinação de criação de homens e mulheres novos às últimas conseqüências, fazendo uma série de determinações para modificar a vida da população da nascente Nação moçambicana.

No que se refere à criação de novas mulheres, seguindo a linha adotada pela Frelimo no período da luta de libertação, se dá concretude e continuidade as diretrizes partidárias com a criação com do Hino da Mulher Moçambicana e o dia destinado a elas (7 de Abril):

“Cantamos com alegria o sete de Abril:
O dia consagrado a Mulher Moçambicana;
Companheira inseparável do homem engajado
Na luta contra a velha sociedade exploradora

Quem é?
Aquele que mobiliza e organiza nosso Povo
Quem é?

Aquele que produz e alimenta os combatentes
É a Mulher Moçambicana emancipada
Que destrói as forças da opressão.

Lutando com firmeza contra as idéias velhas,
Ignorância, obscurantismo ou lobolo;
Levando no olhar a certeza da vitória,
Sabendo que a vitória se constrói com sacrifício

Quem é?
Aquele que ergue alto o farol da Liberdade
Quem é??
Que grita ao mundo inteiro
Que a nossa luta é a mesma

É a Mulher Moçambicana emancipada
Que traz o Povo no seu coração.

Do Rovuma ao Maputo, unamos nossas forças
Cimentemos a unidade ideológica do Povo;
A FRELIMO já traçou a Política do Povo
Que deve ser vivida e difundida, noite e dia

Avante, Moçambicanos,
Avante, Homens e Mulheres,

Na Unidade, no Trabalho e Vigilância:
Venceremos a Exploração.³⁹

³⁹ FRELIMO (1975). Hinos da Revolução, Imprensa Nacional de Moçambique, Lourenço Marques, p.42.

Apesar de todos os movimentos para a mudança e implementações das diretrizes do partido, o que ocorre é que enquanto o partido assume o poder efetivo começa a enfrentar problemas de origens internas e externas.

A África do Sul apóia os brancos que ainda ficaram no país a não reconhecer o poder da FRELIMO, dizendo que o acordo foi unilateral, forçando a uma continuidade da luta armada. Assim, contribuindo para a permanência das dificuldades da população vividas em anos de guerra. Apesar disto, esta divergência é contornada e o grupo revolucionário conquista novamente a vitória.

Mas o pior estava por vir, os conflitos étnico-culturais e regionais no interior do país e de dentro da própria FRELIMO, além das divergências político-ideológicas estabeleceram a guerra civil em Moçambique, posto que o poder da FRELIMO não era reconhecido por todos os grupos étnico-culturais de Moçambique.

Quanto às contradições etnorregionais, compreendiam três ordens de tensão. A primeira refere-se ao fato de a estrutura dirigente do movimento ser descrita como resultado de uma aliança entre dirigentes intelectuais do sul e a população maconde do norte. Portanto, neste sentido a Frelimo não era reconhecida como representante de todas as populações africanas de Moçambique e de seus descendentes. A segunda tensão, etnorregional, manifestava-se sobretudo entre os povos maconde e macua. Já o terceiro foco dizia respeito à parte da população do centro do país, com educação católica, contrária a formação escolar adquirida nas missões protestantes pelos dirigentes da Frelimo. (HERNANDEZ, L.L., 2005, p.610-611)

Esta situação não impedira que o governo independente de Moçambique colocasse em prática o Programa de Transformação Socialista. Neste sentido, deveria ser esquecido, apagado o colonialismo, superando o passado de pertença local, regional ou étnica e o obscurantismo, na trajetória de construção de um novo homem, de uma nova mulher e uma nova sociedade.

Só assim o convívio social poderia se pautar pela igualdade e por relações mais humanas, raciais e sociais harmoniosas, e as condições apropriadas para se desenvolver o “amor ao próximo” seriam alcançadas. Tal desfecho exigia permanente combate no plano das idéias e comportamentos, além de mudanças radicais nas condições

materiais de existência. Exigia também a implantação de uma rígida ética social movida pela mobilização constante contra diversas mazelas sociais (e problemas nacionais) como: alcoolismo, drogas, prostituição, fome, preguiça, analfabetismo, discriminações, doenças, desequilíbrios entre as províncias e entre as cidades e o campo e.”divisão ou situação de privilégio com base na cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição sociais ou profissão”.(BORGES,E., 2001, p.233)

Fora isso deveriam ser construídas as bases materiais da agricultura e da indústria para a superação da condição de subdesenvolvimento, criando uma economia independente e avançada. Para isso, o trabalho é eleito como uma das prioridades de superação social e das mentalidades.

O trabalho foi dotado de caráter educativo e repressivo, como também o foi durante o colonialismo, para que fossem recuperados os hábitos viciados e decadentes, utilizando inclusive de campos de reeducação. Com este intuito também foi utilizada a formação política para integrar os “inimigos” na “linha correta”.

A FRELIMO encarnou em si a figura do “partido libertador” o qual salvaria os moçambicanos do atraso, das trevas, da alienação, da ignorância, do analfabetismo e do individualismo. Mas com isto, houve a criação de diversos rótulos e slogans, baseados em postulados éticos e ideológicos, respectivamente: “o tribalista”, “o tradicional”, “o burguês”, “o capitalista”; “Abaixo o obscurantismo”, “Abaixo a Poligamia”, “Abaixo ao Lobolo”, “Abaixo aos ritos de iniciação”, “Viva a Revolução”.

Neste sentido, também combatia a subordinação feminina visto que as práticas culturais combatidas eram de origem na sociedade “tradicional-feudal” e foi agravada com a colonização, ambas referências de violência contra a mulher.

Além da poligamia, lobolo e casamentos precoces ou forçados, os ritos de iniciação foram apontados pela Frelimo como um dos maiores entraves à emancipação feminina principalmente por possibilitarem o acesso a uma “educação tradicional”, responsável por difundir, entre as mulheres, um espírito de submissão, passividade e obediência aos maridos. Estes ritos também incluíam uma intensa formação sobre valores sócio-culturais e religiosos, como, por exemplo, concepções e papéis de gênero (SANTANA, J.S., 2006, p.44).

Nesta mesma linha de pensamento o português é eleito a língua oficial do país, pois seria a única capaz de superar as diversidades étnico-linguísticas existentes em Moçambique, além possibilitar levar “a luz”, alfabetizando a população.

Neste sentido, houve um investimento e uma repressão (associada à perseguição) na área da educação, cultura e saúde. A criação da nova mentalidade seria propagada por meio do trabalho, do letramento, de programas radiofônicos educativos, da formação de bibliotecas e museus. Para Samora Machel,

...à medida que as massas populares se apropriarem do conhecimento, se apropriarem dos instrumentos científicos e técnicos para conhecer e transformar o mundo, criam ao mesmo tempo condições para desenvolver poderosamente a sua cultura. Organizar a produção, utilizar melhores métodos de cultivar a terra ou de fabricar produtos, saber construir melhor as nossas casas ou uma panela de barro, saber dominar nossos rios e aproveitar a riqueza que constituem, conhecer como extrair da terra e do mar aquilo de que precisamos são, ao mesmo tempo necessidades fundamentais para desenvolvermos a nossa economia e elementos que se integram na nossa cultura e a enriquecem extradiordinariamente⁴⁰.

Em consonância com as determinações da FRELIMO a OMM desencadeou um intenso combate as práticas culturais elencadas como um entrave a emancipação feminina, contribuindo com propagação das novas diretrizes.

Entretanto, enquanto a FRELIMO torna-se um partido e implementa suas políticas culturais as quais visam criar as novas mentalidades e novos homens, em 1977, é obrigado a fazer frente à Resistência Nacional Moçambicano (RENAMO), que contava com o apoio dos Estados Unidos, África do Sul e da Rodésia.

A RENAMO, além do apoio internacional, contava com o apoio das chefias tradicionais do interior do país, as quais estavam descontentes com os rumos da administração e da política implementada pela FRELIMO. Se fazendo a representante

⁴⁰ MACHEL, S.. Discurso na 4ª Seção do Comitê Central sobre a questão da cultura, 1977.

do descontentamento das populações rurais de Moçambique, organizou-se militarmente e a guerra civil cresceu e se expandiu em 1984.

A população sofreu muito com a guerra civil neste período. Ela foi atingida por uma grave seca o que causou gravíssimos problemas alimentares; houve constantes deslocamentos a fim de fugir dos combates, surgindo assim campos de refugiados; e a derrocada do bloco soviético, o principal suporte político e econômico do regime socialista do país implicaram em grande esforço de guerra por parte da FRELIMO.

Fora isso, com os anos de guerra de libertação agora acrescido de guerra civil a população masculina estava sendo dizimada, contribuindo com a pauperização das famílias, e os problemas sociais cresceram brutalmente como: o desemprego, o banditismo, a fome, a pobreza, a exclusão social e a mortalidade infantil. As mulheres foram obrigadas a procurar meios de sobreviver, assumindo os meios produtivos, e em muitos casos se deslocando com sua família na busca de melhores condições. Fato que não raro as colocavam em situações de marginalidade e prostituição.

Devido a estes fatores o governo moçambicano teve que na década de 1980 recorrer à ajuda internacional na tentativa de minimizar o sofrimento da população, visando reorganizar a economia e as condições sociais. Neste período foi dado apoio por meio do FMI e do Banco Mundial de recursos financeiros, além da proliferação de ONGs internacionais de ajuda humanitária.

A guerra civil continuou a devastar o interior do país, e diante da situação precária de Moçambique a comunidade internacional decide intervir no conflito e encontrar um caminho para paz. A mediação do conflito é realizada em Roma de 1990 a 1992, pelo deputado italiano Mario Raffaelli, dois membros da Comunidade de Santo Egídio, Andréa Ricardi e Matteo Zuppi, o Arcebispo de Beira D. Jaime Gonçalves.

O início do processo de paz ocorreu em 8 de julho de 1990 e só foi encerrado no dia 04 de outubro de 1992, em Roma, com o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano e o chefe da guerrilha anti-governista, Afonso Dhlakama assinando os termos do acordo.



Foto 5. Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama ⁴¹

Desde 1987, com a morte de Samora Machel, Joaquim Chissano assumiu o poder e deu novos rumos as negociações de paz com a RENAMO. Mesmo assim, o processo de negociações é lento, cheio de avanços e retrocessos, com muitas desconfianças a serem superadas por ambas as partes.

As negociações são demoradas, pois envolviam a lei eleitoral e de partidos no país, a Constituição de 1990 e a democracia em Moçambique. Além da questão da participação da RENAMO nas próximas eleições presidenciais e a anistia de seus combatentes.

Superada as divergências, após a assinatura do Acordo Geral de Paz em 04 de outubro de 1992, a ONU é responsável pelo acompanhamento do desarmamento e da

⁴¹Fonte:http://2.bp.blogspot.com/_J985ePibq94/SOgKeRuGMRI/AAAAAAD70/mueQYI2UpIk/s400/Moz+Acordo+de+Paz.jpg

implementação da paz, para posterior tutela das eleições. A eleição multipartidária ocorre em outubro de 1994 sob os olhares da comunidade internacional e seguida por soldados da ONU. A FRELIMO sai vitoriosa e permanece, até hoje, com a hegemonia política no país.

A paz completou 16 anos em Moçambique, mais ainda há grandes desafios na reconstrução do país, como pudemos ver no primeiro tópico deste capítulo. Além disso, Moçambique ainda está em busca de seu caminho, na construção da sua própria história e identidade.

Veremos no próximo capítulo como a situação da mulher foi desenhada neste período de pós-independência e quais as perspectivas para a mulher moçambicana neste início de século XXI.

4. A situação das mulheres no período de pós-independência e no início do século XXI

As boas moças são as mais caçadas, casadas, guardadas em casa como um tesouro. Vivem num cofre sem luz nem ar, entre o amor e a submissão. As más moças são repudiadas e deixadas em liberdade. Voam para qualquer lugar que lhes dá na gana, como as borboletas. Empréstam à natureza o colorido das suas asas e respiram o ar puro dos campos entre o amor e a liberdade. Vida de mulher não tem meio termo: tesouro e submissão, ou borboleta e liberdade.

Paulina Chiziane, 2002, p.218.

As diretrizes da FRELIMO para as mulheres mantiveram-se no período pós-independência, apesar disto à emancipação feminina foi entendida pelos setores da sociedade como algo oferecido pelo partido/governo, e não como um direito conquistado durante o período da luta de libertação (CASIMIRO, I., 2004).

Este entendimento trouxe em si as discordâncias internas existentes no partido, quanto da própria cultura e sociedade. Apesar das diretrizes e esforços da OMM e da FRELIMO poucas mudanças ocorreram nas relações sociais de gênero. Segundo Isabel Casimiro, a divisão sexual do trabalho não sofreu alteração nas zonas libertadas, continuando as mulheres a preparar a alimentação e realizar o trabalho doméstico (idem, p.141).

O que houve foi o acúmulo de atribuições: as “tradicionais” e as novas exigências sociais, como participação política, participar em combates e treinamentos, trabalho, etc. Obviamente que a participação da mulher na luta armada trouxe consigo o repensar sobre o seu papel na sociedade, que tipo de sociedade iria construir e as relações sociais com os homens.

De acordo com Isabel Casimiro,

Convém, entretanto ressaltar que, apesar do alcance dos programas da Frelimo, as características masculinas inerentes ao discurso marxista, acabaram por originar contradições ao nível das políticas do partido e do Estado. Estas políticas estão marcadas por uma perspectiva que ignora a opressão das mulheres pelos homens, e define o trabalho da mulher fora da esfera do trabalho socialmente produzido, considerando o trabalho realizado ao nível da esfera pública da produção, como o mais importante palco da luta. São políticas baseadas na ética e na moral protestante, que falam na dignidade do casamento, da família (nuclear), do pai chefe de família e da mãe dona de casa e duma vida organizada, rejeitando a “vagabundagem”, o alcoolismo, a prostituição, a marginalidade. Ou seja, uma moral marxista enxertada em protestantismo, devido a influência destes valores, sobre alguns dirigentes da Frelimo, através da educação nas missões protestantes. (ibidem, p. 142-143)

Apesar disto, Moçambique é o país africano com maior representatividade feminina no Parlamento (28%), e um dos poucos a ter inscrito a dimensão de gênero no programa do governo saído das eleições multipartidárias de 1994. Alda Facio (2006) faz um alerta de que não é somente o fato de ter mulheres na esfera pública que promoverá a igualdade nas relações de gênero:

Trata-se de uma crítica que se centra no acesso de algumas mulheres na vida pública, por ser esse lugar de onde, segundo esta corrente, as mulheres têm sido excluídas. Parte, ainda, do pressuposto de que as mulheres, pelo facto de serem mulheres, quando estão no poder, quererão ou poderão eliminar todas as normas discriminatórias. Se bem que seja certo que nós as mulheres ocupamos uma posição a partir da qual nos é mais fácil diferenciar algumas normas que nos discriminam, nem todas sofremos de igual maneira a discriminação, nem todas somos igualmente oprimidas, e mais, algumas têm grandes privilégios económicos, educativos, etc., e a muitas de nós custa a viver a discriminação sexual de forma consciente. Por isso, não é simplesmente a incorporação das mulheres no poder que garante a eliminação de todas as discriminações que sofrem as diferentes mulheres, por serem mulheres.

Em termos teóricos e jurídicos a Constituição, aprovada em 1990, representa um grande avanço em relação à de 1975, apesar de ficarem ainda alguns pontos importantes, em relação a questões de gênero, sem resolução. Estão

salvaguardados os direitos fundamentais e universais dos indivíduos e cidadãos – o direito à vida, à dignidade da vida humana, o respeito pela liberdade, de circulação, de expressão, de idéias, de religião, de associação. Está também garantida a igualdade entre os cidadãos, a igualdade do Homem e da Mulher perante a lei, em todos os aspectos da vida política, social, econômica e social.

Estas alterações são reflexos das mudanças em termos políticos, com uma democracia multipartidária em desenvolvimento, e econômicos, com a influência capitalista, e com a crescente organização da sociedade civil em prol dos seus direitos, pela liberdade e paz. Na defesa dos direitos das mulheres podemos citar como exemplo: AMODEFA – Associação Moçambicana para a Defesa da Família; ADOCA – Associação das Donas de Casa; a ACTIVA – Associação das Mulheres Empresárias e Executivas; a MBEU – Associação para a Promoção do Desenvolvimento Sócio-Econômico das Mulheres; AMRU Associação da Mulher Rural; a MULEIDE – a Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento; e Fórum Mulher – Coordenação para Mulher no Desenvolvimento.

As organizações de mulheres desempenham um papel importantíssimo para o desenvolvimento do país, com foco na situação feminina, mas, além disto, contribuem para o progresso legislativo nos últimos anos, e monitoramento das ações do governo. Elas pressionaram o governo para empreender reformas legais, de modo a refletir a realidade social.

O governo moçambicano ratificou algumas Convenções Internacionais: a Declaração dos Direitos Humanos, a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos, a Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), a Declaração dos Direitos das Crianças, o Convênio dos Direitos Cíveis e Políticos.

Com as ratificações e após a Conferência de Beijing, é então incluído no plano do Ministério da Justiça:

- Revisão do Código Civil na parte da Família, com particular incidência nas “uniões de fato”, divórcio, adoção e poder paternal;
- Revisão do Código Penal com destaque para o aborto, prostituição, pornografia, violência e violação;
- Revisão do Código Civil na parte de sucessões e do Código Comercial;
- Ratificação das Convenções da ONU que protegem a mulher: da supressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição de outrem;
- Promoção de uma maior participação da mulher na Polícia.⁴²

Em 1997 foi criada a Comissão de Reforma Legal, responsável pela condução dos processos de reforma legal, composta por duas Subcomissões, uma para a revisão da Lei de Família e outra para a revisão do Código Penal. Ainda no final de década de 1990 a criação, em 1999, do Ministério da Mulher e Coordenação da Ação Social que, por um lado, ressuscitou o debate sobre se a situação da mulher é ou não uma questão setorial.

Tendo como base o plano do Ministério da Justiça, as organizações de mulheres iniciaram um movimento de pressão, discussão e debate para a mudança da Lei de Família. Foi uma grande mobilização popular e política, ocorrendo vários avanços e retrocessos, durante mais de três anos, até que a Assembléia em 2004 aprovou a referida Lei.

As discussões trouxeram a tona os aspectos da complexa sociedade moçambicana, pois um grupo pautava seus argumentos baseados nas mudanças sociais

⁴² Extraído do texto de Conceição Osório e Maria José Arthur, Publicado em “Outras Vozes”, nº 1, Outubro de 2002

e econômicas, ao espírito da Constituição e convenções internacionais subscritas (enfoque nos direitos humanos). Por seu lado, alguns dos argumentos contrários sustentavam-se na defesa dos costumes e tradições moçambicanos e africanos (enfoque nos direitos culturais). E assim, mesmo sem ser de forma explícita, grande parte do debate se centrou entre que precedência tem os direitos humanos em relação aos direitos culturais e vice-versa.

A Lei de Família trouxe alguns avanços como:

- A igualdade do gênero na propriedade dos bens;
- A obrigação de registrar o casamento tradicional ou religioso perante as autoridades civis para ter validade legal;
- A igualdade jurídica de todas as crianças nascidas no casamento e as nascidas fora do casamento incluindo as questões relacionadas com a herança;
- Reconhecimento do casamento pela união de fato.

Apesar destes avanços,

Muitas associações de mulheres, contudo, chamaram a atenção da missão para várias medidas que podem ser desvantajosas para a mulher. Criticam entre outras coisas o facto de terem de esperar três anos após o divórcio para voltarem a casar. Também criticam o status do casamento pela união de facto, o mais comum em Moçambique. Embora neste tipo de casamento haja uma divisão de bens para o caso de separação, os regulamentos sobre a herança são bastante insuficientes. Segundo o Artigo 424 da Lei de Família, no caso de morte de um dos dois o sobrevivente pode apenas reclamar um oitavo das receitas provenientes da venda dos bens do autor do desejo ou testamento. Por outras palavras, a união de facto não permite ao esposo ou esposa herdar directamente os bens. Muitas mulheres ficam deste modo sem uma receita e sem abrigo. (Relatório FIDH e LDH, 2007)

Segundo Conceição Osório e Maria José Arthur (2002),

Neste momento outros desafios nos aguardam, como o envolvimento na revisão do Código Penal, cujo processo está a ser dirigido pelo Ministério da Justiça. Paralelamente, sob direcção do Fórum Mulher, está também criada uma comissão, envolvendo várias organizações, que tem por objectivo elaborar e propor ao Parlamento uma Lei Contra Actos de Violência Doméstica.

Ganhar a batalha no plano das reformas legais será um grande avanço, mas muito fica por fazer. Temos que continuar a pressionar para garantir um funcionamento mais equitativo em termos de género do sistema de administração da justiça e de todas as instituições do Estado, ao mesmo tempo que se prosseguem com os programas de educação e de sensibilização para desenvolver uma cultura de democracia que não exclua as mulheres do usufruto da sua cidadania.

Mesmo com todos os esforços, das reformas legislativas, as ações para reconstrução do país ainda apresentam pequenos avanços neste quadro. A situação das mulheres ainda é muito difícil, pois da tentativa de sobrevivência submergem em contextos de vulnerabilidade social. No que tange ao trabalho feminino, a sua grande maioria, está presente no setor informal da economia, no tráfico fronteiriço (aprofundar e problematizar mais este aspecto) e na prostituição. (aprofundar e problematizar mais estes aspectos mencionados).

Este contexto foi agravado nos anos de luta de libertação associado à guerra civil. Devido aos movimentos de deslocamento feminino, de migração do campo para as cidades, associado às dificuldades de produção agrícola ocasionadas por efeitos climáticos, períodos prolongados de seca ou de chuvas, e dos combates. Em busca de melhores condições de vida nas cidades, as mulheres que iam à busca de trabalho nos centros urbanos, e tinham a sua integração dificultada pela falta de formação educacional e profissional, produzindo a inserção marginal na economia e na ilegalidade.



Foto 6. Meninas Moçambicanas- trabalho infantil.⁴³

⁴³ Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/lib/bulletins/OV22.pdf> > Acesso em 19/04/2009.

Se adentrarmos o universo dos personagens de Paulina Chiziane, veremos que todas as esposas de Tony relatam semelhantes experiências de mulheres que na tentativa de sobrevivência, quando chegam à cidade, se sujeitam a viver no concubinato, vendo na companhia de um homem a única forma de sair desta condição de extrema pobreza. Numa conversa de Julieta com Rami, ela conta sua chegada a Maputo, na qual tiramos este fragmento que exemplifica o contexto descrito acima:

Em pequena fui violada por soldados na mata. Não concebi, graças a Deus. Uns anos depois, a minha mãe entregou-me como esposa a um velho da zona, em troca de uma manta de algodão para cobrir os meus irmãos, na altura havia muito frio. O velho era bom, era pra mim o pai que nunca tive. Mas as suas esposas velhas me maltratavam, e punham sobre os meus ombros todo o trabalho pesado (...) Fugi do velho, andei pelas matas, comi frutos do campo e fui dar à cidade de Beira. Vendi sexo nas esquinas aos catorze anos. Esbarrei com maus tratos da sociedade, dos clientes, dos polícias que me meteram na cadeia vezes sem conta. Vim até a capital na boleia de um caminhão. Encontrei o Tony numa esquina da cidade. Fizemos um filho e outro filho (...) (CHIZIANE, P., 2002, p.257)

Este fato é reforçado ainda hoje, em Moçambique, pois a sociedade e os valores culturais ainda esperam que a mulher desempenhe um papel social focado na família e no casamento. Mesmo no contexto das cidades, onde coexistem diversas formas de agir e de pensar, a continuidade em relação à tradição pretende assegurar o poder, a autoridade masculina e a ideologia patriarcal dominante.

Verifica-se que a tradição impõe uma escolha resultante de um código de significados, de valores que regem as condutas individuais e coletivas transmitidas de geração em geração. A tradição é uma herança que define e transmite uma ordem apagando a ação transformadora do tempo, retendo apenas os momentos cruciais pelos quais os que a transmitem legitimam o seu poder e a sua influência (BALANDIER, 1988, p. 36).

Neste sentido, ainda vemos a permanência de práticas culturais tradicionais combatidas pela FRELIMO anteriormente e, atualmente, pelas Organizações de Mulheres, em prol dos direitos humanos, e ratificados na legislação do país, a persistirem no cotidiano das famílias. Fato este muito bem narrado por Paulina Chiziane (2002):

Lobolo no sul, ritos de iniciação no norte. Instituições fortes, incorruptíveis. Resistiram ao colonialismo. Ao cristianismo e ao islamismo. Resistiram à tirania revolucionária. Resistirão sempre. Porque são a essência do povo, a alma do povo. Através delas há um povo que se afirma perante o mundo e mostra que quer viver do seu jeito. (CHIZIANE, P., 2002, p.47)

De acordo com Andrade, Osório e Trindade (2000) verificamos os fatores de manutenção de certos valores ligados à tradição, fazendo uso dos recursos acumulados no passado. Na verdade, perante um movimento amplo que pretendia incutir transformações profundas nas relações sociais, as práticas tradicionais não sofreram mutações de fundo nem se dissiparam, passaram simplesmente para a clandestinidade para contornarem o desencorajamento contido no discurso político.

Esta contradição de referências culturais é hoje em Moçambique um desafio para a definição das relações de gênero, por não encontrarmos conjuntos de valores e práticas coesos que sirvam de base para a transformação efetiva da sociedade.

Neste contexto, os meninos e meninas crescem com visões contraditórias sobre os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, refletidos na esfera doméstica na divisão sexual do trabalho e na adoção de diferenciação alimentar, por exemplo. Segundo Conceição Osório (2006),

A divisão sexual do trabalho em casa não é apenas um meio de socialização em desigualdade de rapazes e raparigas, mas também, configura, e desde muito cedo, os papéis sociais de mulheres e homens, “organizando” formas de discriminação mais vastas e profundas, que vão desde ao que se come (“a perna de frango”) até ao que se permite. A carga simbólica que a divisão de trabalho comporta é inter-geracional e projecta na realidade um sentido identitário para rapazes e raparigas.

Num processo de imitação das mães, tias e avós, as raparigas aprendem, por um lado, a responder às expectativas mas, por outro lado, a exposição e a inclusão em outros meios de pertença e referência permite-lhes renovar as identidades. A este fenómeno não é alheio o contexto da modernidade que leva os adultos a projectarem sobre si próprios uma imagem mais permissiva. Se a fluidez na construção das identidades dos jovens é comum a raparigas e rapazes, é certo que são infinitamente grandes os conflitos vividos pelas jovens entre estruturas e modelos de socialização.



Foto 7. Meninos e meninas moçambicanos -trabalho infantil.⁴⁴

O papel social destinado às mulheres pode ser verificado quando observamos as questões relacionadas à sexualidade e à reprodução, pois a maternidade ainda é considerada um atributo central da identidade feminina. Nas sociedades rurais é ainda clara a relação entre sexualidade e reprodução (por exemplo: a ausência de relações sexuais durante a amamentação) pressupondo a negação da sexualidade da mulher para além da geração de filhos; já nas zonas urbanas a função materna do corpo da mulher reveste-se de um grande valor simbólico: as mulheres; tendo mais possibilidades de domínio sobre o seu próprio corpo, seja através do controle de natalidade, planeamento

⁴⁴ Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/lib/bulletins/OV20.pdf> Acesso em 19/04/2009

familiar ou aborto clandestino, podem teoricamente deixar de ser condicionadas pelo ciclo de vida que as leva à maternidade.



Foto 8. Alto índice de natalidade em mulheres de Moçambique⁴⁵

Outro papel destinado as mulheres é o casamento, o qual aparece como único meio de realização e de sobrevivência, além de ser considerado um “prêmio” de conduta para aquelas que seguiram todos os preceitos morais. Paulina Chiziane (2002) denuncia a relação entre marido e mulher: Para nós, mulheres, um marido não é leveza, é um fardo. O marido não é um companheiro, é dono, é patrão. Não dá liberdade, prende. Não ajuda, dificulta. Não dá ternura, dá amargura. Dá uma colher de gosto e um oceano de desgosto (CHIZIANE, P., 2002, p.263).

Apesar disto, o casamento vem sendo encarado atualmente pelas jovens a partir de uma nova concepção, a qual Conceição Osório (2006) aponta que embora constituindo-se como meta desejável, esta nova percepção do casamento corresponde a um ideal de vida que tem a independência econômica como elemento central, acompanhado do desejo de respeito e fidelidade.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.wlsa.org.mz/lib/bulletins/OV18.pdf> Acesso em 19/04/2009.

Mesmo com a nascente mudança de percepção, o divórcio ainda é visto pela sociedade como uma falha no desempenho da mulher, destinando a ela uma gama de preconceitos e discriminações, reforçando o lugar e o papel ainda destinado as mulheres. Recorremos novamente a Paulina Chiziane (2002):

Ele fala e fala. Não escuto. Estou no futuro, estou na lua. Estou no mundo que me espera quando o divórcio se consumar. Serei uma mancha de lama no lençol imaculado da família materna. Serei uma nódoa de caju, absolutamente indelével, na camisa branca do meu pai. A sociedade olhar-me-á com desprezo, piedade, maldade, como as aves que rapinam na noite. Serei enxotada a pau e pedra (...) Uma marginal.(CHIZIANE, P., 2002, p.165)

É exatamente no ambiente doméstico o local onde ainda a violência contra as mulheres persiste, sendo uma das formas de violência mais difundidas em Moçambique e uma das piores violações, segundo Maria José Artur (2003):

Muitas vezes a violência contra as mulheres e, mais particularmente, a violência doméstica, aparece como um fenómeno que tem a ver com o “privado”, o “doméstico”, e como parte integrante das tradições e cultura populares. E assim, o que pode ser justificado como “cultural”, não é considerado como uma violação de direitos e não é nunca analisado no contexto dos direitos humanos. É este aspecto mesmo que é levantado pela Relatora Especial das Nações Unidas para a Violência contra as Mulheres, no seu relatório de 2002. Diz ela, “Em nome do relativismo cultural permitem-se práticas que violam os direitos humanos das mulheres, ameaçam a sua integridade física e o seu direito de expressão e os valores essenciais da igualdade e da dignidade”.

Como a violência, no âmbito doméstico, é velada e necessita da conscientização da mulher para denunciá-la as organizações das mulheres tem expandido o debate e realizado algumas atividades como: levar a discussão às províncias, organização de reuniões e de seminários, na universidade e entre as ativistas, produção de material de propaganda e artigos informativos, e outras manifestações públicas; no intuito de levar a conhecimento público os direitos das mulheres.

Um dos fatores que influenciam na prática da violência contra a mulher é a socialização de homens e mulheres obedecerem a pressupostos absolutamente opostos. A mulher é socializada para respeitar e obedecer ao homem; por sua vez, o homem é educado para o poder, poder esse que pode ser exercido com recurso à força. Daí resulta que assiste ao homem legitimidade para impor ou repor a ordem perante a mulher e outros dependentes, quais sejam as crianças e os idosos.

É dessa legitimidade, socialmente construída, que a violência vive, que a torna socialmente aceitável, e faz com que as vítimas não apresentem queixa, pois, se o fazem, estão a ir contra as regras instituídas. A violência, como fator estruturante das relações de gênero, atravessa toda a vida das mulheres, manifesta-se já na fase pré-natal, atravessa a infância e a adolescência, prolonga-se pela idade reprodutiva e desemboca na fase terminal da vida, a velhice.

A violência é um problema de ordem jurídica, de saúde pública e social, pois pode resultar em ferimentos, mutilações, morte, desintegração de famílias, o abandono de crianças e adolescentes; direta e indiretamente, produz doenças físicas e psicológicas. Devido a isto existe a discussão em termos das organizações de direitos e no Estado sobre a proposta de lei contra a violência doméstica e a necessidade de aparelhamento público para atendimento psicológico, clínico e legal as vítimas de violência. De acordo com Conceição Osório e Maria José Artur (2002),

Embora se reconheça hoje a relação existente entre as leis e o estatuto social das mulheres e suas possibilidades de acesso aos recursos, é necessário constantemente enfatizar que só as reformas legais não são suficientes para garantir a igualdade de gênero. A razão porque somente a lei não basta para reduzir as assimetrias de gênero, tem a ver com os pressupostos sobre o sistema legal que obscurecem o facto de que homens e mulheres estão diferentemente posicionados perante a lei. Esta assimetria repousa na abstracção da figura do indivíduo “perante a lei”, despojado das suas características sociais, que constitui a base legal da cidadania. A igualdade perante a lei não é um princípio de igualdade social, mas sim de neutralidade e de imparcialidade entre as partes, que aparecem perante a lei como iguais. A lei faz caso omissivo das causas sociais da desigualdade, sejam elas a

riqueza, a classe ou o sexo e trata os indivíduos sem as características sociais da desigualdade (Cohn & White, 1997).

Um das formas de violência contra mulher a qual tem sido alvo das ações da sociedade civil é o abuso sexual. Esta prática tem rompido a esfera doméstica alcançando locais os quais deveriam ser de segurança e proteção, como a escola. Segundo Maria José Artur (2003),

No caso de Moçambique, o abuso sexual atinge as mulheres adultas e, em particular, as jovens raparigas e ocorre tanto em casa, como no bairro, como nas escolas. Os agressores podem ser os maridos ou companheiros, mas também os pais, outros familiares, os vizinhos ou os professores, sobretudo nas escolas primárias. No casamento, o sexo é potencialmente coercivo, já que se aceita ser obrigação das mulheres prestarem serviços sexuais aos seus maridos, sempre que estes assim o desejarem, independentemente do seu interesse ou da sua vontade.

Isto demonstra a face da naturalização da diferença e a transformação dela em desigualdade. O corpo, desta forma, assume importante papel na identidade social, ele é o mediador das relações em essência, por isto torna-se objeto de prazer e de violência. Todavia, é transformado em estratégia de poder e de afirmação da subalternidade.

Paulina Chiziane (2002) ilustra brilhantemente esta relação baseada na violência, de todas as formas – psicológica, patrimonial, física, sexual, moral – numa reescrita da oração “Pai nosso” numa versão para se Deus fosse Deusa:

Madre nossa que estais no céu, santificado seja vosso nome. Venha a nós o vosso reino – das mulheres, claro -, venha a nós a tua benevolência, não queremos mais a violência. Sejam ouvidos os nossos apelos, assim na terra como no céu. A paz nossa de cada dia nos daí hoje e perdoai as nossas ofensas – fofocas, má-língua, bisbilhotices, vaidade e inveja – assim como nós perdoamos a tirania, traição, imoralidades, bebedeiras, insultos, dos nossos maridos, amantes, namorados, companheiros e outras relações que nem sei nomear. Não nos deixeis cair na tentação de imitar as loucuras deles – beber, maltratar, roubar, expulsar, casar e divorciar, violar, escravizar, comprar, usar, abusar e nem nos deixes morrer nas mãos desses tiranos – mas livrai-nos do mal, Amém.(CHIZIANE, P., 2002, p.68-69)

Em Moçambique um dos desafios em superar a violência contra a mulher é superar o relativismo cultural quando se trata da garantia dos direitos humanos. Devido a esse obstáculo, o país ao ratificar a CEDAW deve colocar em prática o que consta no artigo 5º:

“Os Estados tomarão todas as medidas apropriadas para:

a) Modificar os padrões sócio-culturais de conduta de homens e de mulheres, com vista a alcançar a eliminação dos preconceitos e das práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole, que estejam baseados na idéia de inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos, ou em funções estereotipadas de homens e de mulheres”.

Diante disto, um outro problema sério em Moçambique, que tem também assolado todo o continente africano, é a SIDA - Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida. Segundo os cálculos do Ministério da Saúde do país em 2004 haviam 800 mil mulheres soropositivas, 570 mil homens e 80 mil crianças. Estes indicadores devem aumentar substancialmente se não forem implantadas ações efetivas para evitar a propagação do vírus e da doença.

Baseado no contexto exposto sobre a situação da mulher no país e nas práticas sociais e culturais que contribuem com a desigualdade e a violência, as ações de combate a SIDA tem atingido pouco a população. Novamente com os argumentos de relativismo cultural e da estrutura patriarcal, colocam em risco a vida de milhares de mulheres, já que com as relações de poder estabelecidas, mesmo conhecendo sobre a doença e como prevenir, elas não podem obrigar o uso do preservativo e muito menos negar-se a ter relações sexuais com o seu parceiro.

A feminização da SIDA é ainda mais alarmante quando vemos que os dados governamentais são baseados em estimativas, e além disto, o impacto causado pelas mortes pela doença na vida das famílias, especialmente nas crianças. O índice de orfandade é muito elevado quando a mãe é portadora da doença.

Destarte, senão houver uma mudança real nas bases sociais e culturais da discriminação de gênero com uma mudança comportamental efetiva não será possível diminuir o número de contaminações pelo HIV, nem tampouco superar o quadro de violência e desigualdade imposto às mulheres em Moçambique. Sabemos que as ações deste porte só têm resultados de médio e longo prazo, mas são fundamentais, e devem estar associadas às políticas governamentais e não-governamentais direcionadas a prevenção e garantia de direitos.

Concluimos com as palavras de uma moçambicana, Conceição Osório e Maria José Artur (2002):

Para as mulheres hoje, cidadania é muito mais do que o direito de voto. Cidadania implica haver igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, significa o direito à educação, à saúde e ao trabalho. Significa o direito ao controlo do seu próprio corpo e da sua sexualidade, bem como o acesso a terra. O desempenho dos movimentos feministas e das agências internacionais das Nações Unidas tem contribuído para trazer estas reivindicações para um debate internacional, o que teve como resultado que se fez mais explícito o compromisso dos Estados para a eliminação da discriminação de gênero, através da elaboração e posterior ratificação de Convenções e a adopção de mecanismos de execução. Passou-se para um estágio em que a subalternização das mulheres não é mais socialmente aceitável, o que imprimiu um grande ímpeto às reformas legais destinadas a garantir a igualdade de direitos.

Conclusão inconclusa

Um dos objetivos desta dissertação foi “olhar” alguns aspectos da cultura e sociedade moçambicana, desde a colonização até os dias atuais, tendo o enfoque na situação da mulher.

Para tanto nos valemos da obra *Niketche: uma história de poligamia* por acreditarmos trazer elementos importantes para a leitura das relações de gênero em Moçambique. Através da narradora-personagem Rami fomos levados à um universo feminino cheio de contradições culturais e sociais, permeado pela desigualdade econômica e de gênero. Ela deu voz a mulheres na ficção e a muitas mulheres que ao longo dos anos e de gerações foram silenciadas e violentadas pelos colonizadores e sua cultura importada, pelos seus pais e maridos, enfim também pela tradição.

Relacionar o romance com os fatos histórico-sociais foi de fundamental importância para verificar até que ponto os episódios narrados tão realisticamente, às vezes com um toque de fantástico, traziam em si a dura vida das mulheres “reais” moçambicanas. Confirmando o que apontam os estudiosos das literaturas africanas sobre os temas abordados pelos(as) autores(as) serem a dimensão histórica, a sociedade e o cotidiano da população de seus países. E no caso de Chiziane, ela explora os meandros da sociedade moçambicana, trabalhando na sua narrativa as várias diferenças existentes no país.

Cada uma das personagens a sua maneira carrega em si contradições pessoais, mas que não deixam de ser contradições próprias de um país em construção. Moçambique é um país fundado na somatória de diferentes referências étnicas e culturais que vem historicamente sofrendo a tentativa de homogeneização de suas práticas socioculturais e religiosas por parte de diversos grupos sociais. Mas Chiziane

demonstra em sua narrativa que as práticas ditas tradicionais resistem ao tempo, espaço, ao colonizador, a Revolução, aos ditames dos Direitos.

Acreditamos que não caberia a nós entrar no questionamento de compactuar com a tradição ou contradizê-la, procuramos apenas apontar que existem limites, mesmo que tênues, para a eliminação de abusos e violências contra as mulheres, mas que estabelecem novas relações e dinâmicas sociais que modificam as antigas práticas culturais.

Mesmo com as discussões de emancipação feminina postas em destaque pela FRELIMO e posteriormente com suas diretrizes as quais visavam a sua efetivação, e com a militância e empenho das organizações de mulheres pelos direitos humanos e civis o discurso e a prática corrente no país pouco foi alterada.

Não podemos deixar de pontuar que a independência ocorreu a trinta e quatro anos, um período histórico pequeno, para conseguir mudanças efetivas numa sociedade, principalmente somados ao período de guerra civil, que prejudicaram enormemente as estruturas básicas do país e fragilizaram a população.

Apesar disto, Moçambique luta pela reestruturação do país, ao mesmo tempo que aprende o que significa construir uma nação e a moçambicanidade sonhada antes da independência. A democracia ainda em desenvolvimento, na qual a população participará neste ano de 2009 de mais uma eleição (a quarta do sistema democrático), a retomada da industrialização do país e da produtividade agrícola, e, ainda, (re)constrói o sistema educativo, de saúde e legislativo.

São muitos os desafios ainda pela frente, os quais o país tem contado com o apoio internacional de ajuda humanitária e financeira, de organismos governamentais e de organizações não-governamentais. Mas a sociedade civil moçambicana tem

participado ativamente na elaboração, planejamento e execução de ações que visam superar o quadro de pobreza e desestruturação.

Para além das ações de Estado e da sociedade civil um assunto que emerge com urgência é o das identidades, sejam ela cultural, sexual, de gênero e da moçambicanidade. Hoje a figura de regulador dos pensamentos e ações não cabe mais a FRELIMO, cabe aos próprios grupos sociais descobrirem qual o caminho a seguir, mesmo que os meios de comunicação tentem influenciar com diversos tipos de padrões de comportamento.

Pensamos ser justamente esse um dos pontos que *Niketche* aborda brilhantemente, ultrapassando a discussão do papel social atribuído a mulher, está a questão da cultura e sociedade moçambicana hoje. Paulina Chiziane problematiza e expõe quais são os valores e práticas culturais dos moçambicanos, questiona as referências seguidas na contemporaneidade, sem dar uma resposta efetiva sobre nenhum dos seus apontamentos.

A autora traz à tona as questões como a poligamia, os ritos de iniciação, o *kutchinga*, o *lobolo* como exemplo de práticas proibidas legalmente e socialmente, mas que sobrevivem. Ponderando que as proibições são frutos de ideologias e pensamentos não compartilhados pela maioria da população, originadas na colonização e perpetuadas pela Revolução, deixando pistas em sua narrativa que o caminho para a descoberta de quais são as práticas verdadeiramente moçambicanas é partir das concepções, dos pensamentos do seu próprio povo.

Paulina Chiziane num tom provocativo, no qual não deixa claro a sua concepção, apenas problematiza o contexto social e cultural, ponto principal das atuais violências sofridas pelas mulheres. Num tom caustico provoca: “Todo o problema parte da fraqueza dos nossos antepassados. Deixaram os invasores implantar os seus modelos

de pureza e santidades. Onde não havia poligamia, introduziram-na. Onde havia, baniram-na. Baralharam tudo, os desgraçados” (CHIZIANE, P., 2002, p.93).

De acordo com Lourenço do Rosário sobre o debate em relação à sociedade moçambicana

(...) a nossa moçambicanidade comporta necessariamente dois elementos aglutinados: por um lado, somos fruto dos valores que o português impôs e que bem ou mal fomos assimilando e, por outro, somos fruto também da realidade que nos inserimos, esta África profunda e irresistível. Neste momento em que o debate sobre quem somos e o que queremos ser está em curso, louve-se este contributo literário, embora que configure o profundo pessimismo que a todos consome, e que o regresso aos mitos não significa necessariamente uma explicação sobre tudo o que vem acontecendo e que ultrapassa nossa capacidade de entendimento, nem sequer significa também porque se trata de forças dos espíritos, tenha que cessar o nosso esforço na busca de melhores formas de dominarmos os grandes males que tornam enfermo o nosso tecido social.⁴⁶

Independente de qual será a resposta dada pelos moçambicanos às questões tão complexas como a da identidade e cultura, as quais estão postas para sua população, é necessário uma transformação significativa nas relações de gênero. Para a superação de problemas sociais como: a prostituição, o avanço da SIDA, a violência doméstica e sexual, dependência química e abuso de álcool, desemprego, trabalho informal e abandono infantil e orfandade. Deve-se ter olhar também especial para a saúde reprodutiva e a formação educacional e profissional das mulheres.

Neste contexto, de construção e descoberta, aspiramos dar continuidade as nossas pesquisas acadêmicas aprofundando sobre a questão da moçambicanidade, e as relações de gênero em Moçambique. Levando em consideração não somente o estudo bibliográfico e da literatura, mas realizando um trabalho de campo, valendo-nos da etnografia, para interpretar com mais elementos a complexidade deste mosaico cultural.

Outro enfoque que pensamos ser necessário desenvolvermos estudos e pesquisas é a situação da infância em Moçambique, com recorte de gênero e na vulnerabilidade

⁴⁶ ROSARIO, L. “O regresso aos mitos: O Sétimo Juramento”. In: Proler n°24 julho/agosto, Maputo, 2001, p.26.

social a qual estão inseridas as meninas no presente momento. Acreditamos ser factível esta produção acadêmica devido à presença no país de organizações não-governamentais internacionais, as quais trabalham com foco na infância, que já vem desenvolvendo ações neste sentido e com as quais mantemos contato direto, enquanto parceiros, e como colaboradora da SOS Children's Villages no Brasil (Aldeias Infantis SOS Brasil) presente também em Moçambique.



Foto 9. Mulheres Moçambicanas

Concluimos, assim, como foi feito em *Niketche*, com um final aberto, entendendo que em se tratando de Moçambique qualquer conclusão pode ser muito prematura e equivocada, já que nem para os próprios moçambicanos existem no momento respostas fechadas e concretas, devendo ser objeto de maiores estudos e pesquisa por nossa parte.

Bibliografia

ABDALA JÚNIOR, B. *De vôos e ilhas*. Literatura e comunitarismos. São Paulo: Ateliê editorial, 2003.

_____. *Literatura, história e política*. São Paulo: Ática, 1990.

AFONSO, A. E. de S.(org) *Eu mulher em Moçambique*. República de Moçambique: UNESCO e AEMO, 1992.

ARTHUR, M.J. *A propósito da discussão da proposta de lei contra a violência doméstica: de que vale ter um grande número de mulheres no parlamento?*, Publicado em “Outras Vozes”, nº 22, Fevereiro de 2008. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target_=Tex_VDParlamentares>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. *Violência contra as mulheres e cumplicidades masculinas*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 13, Novembro de 2005. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target_=Tex_ViolenciaCumplic> Acesso em: 21/02/2008.

_____. *As boas meninas e as feministas*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 12, Agosto de 2005. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target_=Tex_BoaMeninaFeminis>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. *Violência contra as mulheres: entre o relativismo cultural e a lei*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 2, Fevereiro de 2003. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target_=Tex_ViolenciaRelativ>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. *Mitos sobre violência doméstica e a proposta de lei*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 9, Novembro de 2004. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target_=Tex_ViolenciaMitos> Acesso em: 21/02/2008.

BALANDIER, G. *Le détour: pouvoir e modernité*. Paris: Fayard, 1988.

BAYER, A.E. & JORGGE, A. *Entre o arcaico e o moderno: A mulher moçambicana busca a celebração da vida em Niketche: uma história de poligamia..* In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder*, Florianópolis, agosto 2008. Disponível em: www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST31/Bayer-Jorgge_31.pdf, Acesso em: 02/02/2009.

BERGEZ, D. *A Crítica Temática*. In: _____ et alli. *Métodos Críticos para a Análise Literária*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. *Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CABAÇO, J.L. *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. São Paulo: USP/SP, Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2007.

CANDIDO, A. *A Personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. *Formação da Literatura Brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1969.

_____. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CARIA, T. H. (org.). *Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

CASIMIRO, I. *Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Maputo: Promédia, 2004.

CASSIRER, E. *Linguagem e Mito*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

_____. *Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CESÁRIO, I., L. *Niketche: a dança da recriação do amor poligâmico*. f.108. Dissertação de mestrado em Literatura e Crítica Literária, PUC, São Paulo, 2008.

CHAVES, R.; MACEDO, T(orgs.). *Literaturas em Movimento: hibridismo cultural e exercício crítico*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

CHAVES, R. *A formação do Romance Angolano*. São Paulo: Via Atlântica, 1999.

_____. *Angola e Moçambique: Experiência colonial e Territórios Literários*. Cotia (SP): Ateliê Editorial, 2005.

CHIZIANE, P. *NIKETCHE: Uma história de Poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 20

CHIZIANE, P. “*Eu, mulher, por uma nova visão do mundo...*”. In **AFONSO, A. E. de S (Org.)**. *Eu mulher em Moçambique*. Moçambique: UNESCO e AEMO, 1992.

_____. *Balada de Amor ao Vento*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.

_____. *Ventos do Apocalipse*, Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

DUARTE, C.L. *O Cânone Literário e a Autoria Feminina*. In: **AGUIAR, N.** *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1997.

DUTRA, R. *Niketche e os vários passos de uma dança*. In: **MATA, I. & PADILHA, L.C.(orgs.)** *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente*. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

DURHAM, E. *Cultura e Ideologia*. In: Revista Dados nº1. Rio de Janeiro: Campus, 1984, vol.27.

_____. *Família e reprodução humana*. In: **FRANCHETTO (org.)**. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FACIO, A. *A partir do feminismo vê-se um outro direito*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 15, Maio de 2006. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?target=TexAldaFacio01>. Acesso em: 21/02/2008.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2ªed, s/d.

FIDH & LDH. Relatório alternativo sobre a situação dos direitos das mulheres em Moçambique: Direitos de Mulher no Moçambique, Dever de terminar práticas ilegais, maio 2007. Disponível em: <<http://www.fidh.org/IMG/pdf/mz042008p.pdf>>. Acesso em: 19/04/2009.

FERREIRA, M. *Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa*. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

FONSECA, D.J. *Negros Corpos (I)maculados: Mulher, Catolicismo e Testemunho*. 2 vol., Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2000.

FRY, P. (org.). *Moçambique: Ensaios*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

GIDDENS, A. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: **BECK, U.; GIDDENS,**

GEERTZ, C. *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GODELIER, M. *La production des Grands Hommes*. Paris: Fay

GUATTARI, F; ROLNIK, S. *Cartografias do Desejo*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1986.

HAMILTON, R.G. *Literatura africana literatura necessária*. Lisboa: Edições 70, 1975.

_____. *Niketche – a dança de amor, erotismo e vida: Uma recriação novelística de tradições e linguagem por Paulina Chiziane*. In: **MATA, I. &**

PADILHA, L.C.(orgs.) *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente.* Lisboa: Edições Colibri, 2007.

HAMPATÉ BÂ,A. *A Tradição Viva.* In: **KI-ZERBO.** (org.).*História Geral da África: Metodologia e Pré-história da África.* São Paulo: Ática/UNESCO, vol. I, 1999.

HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva.* São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HERNANDEZ, L.L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea.* São Paulo: Selo Negro, 2005.

HOBBSAWM, E; RANGER, T (Org.). *A invenção das tradições.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984

IGLESIAS, O. *Na entrada do novo milênio em África, que perspectivas para a mulher moçambicana?* In: **MATA, I. & PADILHA, L.C.(orgs.)** *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente.* Lisboa: Edições Colibri, 2007.

JAHN, J.M. *Las culturas de la negritude.* Madri: Guadarrama, 1970. neo-africanas.

LEITE, A. M. *Oralidades e escritas nas literaturas africanas.* Lisboa: Colibri, 1998.

LOFORTE, A.M. *Mulher, poder e tradição em Moçambique.* Publicado em “Outras Vozes”, nº5, Novembro de 2003. Disponível em: www.wlsa.org.mz/?target=Tex_MulherPoderTrad.> Acesso em:21/02/2008.

LOYOLA, M.A (org.). *A Sexualidade nas Ciências Humanas.*Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. *Homem e Mulher; Masculino e Feminino.* Seminário na Ecole de Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, 1995.

MACEDO, T. C. *Angola e Brasil: estudos comparados.* São Paulo: Arte & Ciência, 2002.

MATA, I. *Mulheres de África no espaço da escrita: a inscrição da mulher na sua diferença.* In: **MATA, I. & PADILHA, L.C.(orgs.)** *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente.* Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MATA, I. & PADILHA, L.C.(orgs.) *A mulher em África. Vozes de uma margem sempre presente.* Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MAUSS, M. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

_____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: E.P.U/EDUSP, 1974.

MEMMI, A. *Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 3ª ed.

MENDONÇA, F. *Literatura moçambicana – a história e as escritas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 1989.

MOSER, W. *Estudos literários, estudos culturais*. In: *Revista Literatura e Sociedade*, São Paulo: n.3, 1998, p.62-76.

NGUNGA, A. *Papel da língua na manutenção da paz*. In: **MAZULA, B (Org.)**. *Moçambique: 10 anos de paz*. Maputo. Imprensa Universitária, 2002, p. 3-15.

OSÓRIO, C. *A socialização escolar: educação familiar e escolar e violência de género nas escolas*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 19, Maio de 2007. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target=Tex_SocializaEscola>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. *Identidades sociais/identidades sexuais: uma análise de género*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 17, Novembro de 2006. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target=Tex_IdentidadeSocial>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. *O abuso sexual no contexto da construção da sexualidade feminina*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 13, Novembro de 2005. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target=Tex_AbusoSexualidade>. Acesso em: 21/02/2008.

_____. *Mulheres, poder e democracia*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 9, Novembro de 2004. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target=Tex_MulherPoderDemoc>. Acesso em: 21/02/2008

OSÓRIO, C & ARTHUR, M.J. *A situação legal das mulheres em Moçambique e as reformas actualmente em curso*. Publicado em “Outras Vozes”, nº 1, Outubro de 2002. Disponível em: <www.wlsa.org.mz/?_target=Tex_SituacaoLegal>, Acesso em: 21/02/2008.

PADILHA, L.C. *Entre voz e letra*. Niterói: EDUFF, 1995.

_____. *Novos pactos, outras ficções. Ensaio sobre literaturas afro-luso-brasileira*. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

_____. . *Travessias do olhar*. In: **PADILHA, L. C.** *Novos pactos, outras ficções: ensaios sobre literaturas afro-luso-brasileiras*. Porto Alegre: EDIPUC, 2002.

PEREIRA, J. M. N. "Colonialismo, racismo, descolonização". *Estudos Afro-Asiáticos*, 1978, nº. 2, pp. 16-29.

PIRES LARANJEIRA, J. L. *As literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade aberta, 1995.

_____. *Literatura calibanesca*. Porto: Edições Afrontamento, 1985.

RITA-FERREIRA, A. *Povos de Moçambique – História e cultura*. Porto: Afrontamento, 1975.

ROMERO, E(org.). *Corpo, Mulher e Sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 1995

SANTANA, J.S. *Mulher e notícias: os discursos sobre as mulheres de Moçambique na revista tempo (1975-1985)*.f.196. Dissertação de mestrado em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SAFFIOTI, H.I.B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1897.

SAHLINS, M. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

SANTILLI, M. A . *Paralelas e tangentes entre literaturas de língua portuguesa*. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

_____. *Africanidade*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Estórias Africanas - História & Antologia*. São Paulo: Ática, 1985.

SUÁREZ, M. *A Problematização das Diferenças de Gênero e a Antropologia*. In:

TURNER, V. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1978.

VALENTIM, J. *Paulina Chiziane: Uma Contadora de Histórias no Ritmo da (Contra-)Dança*. In: *Revista do Núcleo Estudos de Literaturas Portuguesa e Africanas da UFF*, Vol. 1, nº 1, Rio de Janeiro, Agosto de 2008. Disponível em: <www.uff.br/nepa/Revistas/002_Valentim.pdf> Acesso em: 02/02/2009.

VANSINA, J. *A Tradição oral e sua metodologia*. In: **KI-ZERBO.** (org.). *História Geral da África: Metodologia e Pré-história da África*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1999.

WEBER, M. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: EdUNB, 2000.

ZIÉGLER, J. *Os Vivos e a Morte*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. *Sociologie de l' Afrique Noire*. Paris: Gallimard, 1973.

_____. *O Poder Africano*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.